



**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONDIÇÕES DE VIDA E SITUAÇÕES DE
SAÚDE NA AMAZÔNIA**

HAMYLA ELIZABETH DA SILVA TRINDADE

**PRÁTICAS ALIMENTARES E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE FAMÍLIAS
INDÍGENAS PERIURBANAS USUÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
ALTO RIO NEGRO**

**MANAUS – AM
2019**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONDIÇÕES DE VIDA E SITUAÇÕES DE SAÚDE
NA AMAZÔNIA**

HAMYLA ELIZABETH DA SILVA TRINDADE

**PRÁTICAS ALIMENTARES E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE FAMÍLIAS
INDÍGENAS PERIURBANAS USUÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
ALTO RIO NEGRO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública, área de concentração: Processo Saúde, Doença e Organização da Atenção a populações indígenas e outros grupos em situações de vulnerabilidade.

ORIENTADORA: Prof^ª Dra. Ana Lúcia de Moura Pontes

MANAUS – AM

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

T833p

Trindade, Hamyla Elizabeth da Silva.

Práticas alimentares e perfil sociodemográfico de famílias indígenas periurbanas usuárias do Programa Bolsa família no Alto Rio Negro. / Hamyla Elizabeth da Silva Trindade. – Manaus: Instituto Leônidas e Maria Deane, 2018.

162 f.

Dissertação (Mestrado em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia) – Instituto Leônidas e Maria Deane, 2018.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia de Moura Pontes.

1. Saúde indígena 2. Indígenas – Práticas alimentares 3. Programa Bolsa Família I. Título

CDU 572.026(811.3) (043.3)

CDD 980.41098113

22. ed.

HAMYLA ELIZABETH DA SILVA TRINDADE

**PRÁTICAS ALIMENTARES E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE FAMÍLIAS
INDÍGENAS PERIURBANAS USUÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
ALTO RIO NEGRO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública, área de concentração: Processo Saúde, Doença e Organização da Atenção a populações indígenas e outros grupos em situações de vulnerabilidade.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Prof^ª Dra. Ana Lúcia de Moura Pontes
Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ

MEMBRO: Prof^ª Dra. Maria Luiza Garnelo Pereira
Instituto Leônidas e Maria Deane - FIOCRUZ AMAZÔNIA

MEMBRO: Prof^º Dr. Carlos Everaldo Alvares Coimbra Junior
Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ

*Dedicado à minha mãe Ednéia
Trindade e à minha avó Maria
Miguel. Gratidão. Amo vocês!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e saúde, e por ter me dado força e coragem no decorrer dos meses do mestrado.

À minha família, que sempre me apoia nas decisões da vida, em especial à minha mãe Edneia Trindade que é o meu maior exemplo de força e determinação. Gratidão pela saúde dela, Senhor. À minha avó Maria Miguel Trindade, que mesmo não entendendo as minhas decisões, me apoia em tudo e está sempre disposta a me ajudar. Aos meus irmãos Halyme, George e Cleizy, pelo apoio.

Aos amigos “populares”, que estão com as mãos disponíveis em todo momento, além de amigos, somos irmãos. Aos chegados tanto quanto os irmãos, Kelly, Margareth, Luiz, Cleia, Eufelia, Rosiana, Jennie, entre outros, que contribuíram para a conclusão do trabalho.

Aos amigos do mestrado, Maria das Graças e Jessica Feijó, pela parceria e ajuda.

A todos os moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim, em especial à família que me acolheu durante a pesquisa de campo, Sr. Graciliano, Sra. Irene, Dayane, Daniele, Ane, Alexandre, Regilene, Alyson, Aelson, Norma, Clara, Clarissa e Caio, que se tornaram para mim um grande exemplo de generosidade e família. Gratidão!

À Dr^a Ana Lúcia de Moura Pontes, minha orientadora, que muito me ajudou em relação à pesquisa e questões pessoais, com seu apoio, ensinamentos, conselhos, gentileza e amizade. Gratidão!

À Dr^a Maria Luiza Garnelo, por sua gentileza em me ajudar no momento em que mais precisei e pela sua valiosa contribuição para a pesquisa com a população indígena da minha região. Gratidão!

À banca de qualificação e defesa, é uma honra!

Ao Instituto Leônidas e Maria Deane, ao Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia, pela oportunidade de cursar o mestrado, foi uma realização.

Ao corpo docente do PPGVIDA, que compartilhou a sua sabedoria nos incentivando a sermos pessoas melhores. A todos os colaboradores da instituição pela gentileza e apoio. Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação da FIOCRUZ AMAZÔNIA, em especial do PPGVIDA.

À FAPEAM, que concedeu a bolsa de estudo que foi fundamental para a realização da pesquisa.

A todos, a minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no debate acerca da importância das políticas públicas consideraram as especificidades dos povos indígenas. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa que analisou as práticas alimentares e o perfil sociodemográfico de famílias indígenas usuárias do programa bolsa família, e que residem em comunidade periurbana do Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Para o estudo quantitativo foram utilizados dois bancos de dados, o primeiro com dados secundários de 2018 (disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/data-table.php>) e o segundo constituído de dados primários resultantes da aplicação de formulários específicos às 26 famílias da comunidade pesquisada. O estudo qualitativo envolveu entrevistas semiestruturada com 10 famílias beneficiárias do programa bolsa família e observação participante de uma família Baniwa com registro diário das práticas alimentares. Na comunidade estudada, 43% da população é beneficiária do Programa Bolsa Família, na maioria menores de 15 anos. Todas as famílias dependem da agricultura para alimentação e geração de renda, o recurso do PBF gera uma renda média de R\$300,00, representando 61,7% da renda familiar. Existem diversos obstáculos ao acesso do recurso do PBF, mesmo no contexto periurbano. As famílias referem que o recurso é insuficiente para as suas necessidades, sendo utilizado principalmente para compra de alimentos, seguido de outros itens básicos. O cumprimento das condicionalidades depende da oferta dos serviços de saúde e educação, e somente esse último é ofertado regularmente. O acompanhamento das práticas alimentares neste estudo mostra que o PBF tem desempenhado um papel importante, mas insuficiente, na alimentação das famílias indígenas.

Palavras-chave: Indígenas, política pública, Programas de transferência condicionada de renda, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This research is inserted in the discussion about the importance of the public politics had considered the feature of the indigenous peoples. It is treated to a quali-quantitative research about food practices and the socio-demographic profile of users indigenous families of the Programa Bolsa Familia, and they reside in periurbana community of the City Sao Gabriel da Cachoeira, in the State of the Amazonas. For the quantitative study there were used two databases, the first one with secondary data of 2018 (available in: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/data-table.php>) and the constituted second of resultant primary data of the application of specific form to 26 families of the investigated community. The qualitative study it involved interviews semi-structured with 10 beneficiary families of the Programa Bolsa Familia and observation of a Baniwa family with daily register of the food practices. In the studied community, 43% are beneficiary of the Programa Bolsa Familia, in the majority lesser of 15 years. All the families depend on agriculture for the feeding and generation of incomes, the resource of the Programa Bolsa Familia produces a middle income for R\$ 300.00, representing 61.7% of the familiar income. There are several obstacles to the access of the resource of the Programa Bolsa Familia, even in the context periurbano. The families relate that the resource is insufficient for its necessities, being used mainly for food purchase, followed of other basic item. The fulfilment of the must depends on offers of the services of health and education, and this last one is only offered regularly. The accompaniment of the food practices in this study shows that the Programa Bolsa Familia has been fulfilling an important, but insufficient paper, in the food of the indigenous families.

Keywords: Indigenous, public policy, Conditional income transfer programs, Programa Bolsa Familia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	15
1. Políticas de transferência de renda, Programa Bolsa Família e povos indígenas	15
1.1 Políticas Públicas e os indígenas	15
1.2 Política de transferência de renda no Brasil	19
1.3 Política de Transferência condicionada de renda – O Programa Bolsa Família em territórios indígenas	23
CAPÍTULO II	28
2. Segurança alimentar e nutricional, espaço social alimentar e práticas alimentares	28
2.1 Política de Segurança Alimentar e Nutricional entre os povos indígenas	28
2.2 Espaço social alimentar e práticas alimentares	32
2.3 Alimentação e povos indígenas do Alto Rio Negro	36
CAPÍTULO III	42
3. Metodologia da pesquisa	42
3.1 A Região Noroeste do Amazonas - Alto Rio Negro	43
3.2 Local de estudo	47
3.3 Participantes do estudo	48
3.4 Técnicas e Instrumentos de coleta de dados	50
3.5 Procedimentos para coleta de dados	51
3.6 Análise dos dados	55
3.7 Início da pesquisa no campo	56
CAPÍTULO IV	58
4. Resultados	58

4.1 Descrição dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de São Gabriel da Cachoeira.....	58
4.2 Descrição e caracterização da Comunidade de Itacoatiara Mirim	59
4.3 Descrições do Cotidiano: A rotina na comunidade.....	69
4.4 Perfil sociodemográfico dos moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim.....	75
CAPÍTULO V	86
5. Beneficiários Baniwa de Itacoatiara Mirim – Público-alvo do estudo	86
5.1 Programa Bolsa Família nas falas Baniwa	87
5.2 Bloco I – Cadastro e opinião sobre o Programa Bolsa Família	89
5.3 Bloco II - Conhecimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família... ..	94
5.4 Bloco III - Recebimento e deslocamento para o saque do recurso do Programa Bolsa Família.....	96
5.5 Bloco IV - Compra de produtos e alimentos	98
CAPÍTULO VI.....	104
6. O cotidiano das práticas alimentares e o uso de recursos do Programa Bolsa Família a partir do convívio com uma família Baniwa	104
6.1 Experiência da Fome.....	127
6.2 Programa Bolsa Família e a Segurança Alimentar e Nutricional	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propôs a analisar as experiências de indígenas do Alto Rio Negro no acesso e uso dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF) e suas possíveis relações com as práticas alimentares de famílias indígenas. Perpassa neste debate uma preocupação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos povos indígenas como condição fundamental para sua saúde.

As motivações que levaram à realização deste projeto estão relacionadas com as modificações vivenciadas pelos povos indígenas do Alto Rio Negro (ARN) quanto aos seus modos de vida e cotidiano das práticas alimentares, e sua possível relação com a obtenção de recursos ofertados por políticas públicas.

A pesquisadora, que é nascida na Cidade de São Gabriel da Cachoeira, pertence à etnia indígena Baré, atua com as populações indígenas desde a conclusão da graduação na Universidade do Estado do Amazonas, e é a primeira mulher indígena a concluir o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em condições de vida e situações de saúde na Amazônia. Durante sua atuação profissional na saúde indígena pôde presenciar as dificuldades e modificações nos modos de vida que estão ocorrendo entre as populações indígenas do Alto Rio Negro.

Por outro lado, identificou-se um pequeno número de pesquisas que analisam a implantação do Programa Bolsa Família em contextos indígenas, ressalta-se que existem dados que apontam para uma importante vulnerabilidade na situação alimentar e nutricional destas populações.

Optou-se por realizar a pesquisa com o grupo étnico Baniwa devido à existência de trabalhos anteriores sobre práticas alimentares destes indígenas, e por existir um grupo de pesquisas que atua há algumas décadas com eles. Inicialmente, pretendia-se desenvolver o trabalho de campo junto às comunidades localizadas em área rural, mas devido a dificuldades em obter autorização para a entrada em território indígena, optou-se por desenvolver a pesquisa em uma comunidade fundada por este povo na área periurbana de São Gabriel da Cachoeira. Ademais, o fato de os indígenas terem migrado de sua comunidade de origem há mais de 20 anos nos trouxe um maior interesse no conhecimento das práticas alimentares devido à convivência próximo à cidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da temática de políticas públicas de transferência de renda e o Programa Bolsa

Família, com destaque para os estudos desenvolvidos com os povos indígenas (Capítulo I).

Consideramos que é um direito constitucional dos indígenas terem acesso às políticas públicas que são ofertadas pelo Estado. Entretanto, essas são implementadas de forma homogênea em toda a população, mas deveria se considerar que as populações indígenas têm formas peculiares e próprias de concepção de mundo, de vida, de alimentação, de saúde-doença, entre outras, e a introdução dessas políticas ao desconsiderar essas especificidades ferem os princípios constitucionais conquistados pelos povos indígenas (Artigo 231).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi evidenciado no Censo realizado em 2010 que mais de 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas no Brasil, representando 0,5% da população total do país. Desse total, 315.180 indígenas vivem em áreas urbanas e 502.783 em área rural. A Região Norte mantém a supremacia com 37,4% dos autodeclarados indígenas (IBGE, 2010). Esse contingente de indígenas autodeclarados possui acesso às políticas públicas como seu direito estabelecido na constituição federal brasileira.

Dessa forma, as políticas públicas se referem à proteção oferecida pelo Estado aos seus cidadãos, nas quais incluem-se políticas sociais, nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento e alimentação, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais (CASTRO et al. 2009). As conquistas sociais no Brasil pós-Constituição de 1988 visam à redução das desigualdades sociais e em saúde da população, entretanto, as políticas públicas de forma geral ao serem criadas não levaram em conta as diversidades socioculturais, históricas e geográficas da população brasileira, de modo que na sua formulação e implementação têm um caráter homogeneizado e universalista. Esse modo de atuação do Estado brasileiro vem se perpetuando desde a invasão inicial do território pelos portugueses até os dias atuais, neste sentido, as populações amazônicas parecem permanecer numa certa invisibilidade estimulada pela desigualdade intrarregional (FEITOZA, 2011).

Nos últimos anos, as políticas redistributivas de renda ganharam destaque, tendo como um dos maiores programas sociais do país o Programa de Transferência Condicionada de Renda Bolsa Família (PBF). O PBF foi criado em 2003 como uma estratégia do Estado brasileiro para o combate à fome e a erradicação da pobreza. Essa política atende a todos os municípios brasileiros e é destinada às famílias que se

encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, tendo entre os seus objetivos o combate à fome e à desnutrição (BRASIL, 2015). Outra política pública relacionada ao combate à fome é a política de segurança alimentar e nutricional, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, em seu artigo 3º, diz que:

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006, p. 4).

As duas propostas oferecidas pelo Estado relacionam-se entre si devido aos seus objetivos em comum, tais propostas são fundamentais para a erradicação da pobreza e a retirada das famílias da miséria, sendo a falta de alimentos um dos principais agravos que acomete as populações indígenas.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome demonstra que atualmente existe uma cobertura de 116.216 mil famílias indígenas beneficiárias do PBF em diferentes regiões do país. No Amazonas, cerca de 33.393 mil famílias são beneficiárias (BRASIL, 2018). No interior do Estado do Amazonas, o Município de São Gabriel da Cachoeira (SGC) conta com 5.302 famílias beneficiárias, num total de 25.576 indivíduos, sendo que destes, 14.410 vivem na área rural de São Gabriel da Cachoeira ¹ (BRASIL, 2016).

As culturas amazônicas, sejam elas identificadas como caboclas, indígenas, ribeirinhas ou outras, têm especificidades na forma de ver o mundo, de acordo com os valores estabelecidos em sua cultura, e cada cultura vê o mundo através de pressupostos que lhes são próprios (GRUPIONI, 1997). Estudar as particularidades indígenas e entender seu modo de vida é essencial para a compreensão da necessidade de uma abordagem diferenciada. A população indígena da Região Amazônica é mesclada por grupos distintos em relação às etnias, cada uma com suas especificidades, compondo um mosaico cultural e particular no cotidiano destes povos.

¹ O Relatório sobre o número de beneficiários de São Gabriel da Cachoeira foi cedido por meio do protocolo 2582000069201767 de 25 de janeiro de 2017, pelo serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Ouvidoria/SE. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Esplanada dos Ministérios, Bl. C, sala T-21.

Nesse sentido, reafirma-se a urgência de inserir as dimensões culturais na avaliação das políticas públicas, a fim de reorientar as formas de planejamento, desenho, implantação e análise. Deve-se ressaltar que a estrutura e o processo de uma política ou programa público são fatores que interferem no resultado e na perspectiva dos direitos humanos (VALENTE, 2007). GEERTZ (2008) diz que a cultura é fundamental para a criação, sobrevivência, permanência e interação da sociedade com os modos de vida, extra e inter-relacionais entre si e com os outros povos.

Assim, tivemos como objeto geral: discutir as práticas alimentares de Famílias da etnia Baniwa vinculadas ao Programa Bolsa Família na Região Periurbana de São Gabriel da Cachoeira. Como objetos específicos estabelecemos: a) descrever as práticas alimentares de famílias indígenas da etnia Baniwa que vivem em região periurbana e que recebem o recurso do Bolsa Família; b) discutir as experiências de acesso e uso dos recursos do Programa Bolsa Família de famílias indígenas em área periurbana de São Gabriel da Cachoeira e; c) refletir sobre a relação entre o recurso do Programa Bolsa Família e a Segurança Alimentar e Nutricional de famílias indígenas com base na experiência do Alto Rio Negro.

Para a obtenção dos dados, a metodologia utilizada foi um estudo de campo qualitativo, com observação participante. Segundo MINAYO (2008), a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Houve ainda a utilização da entrevista semiestruturada que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada pelo entrevistador (DESLANDES, 2010).

Foi descrita na Metodologia de forma resumida a história do contato de índios com não índios na região, demonstrando as dificuldades vivenciadas pelos indígenas e as imposições próprias dos brancos nos modos de vida dos indígenas.

Construiu-se um quadro de acordo com o modelo de POULAIN e PROENÇA (2003b), a fim de caracterizar as especificidades das práticas alimentares da família Baniwa que acolheu a pesquisadora.

Nesse sentido, considerando a necessidade de refletir sobre as especificidades da implantação de políticas públicas junto às populações indígenas, buscou-se discutir acerca do uso do recurso do PBF, opiniões e dificuldades no acesso ao recurso, e ainda o

acompanhamento etnográfico das práticas alimentares de uma família Baniwa beneficiária do PBF relacionado com a SAN. Baseando-se nesses dados foi possível refletir sobre o acesso ao recurso e sua influência na segurança alimentar dessas populações vulneráveis, evidenciando a importância de analisar a opinião dos indígenas sobre as políticas públicas e as possíveis modificações que causam nos seus modos de vida.

No Capítulo I será exposta a revisão bibliográfica sobre as políticas de transferência de renda, Programa Bolsa Família e povos indígenas, em que buscou-se relatar os principais achados dos temas, fazendo a discussão acerca dos conceitos gerais das políticas públicas, até a sua influência nos modos de vida das populações indígenas no Brasil.

O Capítulo II dá ênfase à Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, conceituando o tema em debate juntamente com a discussão sobre a SAN entre os indígenas do país, demonstrando as especificidades das populações em relação às práticas alimentares e sua influência nas condições de saúde dessa população.

No Capítulo III a metodologia da pesquisa de campo será detalhada, a fim de demonstrar como foi realizado o trabalho, as dificuldades encontradas e as formas de diálogo para a autorização da pesquisa na comunidade de estudo.

O Capítulo IV enfatiza a descrição da comunidade estudada, na qual evidencia-se a diversidade cultural existente por meio da sua origem, rotina da comunidade e das famílias, e o perfil sociodemográfico dos moradores.

No Capítulo V serão expostas as principais falas das famílias Baniwa beneficiárias do PBF sobre o cadastro, condicionalidades do programa, recebimento e deslocamento para o saque, compra de produtos e alimentos, além da opinião e dificuldades relacionadas ao PBF, relatadas pela família Baniwa.

No Capítulo VI será exposto o cotidiano das práticas alimentares e o uso do recurso do PBF com base na convivência com uma família Baniwa durante a observação participante. A experiência da fome e a relação do PBF com a Segurança alimentar e nutricional serão expostas neste mesmo capítulo.

CAPÍTULO I

1. Políticas de transferência de renda, Programa Bolsa Família e povos indígenas

1.1 Políticas Públicas e os indígenas

Inicialmente, gostaríamos de abordar algumas questões gerais sobre políticas públicas, que são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos como novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (BRASIL, 2006).

As políticas públicas são fundamentais para a superação das desigualdades socioeconômicas e sanitárias em que vivem as populações de baixa renda no país, nas quais têm uma grande expressividade territorial, influenciando de forma direta nos modos de vida das populações (VIANA et al. 2007). Por outro lado, essa perspectiva aponta para uma visão de que a Nação é um conjunto homogêneo de cidadãos, parecendo ser pouco sensível à diversidade, apontando para uma “identidade nacional” única.

A efetivação de direitos de cidadania para os povos indígenas pressupõe o reconhecimento de sua autonomia como coletividades diferenciadas. Assim, a participação indígena na construção de políticas públicas diferencia-se de outros grupos sociais na medida em que é representativa de coletividades com especificidades que as distinguem da sociedade nacional.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que estabeleceu o direito à participação e à consulta livre, prévia e fundamentada como direito, dispõe do Artigo 7º que fala sobre os direitos dos povos indígenas, afirmando que os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação,

aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, 1969).

Sem grandes aprofundamentos, podemos apontar que o Estado brasileiro implementou uma primeira política pública direcionada aos povos indígenas no início do Século XX. Por meio do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que objetivava tanto a proteção e integração dos índios, quanto à fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão de obra encontrada pelas expedições oficiais correlacionando práticas de trabalho, vida e linguagem (BERNARDES, 2011).

No estudo sobre os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil, GARNELO et al. (2003) fazem um comentário sobre a atuação da SPI, afirmando que:

“A ideia de proteção das populações indígenas em contato com não índios, contida na própria sigla do órgão, pressupunha uma atuação que visava minimizar os inevitáveis conflitos gerados pela ocupação de territórios indígenas por diversos agentes econômicos em expansão, tais como madeireiras, empresas de garimpo e outras agroempresas. (...) Assim, diversas foram as tentativas de implementação de atividades econômicas ‘modernas’ entre os povos indígenas: inserção de novas culturas agrícolas, tentativas de produção para o mercado, modificações nas formas tradicionais de organização do trabalho” (GARNELO et al. 2003, p. 38-39).

Passados alguns anos de transformações no Estado brasileiro, incluindo leis e normativas ampliando as ações sociais do Estado, organização da assistência à saúde previdenciária e expansão da educação básica, em 1942, por meio do Decreto nº 10.652, de 16 de outubro, o SPIILTN passou por um processo de reorganização. Essa instituição passou a ser nominada de Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ainda vinculado ao Ministério da Agricultura, cujo objetivo era de proteger os índios e, progressivamente, enquadrá-los no sistema produtivo. Em 1943, o SPI aumentou suas funções assistenciais e criou um serviço de saúde a fim de atender as demandas dos índios (MARTINS, 2013).

Diante das dificuldades do SPI em se organizar quanto à assistência à saúde da população indígena, o Governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, tendo a preocupação de criar uma infraestrutura de atendimento à saúde das populações indígenas, criou o

serviço de unidades sanitárias aéreas. Com a chegada dos militares ao poder, em 1964, retomou-se a ideia do índio como obstáculo para o desenvolvimento do país, momento em que se agravava o processo de decadência do SPI. Em 1967, por meio da Lei nº 5.371/67, o governo criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com as atribuições de estabelecer as diretrizes de política indigenista, exercer a tutela dos índios não integrados, gerir o patrimônio indígena, promover estudos e pesquisas, prestar assistência médico-sanitária, educação de base, e exercer o poder de polícia nas áreas indígenas. A FUNAI substituiu o SPI e estabeleceu uma Divisão de Saúde para cuidar da assistência à saúde das populações indígenas, que se daria por meio de Equipes Volantes de Saúde (MARTINS, 2013).

No final da década de 1980, as lutas dos movimentos indígenas brasileiros e internacionais, da sociedade civil organizada e da opinião pública resultaram na aprovação dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. Esses direitos indígenas fundamentam-se em dois aspectos: a) o art. 231, que assegura o direito à diferença, voz própria e usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas; b) o art. 232 que garante relativa autonomia política ao afirmar que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (BRASIL, 2017).

Passados alguns períodos de lutas dos movimentos sociais indígenas:

“A Constituição de 1988 dá um novo tratamento aos povos indígenas: reconhece sua identidade cultural própria e diferenciada (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições), assegurando o direito de permanecerem como índios e explicita como direito originário (que antecede a criação do estado) o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam. Segundo a Constituição Federal, cabe ao Estado zelar pelo reconhecimento destes direitos por parte da sociedade. O papel do Estado passa, então, da tutela de pessoas para a tutela de direitos” (MARTINS, 2015, p. 40).

Diante da Constituição Federal de 1988 firmou-se uma nova era de cidadania aos indígenas, conferindo aos mesmos o respeito por suas especificidades culturais, o direito à terra e a políticas públicas diferenciadas no âmbito da educação, saúde e seguridade social (BORGES, 2016). Somente no final da década de 1980 é que os índios

foram plenamente reconhecidos como sujeitos de direitos territoriais, civis e políticos, não sem uma forte resistência frente ao padrão colonial de poder vigente.

As políticas de Estado produzidas e negociadas no complexo cultural do capitalismo contemporâneo demoraram para reconhecer a cidadania indígena, em parte sustentado pelo etnocentrismo (LIMA, 1995). QUIJANO (2014) diz que, nas últimas décadas, os índios tiveram razoável sucesso na resistência ao *status* de ser uma “população transitória”, tendo conquistado o reconhecimento de que a eles poderiam ser direcionados os mesmos programas, projetos e ações concebidos para a população em geral.

A participação social dos indígenas iniciou a partir dos anos 1990 por intermédio do movimento indígena, gerando ampliação da participação em programas do governo. Essa participação ocasionou, segundo ALMEIDA (2008):

“O acesso a vagas em comissões consultivas ou deliberativas, assim como a conquista de espaços nas discussões de políticas públicas que os atingissem, foram comemorados pelos próprios índios como avanços na direção do protagonismo indígena (...) cada espaço aberto foi sendo conservado e ampliado, na medida do possível ou da força que o movimento indígena tinha no momento, às vezes com retrocessos” (ALMEIDA, 2008, p. 178).

Muitos desses espaços de participação social replicam-se em âmbitos estadual e municipal e devem igualmente prever a participação indígena para garantir que os modos de vida indígenas sejam reconhecidos, respeitados, e valorizados e considerados pelas políticas públicas que se desenvolvem em todas as esferas (BRASIL, 2018).

Além da inserção de seus direitos na Constituição Federal, as lutas indígenas e indigenistas reivindicaram a criação de um subsistema de saúde público específico, implantado em 1999 pela Lei Arouca, e integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essa proposta faz parte da defesa da organização de políticas sociais específicas e diferenciadas segundo os contextos socioculturais dos povos indígenas do Brasil (CARDOSO, 2012).

Na década de 90, iniciou-se a implantação de programas de garantia de renda mínima visando à pobreza e à desigualdade. Esses programas foram recomendados a todos os países membros da União Europeia a partir de 1989, e trouxe bons resultados nos índices relativos à redução da pobreza e da desigualdade nestes países, estimulando vários outros a começarem a implantação de tais programas, como o Brasil (LAVINAS,

2004). No campo das políticas de redução da desigualdade/pobreza, os Programas de Transferência de Renda tiveram maior destaque, principalmente quando considerados os países da América Latina, como Argentina, Brasil, Costa Rica e Chile (LAVINAS, 2004).

FREITAS e PENA (2007) argumentam que a manutenção da política macroeconômica não permitirá a eliminação da desigualdade nem a plena realização dos direitos, uma vez que o foco é o mercado/capital e não o ser humano.

PIOVESAN (2005) afirma ainda que a abordagem do indivíduo deve ser feita à luz do seu reconhecimento como sujeito de direito, com toda a sua peculiaridade e especificidade, e não mais de forma genérica e abstrata. Tal argumento é enfatizado por ALBUQUERQUE (2009), que diz que:

“Quando o indivíduo é compreendido como um sujeito sócio-histórico-cultural, ele não é tratado como um mero objeto de política, e sim como um titular de direitos, para o qual seus direitos fundamentais têm de ser assegurados” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 899).

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de maior diálogo com as populações indígenas na construção e implementação das políticas públicas. Em um sistema democrático, espera-se que, além do poder público, outros atores sociais participem ativamente do debate e da definição do desenho das políticas públicas (IPEA, 2007). É por esse motivo que somente com base no empoderamento da sociedade o controle social poderá ser exercido em toda a sua plenitude, e a correlação de forças entre os diferentes atores sociais exercida com mais igualdade (PIOVESAN, 2005).

1.2 Política de transferência de renda no Brasil

Os países em desenvolvimento têm um elevado grau de desigualdade social e pobreza, sendo que este afeta também os países ricos. Dessa forma, existe um interesse mundial pela redução progressiva da pobreza, que gerou o acelerado crescimento dos programas de transferência de renda (RAMOS et al. 2015).

Vários países em desenvolvimento aderiram ao programa de transferência de renda como subsidio para a melhoria das desigualdades sociais. As experiências são diversas, segundo RAMOS et al. (2015):

“Muitos países conseguiram obter sucesso com a implantação de programas de transferências de renda. Com o seu programa “Progres”, o governo do México auxiliou as famílias em setores como saúde e educação: condicionalidades do programa, as

famílias teriam que fazer exames médicos regularmente e manter as crianças nas escolas. Obrigatório também que a mãe fizesse um curso sobre nutrição e prevenção de doenças. O “Progres” foi criado em 1997, com 300 mil beneficiários, e chegou a cinco milhões de famílias, em 2008. Destacam-se, também, os programas “Familias em Acción” na Colômbia, o Fancini na Argentina e o “Chile Solidario”. No Brasil (1995), os programas precursores desse tipo de assistencialismo surgiram em Brasília (DF) e Campinas (SP)” (RAMOS et al. 2015, p. 11).

A Política de Transferência de Renda foi consolidada no Brasil a partir da década de 1990 com o intuito de combater a fome e a pobreza. A partir de 1995 foram implantados programas municipais de renda mínima nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, no Estado de São Paulo, e o Programa Bolsa Escola na Cidade de Brasília, no Distrito Federal. Somente a partir de 1999 é que programas dessa natureza começaram a se difundir para outros estados e, em nível nacional pelo governo federal, essa propagação aconteceu apenas em 2001 com a criação de dois programas: o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Em 2001, o governo lançou o Cadastro Único (CadÚnico) para todos os seus programas sociais, constituindo um banco de dados centralizado pela Caixa Econômica Federal. O Cadastro Único tem como objetivo consolidar o processo de cadastramento dos beneficiários da Rede de Proteção Social no Brasil. Em 2003, a gestão federal reformulou a Política Nacional de Transferência de Renda e criou o Programa Bolsa Família, implementado em 2004. Na prática, o PBF representa a fusão de alguns programas da gestão anterior: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Auxílio Gás e Cartão Alimentação (BRASIL, 2010).

Com a gradativa consolidação da Política de Transferência de Renda, os programas governamentais passaram a ter as denominadas condicionalidades, não existentes nas políticas de transferência de renda anterior. As condicionalidades significam que as famílias assumem que precisam cumprir algumas condições obrigatórias, estas estão relacionadas principalmente à adesão aos serviços de educação e saúde (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

O PBF assenta-se sobre três pilares centrais: 1) a transferência de renda, de forma a possibilitar o alívio imediato da pobreza, na qual visa a combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; 2) as condicionalidades que integram um conjunto de

atribuições à família, tais como a assistência pré-natal, o esquema completo de imunização das crianças, o monitoramento do crescimento e desenvolvimento infantil, frequência regular à escola, com a perspectiva de reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social e; 3) os programas complementares, tais como a vigilância alimentar e nutricional, junto com as participações em atividades educativas, visando a criar oportunidades para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade e possam romper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (BRASIL, 2015).

A gestão e o acompanhamento das condicionalidades do PBF envolvem um complexo mecanismo institucional que demanda a articulação dos três entes federativos (União, estados e municípios) e diferentes setores (saúde, educação e assistência social).

Podem participar do PBF as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que estejam registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A definição das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza é feita com base na renda familiar mensal por pessoa. Atualmente, são consideradas famílias em extrema pobreza aquelas com renda familiar mensal igual ou inferior a R\$ 77,00 por pessoa. Já as famílias em situação de pobreza são aquelas com renda mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa. É importante ressaltar que o cadastramento da família no Cadastro Único não significa sua entrada automática no PBF. O critério principal de seleção das famílias para o PBF é a sua renda *per capita*. As famílias com menor renda são as primeiras a serem incluídas no Programa. A seleção das famílias para participar do PBF é feita de forma objetiva e automatizada (BRASIL, 2015).

As famílias beneficiárias têm como obrigação, com risco de exclusão do Programa, a manutenção de crianças de 7 a 15 anos na escola e a frequência regular aos postos de saúde de crianças de 0 a 6 anos de idade, e de gestantes, para o acompanhamento do pré-natal (BRASIL, 2010).

Para cada município é estabelecida uma estimativa do número de famílias em situação de pobreza. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ambos executados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O valor a ser recebido por uma família do Programa depende de sua renda *per capita* mensal e da composição familiar, isto é, se há crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrizes (BRASIL, 2015).

O PBF trabalha com diferentes tipos de benefícios, tais como:

1. Benefício Básico que é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza, estas famílias recebem este Benefício mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em sua composição;
2. Benefício Variável: é concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis;
3. Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): também chamado de Benefício Variável Jovem, é concedido às famílias do Programa que tenham jovens entre 16 e 17 anos. Além dos cinco Benefícios Variáveis, cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente;
4. Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP) é concedido às famílias cuja renda familiar *per capita* se mantenha igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico Variável e/ou BVJ). Assim, o valor do BSP será o equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa da família supere a linha de extrema pobreza (R\$ 77,00).

A combinação desses benefícios faz com que cada família receba um valor diferente (BRASIL, 2015). A família beneficiária do PBF deve retirar seu benefício a cada seis meses, no máximo, sob pena de ter o repasse subsequente devolvido e até o bloqueio do benefício, sem desconsiderar o direito fundamental de ir e vir de todo o cidadão brasileiro. Observa-se que esse fato tem gerado nas famílias indígenas uma necessidade de deslocamento completamente atípico aos centros urbanos (FRANZINI, 2016).

Passados alguns anos do início da implementação das políticas de transferência de renda no Brasil, questiona-se sobre seus impactos nas desigualdades sociais e de saúde, mas também no cotidiano das famílias brasileiras de baixa renda.

Especificamente nas famílias que vivem em comunidades na Amazônia, umas das preocupações expressas são os impactos positivos ou negativos desse programa na dinâmica socioeconômica e no modo de vida da população (FEITOZA, 2011).

O estudo sobre políticas públicas e transferência de renda no Brasil, realizado nas áreas rurais do Município de Abaetetuba, com um total de 38 comunidades no nordeste paraense, afirma que as transferências governamentais são uma importante ferramenta de investimento para as famílias beneficiárias, pois com base na renda são

realizados planejamentos de compras de materiais de consumo, como os alimentos, principal item relatado, e materiais não produtivos, como, por exemplo, eletrodomésticos (RAMOS et al. 2015).

1.3 Política de Transferência condicionada de renda – O Programa Bolsa Família em territórios indígenas

O estudo sobre políticas públicas e programas de transferência de renda no Brasil resume de forma prática os objetivos do programa Bolsa família, em que, segundo RAMOS et al. (2015):

“O programa Bolsa Família pauta-se fundamentalmente pela articulação de três dimensões para a superação da pobreza: promoção do alívio imediato do sofrimento causado pela pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias pobres e indigentes; reforço no exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, para que as famílias atendidas consigam romper o ciclo da pobreza e a articulação com programas complementares de geração de emprego e renda, para que os beneficiários possam superar situação de vulnerabilidade e pobreza futura” (RAMOS et al. 2015, p. 27).

O Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas do Ministério de Desenvolvimento Social realizou uma pesquisa etnográfica em sete territórios indígenas (TI), no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014: TI Alto Rio Negro (AM), TI Barra Velha (BA), TI Dourados (MS), TI Jaraguá (SP), TI Parabubure (MT), TI Porquinhos (MA) e TI Takuaraty/Yvykuarusu (MS) (BRASIL, 2015). A metodologia utilizada foi com base no método da etnografia e na observação participante. O trabalho de campo nas sete terras indígenas aconteceu entre os meses de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, com um tempo mínimo de 80 dias de permanência na comunidade. A pesquisa de campo tinha por objetivo produzir um relato etnográfico sobre os efeitos do PBF na população indígena, por meio de entrevistas semiestruturadas, do diálogo informal e, principalmente, da observação do dia a dia das pessoas (técnica conhecida como observação participante), tendo por complementos o registro fotográfico e em áudio e a análise documental. Nessa pesquisa, buscou-se acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os impactos sociais e o desempenho das ações da Rede de Serviços de Proteção Social Básica nas comunidades indígenas, analisando especificamente o impacto do PBF nesta população e nas terras indígenas estudadas.

Esse grupo de trabalho gerou um relatório afirmando que é necessário mudar o perfil de organização do PBF nos seus diversos componentes, tal como a forma de transferência do pagamento, sugerindo que seja realizado nas próprias comunidades, e não na rede bancária. Ressaltou ainda que é necessário se questionar sobre os efeitos colaterais da distribuição de renda para as diferentes realidades vividas pelos povos indígenas no país (BRASIL, 2015).

ATHILA (2016) afirma que a inclusão de famílias indígenas no PBF é uma importante iniciativa por se tratar de uma população vulnerável, porém, diz que é necessária a realização de acompanhamento, avaliação do funcionamento, relevância e efeitos do programa nesta população. Afirmado essa especificidade, GONÇALVES (2008) diz que o modo de vida da população amazônica é singular, pela diversidade territorial e populacional. Essas populações reorganizam seu espaço baseando-se em um modo próprio de viver, entrelaçados nas suas múltiplas diversidades. Por exemplo, levando-se em conta que o PBF visa a ampliar o acesso a alimentos, a implementação desta política poderia considerar que diferentes grupos sociais possuem concepções próprias sobre a alimentação, com aspectos simbólicos e representacionais heterogêneos (CONTRERAS, 2005).

Tal argumento é enfatizado por GONÇALVES (2008), que destaca que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia são pensados de forma nacional, excluindo as diferenças e a heterogeneidade da população que nela vive. Esse questionamento pode ser aplicado ao Programa Bolsa Família, que reproduz o tratamento homogêneo gerado pelo Estado brasileiro para a população nas suas diversas regiões. SCHERER (2004) aponta a necessidade de análises pautadas na singularidade, na diversidade e nos modos de vida de determinadas populações para se obter reflexões e estratégias em torno de um possível desenvolvimento local por meio de políticas públicas.

A inclusão de famílias que residem em comunidades indígenas no PBF ocorre no contexto da universalização das políticas sociais, em que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ressalta que estas populações devem usufruir dos direitos básicos de cidadania garantidos pela Constituição (SOUZA, 2013). Entretanto, a ampliação do acesso às políticas sociais a esses grupos parece ignorar a diversidade sociocultural dessas populações.

O relatório do MDS enfatiza ainda que o acesso aos pontos de saque do recurso transferido pelo PBF é um problema em praticamente todas as terras indígenas incluídas

na pesquisa. Em alguns casos, os pesquisadores identificaram que o deslocamento das famílias indígenas para acessarem a rede bancária pode levar vários dias de viagem por rios, igarapés e caminhos no meio da mata. Nesse contexto, a implantação de políticas públicas no contexto da diversidade geográfica intrarregional amazônica tem contribuído para uma grande proliferação e migração dos indígenas para as margens dos rios, como foi observado no principal porto fluvial do Município de São Gabriel da Cachoeira - AM. Esses deslocamentos, conforme descreve o relatório do MDS, sujeitam essas populações indígenas a diversos problemas e agravos relacionados à alimentação, moradia e saúde (BRASIL, 2015).

O estudo de FRANZINI (2016) com indígenas do Estado do Acre demonstra que o PBF contribui para a desarticulação do social indígena, inserindo-os na categoria de pobreza e à lógica do mercado, convertendo-os em consumidores. Essa transformação das populações indígenas em pobres e clientes do assistencialismo contribuiu para a perda da territorialidade arduamente conquistada.

FEITOZA (2011) afirma em seu estudo com indígenas do Amapá que para sacar o benefício as pessoas têm de sair de suas aldeias enfrentando dificuldades de transporte e de alimentação, pressão psicológica e vários constrangimentos nos estabelecimentos onde sacam e onde gastam o recurso.

O MDS constatou ainda que os funcionários que estão em contato direto com a população necessitam ser mais bem preparados para se relacionar e se comunicar com os indígenas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nas prefeituras municipais. Devido à diversidade linguística dessa população e variado grau de apropriação da língua português, esses profissionais têm dificuldade em dialogar com eles, sendo esta problemática apontada como um obstáculo à comunicação e compreensão de ambas as partes (BRASIL, 2015).

Em relação às condicionalidades impostas pelo PBF, foi evidenciado que o acesso das famílias indígenas às instalações e aos serviços de atenção à saúde é irregular. Também se identificou problemas de transmissão e atualização das informações de saúde via Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena – SIASI, o que pode resultar em bloqueio do repasse do recurso do PBF por supostos descumprimentos da condicionalidade de saúde. Esse tipo de problema operacional do PBF pune unilateralmente os beneficiários e desconsidera o

estado atual de precarização dos serviços de saúde e de educação escolar, destinados aos povos indígenas (BRASIL, 2015).

O estudo de CASTRO (2009) sobre as percepções acerca do PBF na sociedade brasileira evidenciou um alto grau de conhecimento do Programa pelas famílias pesquisadas, em que a quantidade de pessoas que não souberam responder foi menor que 1%. Quando indagadas sobre se o PBF fazia diferença boa ou ruim para o Brasil, quase três a cada quatro pessoas responderam (72%) que o Programa traz coisas boas para o país. Porém, o estudo etnográfico do MDS acerca do PBF entre os povos indígenas reconhece no geral o baixo conhecimento da população indígena sobre o Programa. Os pesquisadores não encontraram indígenas que pudessem definir, descrever e explicar o Programa, ou seja, seus objetivos, regras, procedimentos, como obter ajuda para a resolução de problemas no percurso que vai do cadastramento ao saque do recurso financeiro e outros. O estudo enfatiza ainda que o desconhecimento sobre a política não significa que as pessoas não tenham suas explicações próprias, e que no dia a dia não se comportem de modo a garantir o acesso e continuidade de sua inserção no Programa (BRASIL, 2015).

FRANZINI (2016) diz que os deslocamentos e a ausência dos indígenas de suas aldeias por longos períodos podem induzir a uma quebra de vínculos com o modo de vida destes povos, afastando-os das rotinas e das práticas da vida em aldeia, podendo afetar o trabalho nos roçados (por meio da perda de períodos apropriados de plantio e de colheita) e perda de relações fortalecedoras de vínculos sociais como em momentos de festejos.

RAMON (2011) realizou um estudo no interior do Estado do Paraná para avaliar o impacto do PBF na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em quatro terras indígenas. Esse autor diz que as atuais políticas públicas, como o PBF, têm possibilitado o acesso aos gêneros alimentícios de primeiras necessidades, e uma maior permanência das crianças na escola. Nessa pesquisa, observou que 77,27% das famílias da terra indígena Faxinal e 63,89% daquelas nas terras indígenas de Ivaí cumprem a condicionalidade da frequência escolar.

A pesquisa de LAUSCHNER (2014) na Comunidade Simão, na área rural do Município de Barreirinha, no interior do Amazonas, sobre as experiências das mulheres indígenas Sateré-Mawé no acesso ao PBF revelou que são inúmeras as dificuldades vivenciadas no acesso ao Programa Bolsa Família. Um dos aspectos destacados pelas entrevistadas está relacionado à distância de 6 horas de barco da aldeia até a Cidade de

Barreirinha (AM), visto que não há acesso a telefone, internet e outros meios de comunicação, o que ocasiona o deslocamento inevitável. Nesse contexto, muitas famílias não possuem recursos financeiros para ir todos os meses à cidade a fim de verificar o pagamento do benefício social. Segundo a pesquisa, para a maioria das mulheres o PBF é visualizado como uma alternativa de renda fixa e previsível, impactando decisivamente no acesso aos bens de consumo.

Acerca da percepção dos indígenas sobre as condicionalidades do PBF, o relatório dos estudos etnográficos sobre o Programa entre povos indígenas concluiu que a compreensão geral que apareceu por praticamente todos os casos investigados é de que as condicionalidades são uma “tarefa” ou um “pedágio”, sendo em muitos casos algo bastante difícil para os beneficiários garantirem a continuidade do acesso ao benefício. O estudo destaca ainda que em nenhuma das aldeias estudadas registrou-se o abandono de suas atividades produtivas devido ao acesso ao recurso do PBF, e que em algumas aldeias o recurso é usado para compras de utensílios como material de pesca e ferramentas que possam ajudar na produção de alimentos (BRASIL, 2015).

O MDS sugere que seja constituído um subsistema específico, um Subprograma Bolsa Família Indígena, com regras e procedimentos próprios, desenvolvido com ampla participação e consulta aos povos indígenas, mediante as suas organizações e instituições próprias, para definir as mudanças necessárias e como implantá-las (BRASIL, 2015).

SCHWARTZMAN (2006) diz que é necessária uma melhoria na distribuição de renda a todas as famílias beneficiárias de programas sociais, pois observa-se o gasto inadequado do recurso, assim como insuficiência do valor; certo de que as políticas de transferência de renda demonstram mudanças no consumo das famílias, estas ainda são insuficientes para a redução da desigualdade de renda no país.

CAPÍTULO II

2. Segurança alimentar e nutricional, espaço social alimentar e práticas alimentares

2.1 Política de Segurança Alimentar e Nutricional entre os povos indígenas

Neste capítulo serão abordados os conceitos da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de forma que sejam compreendidos os conceitos e objetivos desta política, e posterior discussão sobre a sua relação com os povos indígenas, contextualizando as especificidades desta população com base em informações sobre a SAN.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição diz que:

“A alimentação e nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania” (BRASIL, 2012, p. 10).

Além disso, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, reconhece e estabelece que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo então o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população (BRASIL, 2006). Dessa forma, a garantia de uma alimentação adequada é efetivamente uma obrigação de Estado, concretizada por meio de políticas permanentes, envolvendo governos federal, estaduais e municipais, ao mesmo tempo em que demanda a participação da sociedade para fazer valer a exigibilidade deste direito por intermédio de luta pela democracia, justiça social e econômica para vencer a fome no Brasil (MANIGLIA, 2009).

Os hábitos alimentares se modificam com o passar do tempo, uns se tornam práticas vinculadas ao tradicional, outros inovam, outros desaparecem e/ou fixam-se e viram hábitos alimentares de grupos e povos distintos, expressando sua identidade alimentar, seja pela escolha dos alimentos, preparação e consumo. Todo esse contexto evidencia a história de uma população sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2006).

As práticas alimentares por meio da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o direito humano à alimentação adequada são essenciais para a sobrevivência humana, pois conforme cita MANIGLIA (2009):

“A vida humana é o bem mais considerado em todas as esferas globais, portanto deve ser garantido em todas as suas formas, não apenas no plano da sobrevivência, mas também nas condições saudáveis da existência e dignidade. Aqui, estabelece-se o direito à alimentação que é muito mais do que comer para sobreviver. Alimentar-se é um ato que projeta mais que sobrevivência, é uma permissão a uma vida saudável e ativa, dentro dos padrões culturais de cada país, com qualidade que propicie nutrição e prazer, e os produtos alimentícios devem ser inspecionados por órgãos responsáveis, que devem zelar continuamente por sua oferta e sua segurança às populações” (MANIGLIA, 2009, p. 123).

Diante dos objetivos da pesquisa deste trabalho, vamos relacionar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional com o PBF, pois este tem como um dos seus objetivos melhorar o estado nutricional dos beneficiários, retirando as famílias da situação de pobreza e extrema pobreza e conseqüentemente diminuindo a fome.

Entre os estudos relacionados à SAN, SALDIVAS (2010) relata a associação entre a inclusão do PBF com a elevação do consumo de itens alimentares processados industrialmente, com alta concentração de açúcar adicionado. Aponta-se uma chance de consumo de alimentos processados industrialmente 3,1 vezes maior entre os beneficiários (SALDIVAS, 2010). Esse mesmo estudo avaliou, em um grupo de 119 crianças na Região Nordeste, a frequência de consumo de três grupos de alimentos e apontou para o aumento da diversidade da alimentação. Porém, identifica-se maior ingestão de biscoito doce, balas, chocolates e refrigerantes entre as crianças beneficiadas pelo Programa.

Diante do consumo de alimentos não saudáveis, o estudo realizado por TRALDI e ALMEIDA (2012) sobre a repercussão do PBF na Segurança Alimentar e Nutricional alerta para a importância da integração das duas propostas do governo (SAN e PBF) com outros programas sociais, pois, segundo os autores, 95% das famílias estudadas encontravam-se com insegurança alimentar e nutricional, sendo a maior proporção dos gastos das famílias com alimentos, porém não saudáveis.

Existem poucos dados acerca da situação de Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas brasileiros, o primeiro estudo que apresenta dados do panorama nacional é o I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, realizado

entre 2008 e 2009 (COIMBRA, 2014). Com relação à produção de alimentos nos territórios indígenas, esse Inquérito Nacional apontou que das 113 comunidades/aldeias estudadas apenas 29,2% (33) delas referiram roças ou plantações coletivas.

As macrorregiões Sul/Sudeste foram aquelas que apresentaram as mais elevadas proporções, ou seja, de 18 aldeias, 10 (55,6%) referiram a existência de roças ou plantações coletivas. Nas demais macrorregiões, menos de um terço das aldeias/comunidades referiu esse tipo de cultivo alimentar coletivo. Em relação às roças e plantações domésticas, do total de aldeias investigadas, um conjunto de 97,3% referiu a presença destas roças; as proporções se mostraram elevadas em todas as macrorregiões, sempre acima de 90%. Nessas roças e plantações domésticas, o Inquérito apontou que em mais de 80% das aldeias predominaram o cultivo de milho e mandioca/macaxeira/aipim (ABRASCO, 2009).

Durante essa mesma pesquisa foi perguntado se os grupos domésticos das aldeias costumavam caçar, pescar e coletar para comer, e entre o conjunto das 113 aldeias, 85% indicaram que os grupos domésticos realizavam esta prática. Na Região Norte, houve uma frequência mais elevada (acima de 90%) e nas outras diversas macrorregiões acima de 60% referiram caçar e coletar para comer (ABRASCO, 2009).

Sobre a criação de animais para o consumo alimentar, o Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas diz que 31,0% (35 de 113) das comunidades indicaram haver criação coletiva de animais para o consumo, com destaque para a região Sul/Sudeste (50,0%). Para as demais macrorregiões, as proporções de aldeias com criação coletiva de animais foram de um terço ou menos. Considerando o país como um todo, boi/vaca foram os animais mais referidos quanto à criação coletiva (em 25/35, ou 71,4%). Para o conjunto das macrorregiões, no que diz respeito aos outros animais investigados (porco, galinha, pato, peru, cabra, bode, ovelha), as proporções foram em geral abaixo de 20% (ABRASCO, 2009).

Entre a população indígena, as estratégias domésticas para a obtenção dos alimentos mostram a compra como mais frequente em todas as macrorregiões, mesmo na macrorregião Norte, cujo acesso aos centros de comércio pode ser mais difícil. Diversos itens de consumo industrializados são comprados pela maioria das famílias indígenas. Contudo, verifica-se que a proporção de domicílios cujos alimentos provêm da compra é discretamente menor no Norte em comparação com as demais macrorregiões, nas quais praticamente 100% das famílias obtêm alimentos por compra (ABRASCO, 2009).

O Inquérito Nacional de saúde e Nutrição dos Povos Indígenas afirma ainda que existem várias etnias com parcelas expressivas de suas populações vivendo em áreas urbanas, portanto, não mais produzindo diretamente os alimentos consumidos. Existem famílias vivendo em terras indígenas que sofrem pressões exercidas pela expansão dos projetos de colonização rural e empresas agropecuárias, garimpos e indústria extrativista (madeira, por exemplo) e que aliadas a ambientes degradados, comprometem seriamente sua segurança alimentar e saúde (ABRASCO, 2009).

O relatório final do inquérito dá ênfase ao progressivo esgotamento dos recursos naturais e o comprometimento das atividades de subsistência que ocasionam a instabilidade na produção de alimentos. Esses problemas, somados às precárias condições sanitárias, contribuem para as elevadas prevalências de doenças infecciosas e parasitárias. A interação entre a desnutrição e as doenças infecciosas e parasitárias predispõe as crianças a efeitos negativos durante seu desenvolvimento, com importantes quadros de desnutrição crônica. Além da desnutrição, o estudo demonstrou que, em cada macrorregião estudada, a prevalência de anemia nas crianças indígenas atingiu níveis considerados graves, demandando ações e estratégias urgentes para a sua redução (ABRASCO, 2009).

RIBAS et al. (2001) já demonstravam uma elevada prevalência de desnutrição infantil e alimentação inadequada na aldeia indígena Térena, o mesmo foi evidenciado por PÍCOLI et al. (2006), ORELLANA (2006) e MORAIS et al. (2005), sendo que estes dois últimos identificaram ainda uma alta prevalência de anemia ferropriva em crianças Suruí no Amazonas e Terenas do Mato Grosso do Sul. Essa mesma situação de morbidade foi encontrada pelo estudo da ABRASCO (2009), que além da desnutrição e anemia ferropriva, o relatório cita o aumento dos casos de obesidade, de hipertensão arterial e de diabetes, chamando a atenção do papel das transformações socioeconômicas, culturais e ambientais, e mais especificamente das modificações relativas ao estilo de vida dessas populações.

Quanto à alimentação, o maior consumo de alimentos industrializados resulta em uma dieta mais calórica, rica em sódio, açúcar e gorduras, e pobre em fibras. Essas mudanças, associadas a níveis menos intensos de atividade física, favorecem o surgimento de casos de obesidade e de doenças cardiovasculares e metabólicas. Assim, somam-se as altas prevalências de doenças infecciosas e parasitárias, em proporção crescente, à ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis (ABRASCO, 2009).

Diante do exposto, BURLANDY (2007) diz que existe a necessidade da complementação dos programas de transferência de renda com outras políticas públicas, tendo a finalidade de potencializar o impacto sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, tais como, por exemplo, a garantia da qualidade sanitária e nutricional da alimentação, acesso à água potável, saneamento, programas de apoio à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, resgate da cultura alimentar, entre outros.

2.2 Espaço social alimentar e práticas alimentares

Para a abordagem teórico-metodológica da alimentação, elegeu-se a perspectiva da antropologia da alimentação para discutir estas práticas. Segundo PONS (1992) *apud* CANESQUI e GARCIA, (2005):

“A antropologia da alimentação aplica-se precisamente ao esclarecimento dos condicionantes culturais e sociais do comportamento alimentar, com base na reconstrução de cada sistema alimentar” (PONS, 1992 *apud* CANESQUI e GARCIA, 2005, p. 103).

POULAIN (2003) em seu estudo sobre o espaço social alimentar diz que a alimentação é uma prática cultural complexa na qual abrange múltiplas dimensões, desde as escolhas do que é consumido, produção do alimento em todos os contextos laborais, desde o plantio, colheita, separação, preparação, consumo, entre outros meios sociais.

As práticas alimentares da população em geral seguem critérios lógicos e coerentes com as visões de mundo nativas. Nessa perspectiva inclui-se a alimentação indígena, sendo este entendimento fundamental para a compreensão das formas de produção, distribuição e consumo de alimentos, incluindo nessa perspectiva a interação com os não índios (LEITE, 2012).

Foi utilizado o referencial teórico de POULAIN e PROENÇA (2003a) no qual afirmam os estudos sobre *espaço social alimentar*, entendido como ferramenta de análise de diferentes modelos alimentares. Para a construção desse referencial, POULAIN (2003a) se aproxima do conceito *de espaço social* designado por CONDOMINAS (1980), que amplia a noção de espaço para refletir sobre a relação entre natural e cultural, fugindo do determinismo cultural e/ou material. A Figura 1 demonstra as diferentes dimensões existentes dentro de um mesmo espaço social alimentar.

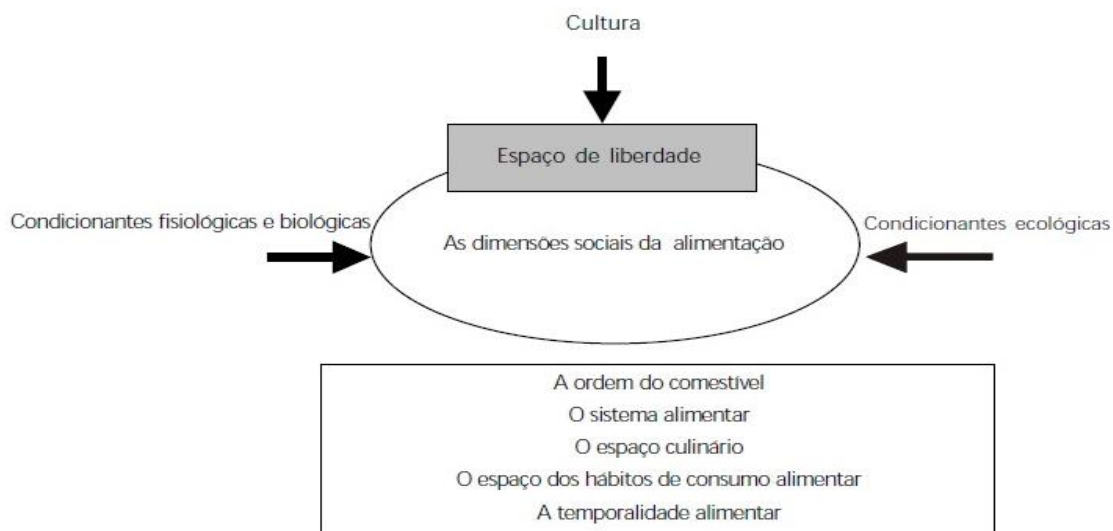


Figura 1: Diagrama representando as dimensões do espaço social alimentar. Fonte: CONDOMINAS, 1980; POULAIN e PROENÇA, 2003a.

POULAIN e PROENÇA (2003a) identificaram dois conjuntos de pressões sobre os aspectos sociais da alimentação, por um lado as biológicas, relacionadas aos mecanismos nutricionais e digestivos e, por outro, as ecológicas do biótipo, sendo esta última influenciada por questões econômicas em sociedades industrializadas. Entre essas duas dimensões existe um espaço de liberdade relacionado com as formas de socialização, organizações sociais e culturais. O espaço social alimentar é justamente essa zona de liberdade e de relação entre biológico e cultural.

Para a compreensão do espaço social alimentar, sugere-se diferentes dimensões sociais da alimentação, identificada pelos autores como: a) a ordem do comestível, b) o sistema alimentar, c) o espaço culinário, d) o espaço dos hábitos de consumo alimentar, e) a temporalidade alimentar. Iremos discorrer brevemente a seguir sobre essas dimensões.

A ordem do comestível se refere à escolha dos grupos sociais entre os diversos produtos vegetais e animais disponíveis, colocados à sua disposição pelo meio natural ou pela ação daquele grupo. O sistema alimentar corresponde segundo POULAIN e PROENÇA (2003a) ao:

“Conjunto de estruturas tecnológicas e sociais empregadas desde a coleta até preparação culinária, passando por todas as etapas de produção e de transformação, constituindo o sistema de alimentação que permite a um alimento chegar ao consumidor” (POULAIN e PROENÇA, 2003a, p. 252).

O espaço culinário é a análise sociológica da cozinha entendida como “um conjunto de ações técnicas, de operações simbólicas e de rituais” (POULAIN e PROENÇA, 2003a). Toma-se, nesse sentido, que a cozinha é o espaço social no qual são realizadas as atividades do ato de cozinhar e onde ocorrem relações formais e estruturadas, na transformação de um produto natural em comestível.

O espaço dos hábitos de consumo está relacionado aos rituais do ato de alimentar-se, onde incluem-se a números de refeições, horários, formas, como comer (garfo, mão, alimento), a localização das refeições e dos utensílios necessários, entre outros, sendo que estes rituais variam em diferentes culturas (POULAIN e PROENÇA, 2003a).

A temporalidade alimentar está relacionada às fases de vida dos indivíduos e da natureza por intermédio da sazonalidade e disponibilidade de alguns alimentos. Nesse sentido, os hábitos alimentares mudam de acordo com a fase da vida, observam-se também os alimentos proibidos ou autorizados, os ritmos da alimentação, ou ainda pela influência do homem através de períodos onde há abundância de alimentos ou jejum, entre outros (POULAIN e PROENÇA, 2003a).

O espaço de diferenciação social diz que o ato de comer marca as diferenças identitárias de uma sociedade humana e outra, e mesmo dentro de uma mesma sociedade, entre grupos (POULAIN e PROENÇA, 2003a).

POULAIN e PROENÇA (2003b) afirmam que a alimentação humana é um fenômeno complexo, pois envolve diferentes aspectos: psicológicos, fisiológicos e socioculturais. Nesse contexto, os autores propõem um modelo metodológico pluridisciplinar sobre o estudo das práticas alimentares, que permite descrever e compreender o ato alimentar mediante dados objetivos e subjetivos, por meio de diferentes estratégias metodológicas. Os autores identificam um *continuum* de dados que podem auxiliar no estudo das práticas alimentares.

Essas práticas podem ser analisadas usando-se diversos métodos, tais como: observação e registro sobre o comportamento alimentar de determinado grupo ou indivíduo; podem ser reconstruídas com base em histórias pregressas dos indivíduos sobre sua alimentação; podem ser declaradas valendo-se de perguntas sobre o que os indivíduos e grupos fizeram ou pretendem com relação às práticas alimentares; pela investigação das normas, regras ou modelos de conduta, tanto dietéticas quanto sociais,

seguidas por determinado grupo; pelas opiniões, valores ou atitudes de um indivíduo relacionados com a alimentação; e, por fim, também podem ser investigados pelos sistemas de representações (POULAIN e PROENÇA, 2003b).

Consideramos que essas perspectivas teórico-metodológicas sobre o espaço social alimentar propostas por POULAIN e PROENÇA (2003b), articulando as dimensões biológicas, socioeconômicas e culturais dos sistemas alimentares, permitirão uma análise interessante das práticas alimentares das famílias indígenas que recebem recursos do PBF na Região do Alto Rio Negro.

Entendemos que espaço social alimentar nos territórios indígenas é diferenciado desde sua dimensão geográfica até o seu espaço físico individual/familiar. A origem da população do estudo, o território onde viviam as famílias da etnia Baniwa, está distribuída ao longo dos rios Içana e Aiari, afluentes do Rio Negro, onde existe um grande número de cachoeiras que acompanham a elevação gradativa do terreno. Essa condição geográfica implica a redução do aporte alimentar, pois barreiras naturais como as cachoeiras dificultam a migração reprodutiva dos animais aquáticos, gerando uma redução na variedade de espécies de peixes e na produtividade da pesca nos trechos mais altos dos rios (GARNELO, 2007). Essa variedade da aquisição de alimentos devido ao território ocasiona a partilha alimentar, na qual quem mora na região adequada à agricultura oferece os alimentos disponíveis em troca do pescado a famílias que moram próximas aos lagos (TRUJILLO, 2012). Sobre a partilha, GARNELO (2007) diz que as relações de parentesco entre os Baniwa geram troca e acesso aos recursos alimentares entre as famílias, pois os rituais e os matrimônios favorecem esta partilha, gerando a circulação de alimentos tradicionais. O Pudali ² mostra a importância de repartir o que se tem, oferecendo alimentos que são sinais de respeito, reciprocidade, criação de vínculos e familiaridade entre os indígenas.

Em relação ao espaço dos hábitos de consumo, apontamos algumas especificidades, como a realização regular de refeições coletivas em salões comunitários, onde diariamente reúnem-se os membros da comunidade demonstrando a importância da reciprocidade (GARNELO, 2007).

² De acordo com o autor HILL, 1987 (*apud* GARNELO, 2007, p.13) trata-se de um ritual indígena caracterizado pela troca de alimentos entre grupos de afins, tendo como objetivo redistribuir excedentes e estabelecer trocas matrimoniais, instituir meios cerimoniais de abolição de diferenças entre consanguíneos e afins, entre homens e mulheres e entre humanos e não-humanos.

Vale ressaltar a especificidade da alimentação em relação à saúde, pois os indígenas Baniwa têm muito respeito e cuidado com sua saúde, sendo que ao ingerir determinados alimentos é primeiramente avaliado o estado de saúde naquele momento, por exemplo, mães com filhos recém-nascidos devem evitar determinados alimentos e posteriormente realizar o benzimento³ antes de consumi-lo, evitando problemas de saúde ocasionados pelos espíritos maléficos por terem quebrado as regras da alimentação (TRUJILLO, 2012).

2.3 Alimentação e povos indígenas do Alto Rio Negro

LEITE (2010) enfatiza a importância do conhecimento das práticas alimentares indígenas afirmando que:

“O conhecimento das condições de alimentação e nutrição dos povos indígenas do País assume importância que não se resume às relações entre a alimentação e os perfis de saúde destes povos. Ele constitui, já de início, uma janela para o acompanhamento e o entendimento dos processos de intensas mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais a que estes povos vêm sendo submetidos desde os seus primeiros contatos com não índios e das implicações, sobre seus perfis de saúde e nutrição, daí decorrentes” (LEITE, 2010, p. 177).

Ao se referir à alimentação indígena, deve-se considerar as diversas etnias do país, cada uma com um conjunto de ideias em que nesta diversidade encontra-se a alimentação. Grande parte dos indígenas tiveram contato com os não índios desde o Século XVI, ocasionando importantes transformações nos seus modos de vida, incluindo as práticas alimentares, gerando uma grande mudança no tipo de alimentação dos povos indígenas, de modo que está cada vez semelhante à alimentação dos não índios (LEITE, 2010).

SILVA (2013) em seu estudo sobre as plantas alimentares cultivadas nas roças Baniwa diz que:

“Os povos indígenas da região do Rio Negro possuem conhecimentos alimentares ricos em culinárias, dietas e técnicas de produção alimentar. Os mais velhos são os maiores detentores destes conhecimentos na atualidade, eles que se envolvem diariamente nas atividades agrícolas, produção de

3 Ritual de práticas de cura e proteção (RAMOS e APPS, 2018).

alimentos e outras atividades de subsistências”
(SILVA, 2013, p. 29).

GARNELO (2003) fala sobre as fatrias Baniwa que são grupos de parentes consanguíneos, estes vivem conforme as suas particularidades, seus costumes e crenças, interagindo com o meio ambiente e dele extraindo os recursos naturais para sobrevivência. O território de cada fatria é diferenciado, pois cada um apresenta um ecossistema próprio com diferença na distribuição de fontes alimentares, diversificando a disponibilidade dos recursos de alimentos. As famílias que vivem em terras firmes dispõem de terrenos com maior probabilidade para agricultura (roça), com a produção de produtos derivados da mandioca, como beiju, farinha, tapioca e outros, além de frutas da roça, sendo estes locais muito respeitados, pois segundo a mitologia Baniwa este território foi definido desde o surgimento da humanidade (TRUJILLO, 2012).

A roça é o principal meio de trabalho das famílias indígenas do Alto Rio Negro, pois segundo MACIEL (2010) é com base na roça que é possível obter variedades de alimentos disponíveis para o consumo familiar, sendo uma importante prática para a segurança alimentar dos povos tradicionais. Entre os alimentos extraídos da roça, TRUJILLO (2012) e SILVA (2013) dizem que a alimentação tradicional entre os Baniwa é bem variada, obtida pelo cultivo ou pela coleta na mata. Dentre os alimentos de origem vegetal estão, o buriti, wará, umari, ucuqui, açai, patawa, bacaba, cará, batata, cucura, cana, abacaxi, abiu, mandioca, e entre seus derivados: a farinha, goma, tapioca, curada, massoca, sendo estas as principais fontes de carboidrato para os indígenas que vivem nas aldeias. Os alimentos de origem animal são o peixe, o cabeçudo, uirapuca, jacaré, certos anfíbios como a rã, macaco, anta, cutia, paca, veado, insetos como as formigas (maniwara e saúva) e ainda os temperos, tais como, a pimenta, sementes de seringa, japurá, caruru, maniçoba, entre outros, sendo estes os alimentos mais consumidos na comida desse povo. Vale ressaltar que esses alimentos fazem parte da alimentação básica de todos os indígenas do Alto Rio Negro, o que os diferencia é apenas o preparo (SILVA, 2013).

Além da finalidade de alimentação, alguns itens frutíferos dos povos indígenas do Alto Rio Negro são utilizados para a produção de bebidas fermentadas (Caxiri)⁴, como o cará, abacaxi, pupunha, batata doce e cana-de-açúcar. Essas bebidas são preparadas com a finalidade de ser consumidas em épocas festivas importantes, nas quais

4 Bebida alcoólica fermentada à base de mandioca, e/ou outras frutas.

os parentes se reúnem para realizar as festas tradicionais, como o dabucuri⁵, festa de iniciação dos jovens, festa do jurupari⁶ e outras comemorações (SILVA, 2013).

Sobre a introdução de espécies de plantas e mudanças nas práticas alimentares, KATZ (2009) diz que as regras de exogamia dos Tukano e dos Arawak contribuíram, provavelmente, não só na circulação das plantas e dos produtos, mas também dos saberes culinários. Esses também influenciados pelos não índios em meados do Século XVII, em que o autor exemplifica com o açaí do Pará e o cupuaçu que são plantas típicas da Amazônia, porém não são originárias do Alto Rio Negro e atualmente fazem parte da alimentação dos indígenas da região (SILVA, 2013). O cultivo de determinadas espécies de plantas alimentares depende da região em que está a moradia do indígena, pois a fertilidade do solo contribui para a diferenciação da base alimentar entre as regiões. No território do Rio Negro existem solos arenosos e pobres de componentes nutricionais, assim como solos férteis e produtivos, estes são fatores que influenciam na base alimentar das famílias da região (SILVA, 2013).

No livro “Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro”, GARNELO (2009) fala sobre as modificações negativas da alimentação dos indígenas que migraram para a área urbana de São Gabriel da Cachoeira. Segundo o relato das entrevistadas durante a pesquisa, elas enfatizam a ameaça à saúde devido ao empobrecimento do seu modo de vida, que inclui a alimentação representada pela ingestão de “comidas artificiais” como refrigerantes, enlatados e outros produtos industrializados de baixo custo, ressaltam ainda os elevados preços dos alimentos e a indisponibilidade de itens complementares como os temperos citados anteriormente. Essa modificação ocasiona ainda a diminuição da prática da partilha, pois o elevado custo dos alimentos impossibilita a prática coletiva.

É relatado pelos informantes da mesma pesquisa que o processo de contato interétnico ocasionou mudanças culturais ao longo dos anos, porém, as práticas alimentares segundo as normas de preparo, ato de comer e partilha dos alimentos pouco foram alteradas desde o tempo dos seus antepassados (GARNELO, 2009).

Entretanto, NERY (2015) diz que:

“Ultimamente, mudanças vêm acontecendo, os hábitos tradicionais de alimentação do Rio Negro

5 Rituais formalizados para troca de comida e outros bens.

6 O termo Jurupari tem conceito nativo, foi tomado de empréstimo do tupi para a língua franca, significando “espírito”.

vêm enfraquecendo e com isso diminuindo a diversidade nutricional da alimentação, o que favorece a exposição das famílias aos riscos da insegurança alimentar, devido à diminuição da variedade de alimentos encontrados nas roças ou pela falta de dinheiro para comprar outros produtos. Muitas famílias deixam de trabalhar na roça por conta de outro trabalho ou porque recebe algum auxílio do governo, fato que torna estas famílias mais vulneráveis à insegurança alimentar e induz também à perda dos hábitos alimentares tradicionais. Infelizmente esta perda vem ocorrendo ao longo dos anos e a ampliação da presença dos produtos “de fora” tem aumentado o consumo de alimentos industrializados e o desinteresse de trabalhar nas roças” (NERY, 2015, p. 7).

SILVA (2013) diz que nos últimos séculos a introdução de outros povos na região ocasionou alterações significativas na cultura, tradições, técnicas de pesca, caça e trabalho agrícola, assim como mudanças na dieta, hábitos alimentares, forma de produção e processamento dos alimentos, além de modificações negativas da participação dos jovens no trabalho da roça, organização social, entre outros no Alto Rio Negro. O autor ressalta ainda o aumento da população, comercialização de produtos, influência da religião e da escola como potenciais influenciadores dos modos próprios de viver dos povos indígenas, entre eles os Baniwa.

As mudanças nas práticas alimentares não estão relacionadas apenas à alimentação, mas também ao conjunto de meios para o acesso a estes alimentos, seja por comércio, doações, alimentação escolar, e ainda pelo acesso ao recurso monetário por trabalho remunerado ou recebimento de benefícios sociais, como aposentadoria, auxílio maternidade, PBF, entre outros, ressaltando que este recurso é o principal meio para a aquisição destes bens de consumo, assim como para a compra de material para produção e sustento (LEITE, 2007b). Essa mudança é acompanhada ainda por padrões de assentamento, ou seja, se vivem nas margens dos rios ou em terras firmes, se são moradias fixas ou rotativas, sendo que a constituição geográfica das comunidades influencia no acesso às fontes alimentares dos povos indígenas, seja por meio da redução gradativa dos recursos alimentares disponíveis no ambiente ou pela fertilidade da terra para a produção (LEITE, 2010). O mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (1995) já revelava a precariedade e dificuldades para a obtenção de alimentos por parte dos indígenas, seja por períodos sazonais ou permanentes, este último relacionado à escassez de terras produtivas e degradação dos recursos naturais. VERDUM (1995) já dizia que a fome constante ou

temporária é influenciada diretamente pela depredação ambiental, dos territórios e dos sistemas de produção.

O estudo sobre a percepção dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no Estado do Amazonas, realizado por YUYAMA et al. (2008), evidenciou a situação de fome vivenciada por muitos deles, sendo a falta de recursos o principal motivo para a dificuldade no acesso aos alimentos. O mapa da fome entre os povos indígenas (1995), em seu primeiro diagnóstico em 1994, realizou a pesquisa em um total de 128 TI e uma população de 129.858 indígenas, chegou à conclusão de que pelo menos 28,27% do público alvo tinham dificuldades para garantir o padrão alimentar, sendo que os povos indígenas das regiões Nordeste e Centro Sul eram os mais acometidos. Vale ressaltar que a Região do Alto Rio Negro não fazia parte do primeiro diagnóstico (VERDUM, 2003).

O mesmo autor fez a avaliação do segundo mapa da fome lançado no segundo semestre do mesmo ano (1995) em que foram incluídas outras terras indígenas, inclusive o Alto Rio Negro, totalizando 297 tribos indígenas e uma população de aproximadamente 254.904 indivíduos pesquisados. Na Amazônia, os grandes projetos de rodovias, ferrovias, mineração e usinas hidrelétricas influenciaram os problemas da fome e carência alimentar entre os indígenas, problemas de sustentação alimentar também foram encontrados na maioria das terras indígenas, sendo 198 tribos indígenas identificadas e uma população de 106.764 indivíduos com dificuldades para garantir seu sustento alimentar (fome) permanente ou em períodos específicos, nos quais o autor chama de fome sazonal (VERDUM, 2003).

As condições precárias de saneamento e infraestrutura dos povos indígenas influenciaram na contaminação do solo e das fontes de água por micro-organismos de origem fecal e por parasitoses intestinais, trouxeram diversas consequências desfavoráveis para a manutenção de boas condições de vida, alimentação e saúde (LEITE, 2010). Entre as crianças, LEITE, SANTOS e COIMBRA (2007) relatam a frequência do baixo peso e baixa estatura devido aos déficits nutricionais, estes influenciados pela alimentação com dietas menos diversificadas, ricas em carboidratos simples e gorduras, e pobres em fibras, micronutrientes e proteínas.

Em relação à saúde dos adultos, LEITE et al (2007) disseram que mesmo que os casos registrados de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis não sejam numerosos, estes constituem um dado relevante para demonstrar a nova realidade

da população indígena a partir das mudanças nas práticas alimentares. SANTOS e COIMBRA (1996) também apontaram para a ocidentalização da dieta como fator que favorece o surgimento de doenças como hipertensão arterial e o Diabetes Mellitus.

O Fórum Nacional para a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil ressalta a importância da implantação de estratégias para a capacitação de recursos humanos em alimentação e nutrição, com base no respeito à diversidade cultural de cada povo indígena, promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis e culturalmente aceitos (BRASIL, 2003). Na prática, as populações indígenas não foram contempladas com essas estratégias, pois as condutas nativas são vistas como problemas a serem superados, sendo o processo civilizatório a solução para o suposto problema (LEITE, 2010).

CAPÍTULO III

3. Metodologia da pesquisa

Trata-se de um estudo de campo qualitativo, com observação participante. Segundo MINAYO (2008), a pesquisa qualitativa se preocupa com o “nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e com base na realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (DESLANDES, 2010).

DESLANDES (2010) fala sobre a necessidade de interação do entrevistador com o entrevistado para o êxito da pesquisa, dizendo que:

“Na pesquisa qualitativa é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador (...) ela é condição de aprofundamento da investigação e da própria objetividade (...) a inter-relação, que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia a dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista é condição *Sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa” (DESLANDES, 2010, p. 68).

MINAYO (2008) complementa afirmando que:

“A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação” (MINAYO, 2008, p. 101).

A execução da pesquisa se deu por meio da pesquisa de campo com observação participante e a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado.

DESLANDES (2010) faz um comentário sobre a observação participante, no qual afirma que:

“A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de total ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si

mesmo, permite a compreensão da realidade” (DESLANDES, 2010, p. 70).

A capacidade de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos nesse procedimento metodológico, pois a técnica de observação participante estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo o pesquisador, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto, proporcionando uma variedade de registros de situações que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 2008).

MINAYO (2008) diz que por intermédio da entrevista o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais que são os sujeitos objetos da pesquisa, que vivenciam uma determinada realidade, suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva, sendo a conversa caracterizada por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala, podendo obter dados objetivos e subjetivos, sendo que “a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (DESLANDES, 2010).

POPE (2009) complementa a fala citada antes afirmando que:

“As entrevistas semiestruturadas são conduzidas com base em uma estrutura flexível, consistindo em questões abertas que definem a área explorada, pelo menos inicialmente, e a partir da qual o entrevistador ou a pessoa entrevistada podem divergir a fim de prosseguir com uma ideia ou resposta em maiores detalhes” (POPE, 2009, p. 24).

3.1 A Região Noroeste do Amazonas - Alto Rio Negro

Os relatos históricos de contato de não índios com os índios no Alto Rio Negro são marcados por uma sangrenta sucessão de violências que, segundo WRIGHT (1992), iniciaram no Século XVIII pelos portugueses em busca de mão de obra para estabelecer posses das terras exploradas, realizando o comércio de escravos.

As histórias de migração e fixação da população indígena no território do Alto Rio Negro data de 3.000 a.C, em que segundo informações da pesquisa de PEQUENO (2000):

“Sobre a base de pesquisas arqueológicas, pode-se afirmar que cerca de 3.000 a.C. os Proto-Aruak já estavam concentrados nas regiões próximas à atual cidade de Manaus. Segundo a sua teoria, uma parte deles subiu o Rio Negro, numa rota migratória até o Orinoco. Fontes históricas do século XVI, a exemplo dos relatos de Philip von Hutten e Hernan Perez de Quezada, nos anos de 1538 a 1541, já apontavam a existência daqueles povos indígenas (Aruák e Tukáno) no Rio Negro. Em 1542, quando Orellana desceu pela primeira vez o rio Amazonas, o frei Gaspar de Carvajal refere-se ao rio “de água negra como tinta”. Estas referências evidenciam que os portugueses, naquela ocasião, já tinham conhecimento do caráter numeroso dos índios do Rio Negro e desejavam, desde então, capturá-los como escravos. Cristóvão de Acuña apontou a presença de 12 tribos, possivelmente de origem Aruák, no baixo curso deste rio, caracterizando-as como “belicosas”. Tais grupos indígenas foram dizimados. Até meados do século XVIII, a população indígena do Rio Negro sofreu enorme decréscimo em decorrência não somente da captura de escravos, como também das epidemias de bexiga e sarampo, trazidas pelos brancos. Apesar disso, este rio continuaria sendo o ponto convergente das “entradas” e “descimentos” de índios para o Pará. Com o decréscimo populacional destes índios, em decorrência dos resgates e das guerras, novos grupos indígenas passaram a se defrontar com os portugueses no médio e alto Rio Negro, muitos sendo também levados ao Pará como escravos, sobretudo a partir de 1740. A partir de 1755, com a política pombalina, declarou-se a liberdade jurídica do indígena. Porém, intensificaram-se os ‘descimentos’ de índios, sendo promovidos novos assentamentos coloniais às margens do Rio Negro e no baixo curso de seus principais afluentes, sob o forte controle dos militares portugueses instalados em fortalezas construídas em 1763 em São Gabriel da Cachoeira e em São José de Marabitanas” (PEQUENO, 2000, p. 5; 6).

Ainda no Século XVIII, as epidemias, capturas e relações de guerra ocasionaram uma violenta dizimação da população indígena da região, no mesmo período tem-se a presença missionária itinerante ao longo dos séculos XVIII e XIX; a reconstituição do Diretório de índios pelo governo provincial, na metade do Século XIX, promoveu a retomada do programa civilizatório. As dificuldades de acesso, as tensões na fronteira com a Colômbia, as doenças e a fuga dos índios para locais inacessíveis nas cabeceiras dos rios dificultavam a eficácia do trabalho dos agentes de colonização. O período foi marcado ainda pelas revoltas indígenas e um endurecimento da violência por parte dos colonizadores (GARNELO, 2002).

Especificamente no ano de 1914 chegaram os missionários na região e encontraram um cenário desolador de miséria, morte, doença e medo, contribuindo para a aceitação por parte dos indígenas do projeto de catequização, as missões estabeleceram-se inicialmente em São Gabriel da Cachoeira, dali expandindo para o Baixo Rio Waupés, Iauaretê e Tiquié, atingindo o Içana apenas na década de 50 (OLIVEIRA, 1995).

No ano de 1915 foram fundados os primeiros centros missionários salesianos, no Alto Rio Negro, denominados de núcleos de civilização e construídos em locais estratégicos, próximos a áreas com maior concentração populacional. “Os centros missionários eram imponentes conjuntos de grandes prédios, reuniam escolas, internatos, oficina, maternidade, ambulatório, hospital, dispensários, igreja, além da residência dos religiosos, e até em alguns casos, estações meteorológicas” (WEIGEL, 2003), sendo que ao todo, até o início da década de 1950, foram instaladas sete grandes sedes de missão no Rio Negro; juntamente com as missões iniciou-se a implantação das escolas para os índios, com o objetivo de catequizá-los, tornando-os “bons cristãos e bons cidadãos”. Segundo SILVA (2013), “as diversidades culturais dos povos indígenas na região eram vistas como obstáculos para civilização, por isso, eram criadas diferentes estratégias para colonização da região”.

As sete missões foram construídas em Santa Isabel do Rio Negro; São Gabriel da Cachoeira; Taracuá; Pari-Cachoeira; Iauaretê; Assunção do Içana; e Missão de Maturacá. Devido a esse processo no Século XIX muitas famílias foram levadas à força para o baixo e médio Rio Negro, ocasionando uma redução de indígenas em muitas comunidades; em contrapartida houve uma grande concentração de indígenas nos territórios onde havia missões, surgindo os atuais centros urbanos como São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e outras sedes distritais (SILVA, 2013).

Além de impor a civilização aos indígenas, houve ataques contra as suas culturas, como o xamanismo, as festividades, os adornos corporais, o casamento entre primos cruzados, o uso das plantas alucinógenas, desmoralização dos rituais indígenas, proibição do uso da língua indígena dentro dos internatos, e outros; era um procedimento crítico para o programa de salvação daquelas almas, fala dita pelos missionários (OLIVEIRA, 1995).

A imposição das missões salesianas sobre os modos de vida dos indígenas ocasionou ruptura de suas culturas originárias. Na região do Içana, mesmo após a instalação da missão na década de 50, esta não produziu melhorias nas condições de vida

dos indígenas daquela região, nesse período iniciou-se a divisão religiosa que perdura até hoje na região com a chegada da missionária americana Sophie Muller com o objetivo de evangelizar os indígenas, condenando as práticas xamânicas e outros rituais, fazendo pregações contra os católicos e brancos em geral (WRIGHT, 1999).

Até 1953 os salesianos tinham o pleno controle da educação em terras indígenas, sendo abalado com a entrada de dois novos organismos nos anos 50 e 60: a Missões Novas Tribos (MNT) e o Instituto Linguístico de Verão (ILV) (PERES, 2003) proporcionando aos indígenas do Içana outra opção religiosa. Dessa forma, a missão católica não conseguiu o mesmo êxito no Içana como obteve nas regiões do Waupés e Tiquié (WRIGHT, 1999).

Os grupos desenvolvimentistas como as missões religiosas, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os militares, garimpeiros, entidades ambientalistas, entre outros, foram os pioneiros no processo de civilização dos índios, no qual foram os principais influenciadores na cultura da população do Alto Rio Negro (GARNELO, 2002).

No final da década de 1980, as lutas dos movimentos indígenas brasileiros e internacional, da sociedade civil organizada e da opinião pública resultaram na aprovação dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, resultando no surgimento de dezenas de entidades etnopolíticas no Alto Rio Negro e em outras regiões da Amazônica (GARNELO, 2002).

Diante da Constituição Federal de 1988 firmou-se uma nova era de cidadania aos indígenas, conferindo aos mesmos o respeito por suas especificidades culturais, o direito à terra e a políticas públicas diferenciadas no âmbito da educação, saúde e seguridade social (BORGES, 2016). Somente no final da década de 1980 é que os índios foram plenamente reconhecidos como sujeitos de direitos territoriais, civis e políticos, não sem uma forte resistência frente ao padrão colonial de poder vigente.

No alto Rio Negro localiza-se o Município de São Gabriel da Cachoeira, que faz parte dos 21 municípios amazonenses que integram o denominado Arco Norte na faixa de fronteira internacional do Brasil. A Região do Alto Rio Negro é habitada por 23 povos indígenas, falantes de línguas das famílias Tukano, Aruak e Maku. Essa região faz fronteira com a Colômbia e Venezuela, e, em 1998, teve cinco terras indígenas homologadas: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Apapóris e Tea (PAGLIARO, 2005).

Foram reconhecidas após a aprovação da Lei Municipal 145, de 22 de novembro de 2002, como línguas oficiais no município, além do português, três idiomas indígenas: o Nheengatu, o Tucano e o Baniwa e, recentemente, o Yanomami, línguas tradicionais faladas pelos habitantes do município, dos quais 76,6% da população se identificam como indígenas (IBGE, 2010).

O município também é conhecido como "Cabeça do Cachorro", sua área tem uma abrangência de 109.185 quilômetros quadrados, representando 6,95% do território estadual, 2,83% do território da Região Norte do Brasil e 1,28% do território brasileiro. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população é estimada em 43.831 habitantes, fazendo deste o décimo-terceiro município mais populoso do estado (IBGE, 2016).

A área rural do Município de São Gabriel da Cachoeira é considerada a região com o maior número de pessoas no país que se autodeclaram indígenas (29.017), tendo ampla representatividade indígena estendida por todo o seu território (IBGE, 2010). Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, residem nas comunidades indígenas rurais de São Gabriel da Cachoeira cerca de 29.114 indígenas (DSEI ARN- SIASI, 2018).

A cidade tem o maior contingente de indígenas beneficiários do PBF na região do Amazonas, totalizando 25.576 indivíduos dos 29.017 existentes na região. Vale destacar que 55% desses, ou seja 14.410 beneficiários, vivem na área rural de São Gabriel da Cachoeira (BRASIL, 2016). Esses dados em parte justificam nossa escolha por investigar a implantação do PBF em áreas indígenas na Região do Alto Rio Negro.

3.2 Local de estudo

A escolha do local de estudo na Região do Alto Rio Negro foi feita em etapas. Devido à experiência prévia do grupo de pesquisas do Instituto Leônidas e Maria Deane com o grupo Baniwa na região, considerou-se que seria conveniente escolher uma comunidade desta etnia, pois havia um conjunto bibliográfico que poderia basear as análises. Baseando-se nessa escolha inicial, como a pesquisadora é moradora da região e possui alguma fluência na língua Nheengatu, considerou-se que seria interessante uma comunidade que fosse falante desta língua. Então, considerando também que na região a filiação religiosa, católica ou evangélica, é característica importante na organização das vidas das comunidades, definiu-se que seriam escolhidas duas comunidades. Entretanto,

após dois meses de espera por autorização da FUNAI para a entrada em terra indígena, optou-se por uma mudança do local do estudo.

Dessa forma, procurou-se conhecer as comunidades de ocupação Baniwa próximas da Cidade de São Gabriel da Cachoeira que não fossem território indígena. Assim, identificou-se a comunidade indígena de Itacoatiara Mirim, localizada a 11km de distância, por via terrestre, da área urbana do Município de São Gabriel da Cachoeira, como adequada para fins da pesquisa. Essa comunidade concentra o maior número de migrantes indígenas do povo Baniwa, com um total de 146 indivíduos vivendo na área periurbana do município. A caracterização histórica, a organização social e os aspectos demográficos dessa comunidade serão detalhados nos resultados desta pesquisa.

3.3 Participantes do estudo

O povo indígena Baniwa possui uma população total com cerca de 7.114 indivíduos (DSEI/ARN - 2016) que vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela. É um povo da família linguística Aruak. As suas comunidades estão distribuídas entre o Rio Içana (afluente do Rio Negro), Rios Aiari, Quiari, Cuiari e Cubate no Brasil. A denominação Baniwa não é uma autodenominação indígena, pois ela advém do período colonial em que o termo foi utilizado para referir-se aos povos que habitavam o Rio Içana e seus afluentes (RICARDO, 2001).

Segundo a concepção Baniwa, as fatrias ⁷ se organizam hierarquicamente de acordo com a ordem mítica de saída da cachoeira de Hipana ⁸, de onde saíram os seres humanos, sendo que as fatrias são denominadas de acordo com o nome do sib ⁹ de maior importância. No Brasil existem três fatrias: Hohodene, Walipere dakenai e Dzawenai (WRIGHT, 1992), a primeira está distribuída ao longo do Rio Aiari, sendo este o rio de origem da família criadora da comunidade de estudo, e as duas últimas respectivamente são habitantes do Rio Içana. Devido ao processo migratório existem famílias dispersas na área urbana de São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos (HILL, 1994 *apud* GARNELO, 2002).

⁷ As *fatrias* são compostas pelos *sibs* ou grupos de descendência patrilinear e patrilocais nomeados e hierarquizados segundo uma origem definida na mitologia (JOURNET, 1980 *apud* GARNELO, 2002, p.54).

⁸ Cachoeira de *Hipana*, onde os seres humanos emergiram para a vida.

⁹ O conceito de *sib* designa aqui um conjunto de filiação unilinear em que seus membros se reconhecem como consanguíneos, em decorrência de uma ancestralidade comum (GARNELO, 2002).

SILVA (2013) afirma que:

“Nos últimos séculos, o povo Baniwa estendeu sua ocupação a outros lugares e rios: Rio Negro do lado brasileiro; Cassiquiare, Atauápo e Orinoco na Venezuela; Guainía, Paponáua e Inírida na Colômbia e nos centros urbanos, como: São Gabriel, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Manaus do lado brasileiro e nas cidades Venezuelanas e Colombianas: San Carlos; Maroa; San Fernando; Ayacucho; Inirida, San Felipe e outras” (SILVA, 2013, p. 27).

Segundo GARNELO (2009):

“A organização social Baniwa está fundada num conjunto de relações entre famílias que se consideram descendentes de um ancestral mítico comum, sendo, portanto, consanguíneas. Tais famílias estão politicamente organizadas em grupos hierárquicos, os sib, cujos integrantes são proibidos de travar relações matrimoniais entre si; um conjunto de sibs forma um grupo ampliado de parentes (fatrias), que operam como uma unidade política que exerce controle sobre os recursos e a geopolítica de um determinado território. De acordo com as normas sociais Baniwa, os casamentos devem ser promovidos entre os membros de fatrias distintas”. (GARNELO, 2009, p.72).

A cosmologia do grupo Baniwa é estruturada em torno dos efeitos de uma família ancestral pré-humana, em que GARNELO (2009) relata que é constituída pelo herói fundador, Ñiapirikoli e seus irmãos Dzooli e Eeri: comportando diversas narrativas que tratam do surgimento do mundo, organização da vida social e da criação dos animais e outros seres vivos.

O povo Baniwa possui “rica tradição mística que influencia na expressão das dimensões políticas, éticas e práticas da vida social na qual orienta a produção de conhecimentos ancestrais que garantem a sobrevivência do grupo, em condições ambientais adversas” (GARNELO, 2007), se organizam em comunidades e sítios residindo em casas individuais de cada família. A política social, religiosa, de educação, econômica e ambiental se desenvolve visando à interação dos conhecimentos ocidentais com os conhecimentos tradicionais (SILVA, 2013).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, até dezembro de 2016 existiam 274 famílias indígenas do povo Baniwa inseridas no banco de dados do PBF, somando um total de 753 indivíduos Baniwa, sendo que destes 697 vivem na área rural em sítios e comunidades (BRASIL, 2016).

Os participantes do estudo foram definidos com base no levantamento sociodemográfico dos 146 moradores da Comunidade Itacoatiara Mirim, sendo que destes, identificamos 18 famílias Baniwas, e destas, 11 são beneficiárias do PBF. Dessa forma, o universo inicial da pesquisa era composto pelas 11 famílias beneficiárias do PBF, moradoras na Comunidade de Itacoatiara Mirim, porém, pelo fato de 01 das famílias residir no mesmo ambiente de outra família beneficiária, estes consideraram apenas uma entrevista, finalizando assim 10 entrevistas realizadas.

3.4 Técnicas e Instrumentos de coleta de dados

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado um conjunto de técnicas de pesquisa de campo como a observação participante em todos os processos de socialização da comunidade, processo de produção, aquisição e consumo de alimentos, entrevistas semiestruturadas, registros de dados em roteiros estruturados e fotografia. Para tanto, foram construídos quatro roteiros para a organização da coleta dos dados de campo, que serão descritos a seguir.

Os roteiros um e dois visavam a levantar dados para a caracterização socioeconômica e demográfica das famílias moradoras na Comunidade de Itacoatiara Mirim e do grupo de famílias Baniwas beneficiárias do PBF.

No roteiro número um (Anexo 1) registrou-se a composição familiar por domicílio das 29 famílias da comunidade, com o objetivo de obter dados sociodemográficos dos moradores. Nesse roteiro constam informações sobre o nome do morador, tipo de parentesco com o chefe da família, data de nascimento, etnia, comunidade de origem, escolaridade, ocupação/trabalho e se beneficiário do PBF. Inicialmente, as questões religiosas não estavam inseridas no roteiro de caracterização das famílias, porém, durante a convivência foi identificada a importância da religião para as famílias e para as dinâmicas comunitárias, sendo inserida a pergunta sobre vinculação religiosa no roteiro sociodemográfico. As informações iniciais como nome e data de nascimento foram os primeiros registros na comunidade com base no livro de controle de moradores do agente indígena de saúde voluntário.

No roteiro número dois (Anexo 2) registrou-se o rendimento familiar das 29 famílias da comunidade, com o objetivo de obter a média de rendimento e proporção do valor referente ao PBF e a variação do trabalho. As informações do roteiro são nome, fonte de rendimentos, valor de recebimento e o total do valor por pessoa/mês.

O roteiro três (Anexo 3) serviu para organizar o registro sistemático das informações relativas às tomadas alimentares da família 01, que é a família Baniwa que acolheu em sua residência a pesquisadora por 37 dias, como local e hora da tomada, membros participantes, tipo de tomada (café, almoço, janta e outros), duração, tipo de alimentos ingeridos industrializados e alimentos locais, tendo ainda como um dos objetivos obter dados de consumo alimentar e relacionar aos descritores de POULAIN e PROENÇA (2003) para melhor análise das informações.

O roteiro quatro (Anexo 4) foi direcionado para as 10 famílias Baniwa beneficiárias do PBF, com perguntas semiestruturadas. As entrevistas foram divididas em blocos, estes com o intuito de direcionar para as principais vertentes do objetivo da pesquisa de campo. Conforme roteiro de entrevistas, foram divididos em: I. Cadastro, conhecimento e opinião sobre o PBF; II. Conhecimento das condicionalidades do PBF; III. Recebimento e deslocamento para o saque do recurso do PBF; IV. Compra de produtos e alimentos. Também é importante ressaltar que foram realizados diálogos informais com o intuito de extrair opiniões relacionadas à alimentação e ao uso dos recursos do PBF.

A observação participante procurou investigar as dimensões das práticas do sistema de produção, circulação, preparo, consumo de alimentos, ritos e comportamentos alimentares Baniwa. Esses dados serviram para subsidiar nossas reflexões sobre as relações entre as práticas alimentares, nas suas especificidades socioculturais, com as políticas públicas do PBF e SAN. As observações de toda a rotina da comunidade foram registradas em diário de campo, tais como, situações relacionadas ao acesso à renda, locomoção da comunidade para a cidade, formas de integração entre os membros, as práticas religiosas e socialização, e ainda toda a rotina familiar durante a permanência na casa da família 01.

MINAYO (2008) diz que o diário de campo é um instrumento no qual diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidos por meio de outras técnicas, sendo pessoal e intransferível e utilizado a qualquer momento.

3.5 Procedimentos para coleta de dados

O trabalho de campo foi desenvolvido no período de 19 de fevereiro a 29 de março de 2018. Houve visitas semanais após esse período para a complementação dos

dados de campo, que se encerram no dia 15 de junho de 2018. Para a realização da observação participante e entrevistas na comunidade foram realizadas três reuniões. A primeira foi com os líderes da comunidade para uma conversa inicial sobre a possibilidade de realização da pesquisa de campo na comunidade; a segunda, apenas com o capitão¹⁰ da comunidade para a definição do local de minha permanência como moradora na comunidade; e a terceira, com todos os membros residentes na comunidade, a fim de esclarecer sobre o objetivo da pesquisa, metodologia, período e escolha da família para o meu acolhimento.

Após a terceira reunião com todos os membros da comunidade houve a aprovação da minha permanência e início da pesquisa de campo. Entretanto, no começo fiquei impossibilitada de ser acolhida pela família definida, pois estava no período de férias escolares e a família estava hospedando seus membros vindos de outras comunidades. Foi oferecida uma casa vazia de um morador da comunidade para que eu pudesse me acomodar, porém, após seis dias de permanência na comunidade a casa foi cedida para a escola municipal, pois não havia salas suficientes para suprir a demanda do número de alunos que estudam na comunidade.

Diante da impossibilidade da família escolhida me acolher, optei por ir e voltar para a comunidade todos os dias. Assim, minha rotina no primeiro período consistia em me deslocar às 07:00hs para a comunidade e retornar às 17:30hs. Esse período inicial foi importante para que as famílias se acostumassem com a minha presença na comunidade e eu pudesse criar um vínculo maior com a família que me acolheria. Após duas semanas nessa rotina fui comunicada pela família 01 que já havia espaço para eu me acomodar em sua residência.

Devido a esse convívio inicial, já nos primeiros dias de permanência na casa eu não era vista com uma pessoa estranha por causa das idas e voltas que fiz durante duas semanas. Dessa forma, já havia diálogos mais íntimos e conversávamos sobre as particularidades da família. Iniciei então a coleta de dados a partir de minha permanência na casa. Durante os dias da semana todos estavam acordados antes das 06:30h da manhã, então, como membro da família, eu realizava as atividades de rotina do domicílio. Ao mesmo tempo, procurava observar a rotina dos nove moradores da casa, registrando no

¹⁰ Denominação própria para o líder político da comunidade.

diário de campo, assim como o registro de todas as tomadas alimentares no domicílio (Anexos 3 e 5).

Para a coleta de dados e entrevista com as famílias para a construção do perfil socioeconômico e demográfico optei por encontrá-las durante as rotinas da comunidade, e verificar a disponibilidade de me receber em seus domicílios. Para as entrevistas foram utilizados roteiros de composição familiar por domicílio (Anexo 1), roteiro de rendimento familiar (Anexo 2) e roteiro de entrevistas (Anexo 4). O agendamento ocorreu de acordo com a disponibilidade das famílias, e em todos os casos o esposo foi quem definiu o dia e o horário que a esposa poderia me receber. Na maioria dos casos a entrevista foi feita com o casal em seu domicílio, houve gravação de áudio após a obtenção da autorização do TCLE. Buscou-se evitar constrangimentos aos entrevistados ao utilizar o gravador, que era colocado sobre a cadeira ou mesa do domicílio a fim de que o objeto fosse esquecido proporcionando comodidade aos entrevistados.

Houve demora em realizar as 10 entrevistas com as famílias beneficiárias do PBF, pois a maioria delas só podia me receber no final de semana. Durante a semana, as famílias estavam dedicadas aos trabalhos de rotina na roça e assim eles não poderiam parar suas atividades laborais para me receber. Ressaltando que durante a abordagem para o agendamento das entrevistas, sempre deixei claro que a preferência era nos dias em que não se prejudicasse os trabalhos domésticos. Ao me deslocar até a casa das famílias eu optei por não iniciar a entrevista de imediato, havia um diálogo informal antes, muitas vezes comíamos, falávamos de questões relacionadas à saúde e eu ouvia seus desabafos quanto às questões de educação, saúde e política do município.

Ao iniciar as perguntas sociodemográficas observei o constrangimento das mulheres ao falar sobre sua escolaridade e a falta de trabalho remunerado. Essa reação foi observada em mais da metade das entrevistas, sendo justificada pelas próprias mulheres ao dizer que era porque não tiveram oportunidades como os filhos têm hoje, todas elas relatavam com entusiasmo o fato de os filhos estarem estudando. Ao iniciar a entrevista sobre o PBF nas duas primeiras residências observei o medo de responder sobre as dificuldades do Programa, elas perguntaram se não iria ser cortado o benefício devido às respostas. Após eu perceber esse viés, mudei a abordagem e o esclarecimento sobre o objetivo da pesquisa, observei ainda um certo receio em relatar problemas ou dificuldades do programa público federal, pelo medo da perda do benefício. A mesma dificuldade na

aceitação da pesquisa por medo de perda do benefício foi citada por ZIMMERMANN e ESPÍNDOLA (2015):

“Muitas beneficiárias se recusaram a responder mesmo quando se esclarecia que as respostas poderiam ser anônimas e que não teriam qualquer repercussão sobre o usufruto do benefício. O medo de perder o benefício era tácito em alguns casos e muito explícito em outros. Pairava no ar um temor de a pesquisa ser algum instrumento do governo para “cortar o benefício” (ZIMMERMANN e ESPÍNDOLA, 2015, p. 132).

A convivência com as famílias foi a mais harmoniosa possível, havia diálogos informais durante as rotinas da comunidade. Apesar de me apresentar como estudante pesquisadora, fui caracterizada apenas como enfermeira do PBF, esta caracterização me levou a prestar assistência de enfermagem a algumas intercorrências de saúde e a tirar algumas dúvidas sobre o processo de cadastro do PBF no município.

As dificuldades durante o período da pesquisa foram superadas pelos diálogos com as famílias, com minha orientadora e com a mudança de pensamentos relacionados à rotina de vida dos Baniwa. Inicialmente foi difícil participar do processo da fome junto com as crianças da casa, mas este foi superado; não houve dificuldades para a obtenção dos dados e entrevistas das famílias, pois mesmo no compromisso com suas rotinas de trabalho, devido aos afazeres na roça, se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

O fato de ter adquirido Malária na comunidade foi visto como uma dificuldade para a continuidade da pesquisa de campo, pois assim como eu, todos os moradores do domicílio tiveram a doença.

Inicialmente, realizar a observação participante foi constrangedor tanto para a família quanto para a pesquisadora, a prática de anotação no diário de campo foi modificada juntamente com o estranhamento de ambas as partes, pois a convivência com relações próximas de pessoas nunca vistas antes gera constrangimentos, mas este sentimento foi superado com o passar dos dias pelas duas partes; no final da pesquisa eu era vista como moradora da casa e sentíamos a falta uns dos outros quando por ventura eu me ausentava, de fato, conviver com etnias e modos de vida diferentes da rotina nos faz refletir sobre a nossa função na terra, mesmo sendo indígena e com experiência de trabalho na saúde indígena me senti uma criança dando os primeiros passos naquele novo mundo.

3.6 Análise dos dados

Os dados sociodemográficos e econômicos (Anexos 1 e 2) foram tabulados no programa Microsoft Excel (2016) e com base neles foram produzidos tabelas e gráficos que serão apresentados no resultado do estudo. Os dados do roteiro três, relativos às tomadas alimentares, também foram tabulados no programa Microsoft Excel (2016), mas apresentados na discussão de forma articulada com os dados da observação participante registrados em diário de campo. Usamos o referencial proposto por POULAIN e PROENÇA (2003b) sobre espaço social alimentar utilizando as dimensões sociais da alimentação, propostas pelos autores como guia, quais sejam: a) a ordem do comestível, b) o sistema alimentar, c) o espaço culinário, d) o espaço dos hábitos de consumo alimentar, e) a temporalidade alimentar. Considerando que a ênfase da análise recaiu sobre as dimensões das práticas alimentares.

As entrevistas realizadas com o roteiro semiestruturado (Anexo 4) foram analisadas baseando-se na proposta de análise de conteúdo em que MINAYO (2004) diz que “Através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)” (MINAYO, 2002, p.74), categorizadas com base nas temáticas: *Acesso e Conhecimento sobre o Programa Bolsa Família, Uso do recurso do Programa Bolsa Família e Opiniões sobre o Programa Bolsa Família.*

BARDIN (1979) *apud* MINAYO (2008) atribui três finalidades complementares dentro da proposta de investigação social na análise do material qualitativo, tais como: a) a primeira é heurística, ou seja, insere-se no contexto de descoberta a que a pesquisa se propõe; b) a segunda é de administração de provas, que se realiza por meio do balizamento entre achados, as hipóteses ou os pressupostos; c) a terceira é a de ampliar a compreensão de contextos culturais, ultrapassando-se o nível espontâneo das mensagens.

A discussão desses dados visa a compreender os sentidos atribuídos ao PBF por essas famílias indígenas, para discutirmos questões relativas à segurança alimentar e nutricional e à implementação de políticas públicas de transferência de renda junto a comunidades indígenas.

As citações das entrevistas serão referenciadas pelo número da família entrevistada.

Para a interpretação dos dados qualitativos foi necessária empatia durante a análise do conteúdo, pois, segundo MINAYO (2008), é de fundamental importância se colocar no lugar do outro, em seu tempo e circunstância, baseando-se em conceitos e referenciais teóricos e contextualizados que orientem o olhar sobre os dados.

3.7 Início da pesquisa no campo

Após a qualificação do projeto, fui para São Gabriel da Cachoeira dar início aos processos de autorização para a pesquisa de campo em comunidade indígena na Região do Rio Içana. Após conversa inicial com o diretor responsável pela calha do Rio Içana na Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), fui orientada a entrar em contato com a comunidade escolhida para obter autorização das lideranças e famílias indígenas. Entrei em contato pessoal com o líder e agente comunitário indígena de saúde da comunidade proposta e expliquei-lhe o trabalho, objetivos e metodologia, e o mesmo retornou para a comunidade. Ele realizou uma reunião com todos os membros da comunidade que discutiram e aceitaram a realização da pesquisa e escreveram uma carta de autorização com as assinaturas de todos os membros (Anexo 10).

De posse da carta de autorização da comunidade dei entrada com os demais documentos necessários para solicitar a autorização formal de entrada em área indígena na FUNAI (Anexo 08). Porém, devido à demora na resposta, fui procurar a FOIRN, que me respondeu que autorizou a pesquisa, mas necessitava do documento “ciente” da FUNAI. Retornei o contato com a FUNAI, quando coordenador substituto naquele momento me orientou a fazer o pedido formal com uma série de documentos para a presidência da FUNAI em Brasília.

Após essa nova orientação, que ocorreu depois de dois meses de diálogo, optou-se por escolher outra comunidade para a realização da pesquisa, que não estivesse em terra indígena demarcada. Como a pesquisa foi pensada para ser realizada com o povo Baniwa, escolheu-se a Comunidade de Itacoatiara Mirim, pois predomina o maior número de migrantes desta etnia, e em seguida procedeu-se aos pedidos de autorização às lideranças locais.

A pesquisa foi apresentada à Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), assim como às lideranças e todos os membros da Comunidade de Itacoatiara Mirim. O líder da comunidade assinou o termo de anuência para a realização

da pesquisa de campo, bem como todos os entrevistados foram esclarecidos sobre o trabalho e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

CAPÍTULO IV

4. Resultados

4.1 Descrição dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de São Gabriel da Cachoeira

As informações referentes ao número de beneficiários do Programa Bolsa Família em São Gabriel da Cachoeira, especificamente designada de área urbana e rural, foram fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Tabela 1).

Tabela 1: Caracterização dos usuários do Programa Bolsa Família em área urbana e rural, no Município de São Gabriel da Cachoeira, dezembro de 2016.

Área	Total geral por família	%	Total de família indígena	%	Total geral por indivíduos	%	Total de indivíduos indígenas	%
Urbana	2.875	49	2.718	48	11.737	45	11.166	44
Rural	2.987	51	2.920	51	14.541	55	14.410	56
Total	5.862	100	5.638	100	26.278	100	25.576	100

Fonte: SENARD/MDS2016.

Os beneficiários indígenas residentes em área urbana representam 44% dos usuários e 56% encontram-se em área rural. Levando-se em conta a especificidade do município com 76,6% da população local se autodeclarando indígenas, considera-se que existe um número expressivo de indígenas que não são beneficiários do PBF.

Mostramos a seguir a tabela demonstrando o quantitativo de beneficiários do PBF em área urbana e rural por faixa etária, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos indígenas usuários do PBF segundo a idade e a área que residiam no ano de 2016.

Faixa etária (anos)	Número de indígenas usuários do PBF						Total da população no município usuária do PBF
	Área urbana	%	Área rural	%	Município	%	
0 a 05	1793	42,1%	2466	57,9%	4259	97,5%	4369
06 a 15	3650	42,7%	4889	57,3%	8539	97,9%	8719
16 a 24	2391	46,3%	2776	53,7%	5167	97,8%	5284
25 a 34	1289	45,6%	1540	54,4%	2829	95,1%	2976
35 a 64	2019	42,9%	2685	57,1%	4704	97,0%	4851
65 ou mais	24	30,8%	54	69,2%	78	99,0%	79
Total	11.166	43,7%	14.410	56,3%	25.576	97,3%	26.278

Fonte: SECAD/MDS, 2016.

A faixa etária entre 6 e 15 anos é a maior beneficiária do Programa. Essa informação pode estar relacionada à idade escolar que faz parte dos critérios de condicionalidade do PBF.

4.2 Descrição e caracterização da Comunidade de Itacoatiara Mirim ¹¹

Esta pesquisa foi realizada no interior do Amazonas, no Município de São Gabriel da Cachoeira, especificamente na Comunidade Indígena de Itacoatiara Mirim (Figura 2). Essa comunidade está situada a 11 km do centro da cidade, por via terrestre, tem um total de 146 moradores das etnias Tuyuka, Dessana, Curipaco, Piratapuya, Tariano, Wanana, Hupdah, Barassana, entre outros, mas com predominância de indígenas Baniwa.

A história da comunidade foi relatada pelo Senhor Pedro, enteado de José, já falecido, que é o patriarca dos irmãos fundadores da Comunidade de Itacoatiara Mirim. Segundo ele, a comunidade foi formada no final dos anos 1980 após um período de deslocamentos intermitentes de José e de seus filhos, João e Jonas, para venda e troca de produtos da roça, com o objetivo de adquirir mais alimentos. A família do Sr. José é da Comunidade de Camarão, no Rio Aiari. A Região do Rio Aiari, segundo GARNELO

¹¹ A parte Histórica de surgimento da comunidade foi relatada pelo senhor Pedro, um dos irmãos dos fundadores da Comunidade de Itacoatiara Mirim, além de que a maior parte das informações para a caracterização da comunidade foi fruto da observação participante, registrada no diário de campo.

(2002), é composta por membros dos sibs da fatria Hohodene, majoritariamente católicos, e por sibs da fatria Walipere que são protestantes.

Essa busca pela troca e venda de produtos para complementar a alimentação familiar está relacionada com a escassez de alimentos no território de origem, conforme explicam MORÁN (1991) e HILL e MORÁN (1983) *apud* GARNELO (2009). O território Baniwa tem águas escuras e ácidas que não são propícias para a multiplicação de peixes, gerando um contexto de pobreza na oferta deste alimento, além disto, o solo é pobre em nutrientes, desfavorecendo a agricultura.

Entretanto, a família do Sr. José encontrou uma realidade distinta da esperada, conforme TRUJILLO (2012) relata que as famílias Baniwa migrantes se depararam na cidade com uma realidade difícil, pois o acesso a alimentos tradicionais ficava restrito devido à falta de terras para a produção, e a compra de alimentos era muito cara, se apropriando do consumo de alimentos industrializados.

Inicialmente, a família do Sr. José se deslocou para a Cidade de São Gabriel da Cachoeira para vender seus produtos e passar alguns dias buscando emprego, a fim de garantir o retorno para a comunidade com mantimentos. O que eles não sabiam é que após idas e vindas em busca de mantimentos, essa viagem se tornaria o início da migração da família, pois João e Joel decidiram permanecer na cidade. O pai retornou ao Ayarí e os irmãos tiveram dificuldades para conseguir emprego, então pediram abrigo a um parente no Km 13 da estrada de Camanaus, que liga o município ao principal porto da cidade que realiza o traslado até a capital Manaus. O parente os levou para um sítio próximo da pista do Aeroporto Waupés, com o passar dos dias e com a necessidade de produzir seus alimentos, foi cedida a eles uma parte da terra para que pudessem fazer sua roça.

Ambos os irmãos no dia seguinte iniciaram a derrubada da mata e prepararam o local para o plantio da roça. A partir dali, em pouco tempo, houve a migração dos demais familiares, primeiramente os filhos e esposas e em seguida os pais e irmãos. Quando relatava essa história de migração, o Senhor Pedro sempre enfatizava que na sua comunidade de origem predominava a escassez de alimentos, tanto de peixe e caça quanto de terra para o plantio de roças. O grupo familiar permaneceu por um período de 14 meses próximo à pista do aeroporto, depois a FUNAI interveio devido aos relatos de que as crianças estavam andando na pista de pouso dos aviões, o que é proibido.

O prefeito da época foi acionado pela FUNAI para retirar a família do local, e então cedeu um terreno no Km 45 da BR 307 para que o grupo pudesse se mudar, porém,

com esta troca eles ficaram longe de sua roça e o grupo questionou o prefeito pela distância em que residiam, sendo então feita a troca de terreno a pedido do prefeito pelo território da atual Comunidade de Itacoatiara Mirim.

Assim, em 1992 criou-se a Comunidade Itacoatiara Mirim, que na língua indígena nheengatú significa “Pequena Pedra Grande”. Esse nome surgiu após o senhor João, atual cacique da comunidade, ouvir essa palavra ser mencionada por um padre catequista que frequentava a Comunidade de Camarão no Rio Aiari.



Figura 2: Imagem por satélite da Comunidade de Itacoatiara Mirim. Fonte: Google Earth/2018.

A comunidade foi sendo estruturada e, na medida em que podiam, os familiares do Senhor João migravam para a nova coletividade. Hoje, vivem em Itacoatiara Mirim famílias de outras etnias, de outras comunidades e calhas de Rio, mas estas necessitam da permissão do Cacique João para permanecerem no território.

Em Itacoatiara Mirim existem cerca de 28 casas distribuídas uma ao lado da outra, as casas são de alvenaria feitas pelo Governo Federal e entregues em 2011 às famílias da comunidade (Figuras 3, 4). As casas têm uma sala pequena, 1 quarto e 1 banheiro. Atualmente, grande parte das casas foi modificada ou adaptada pelos próprios moradores, pois são pequenas para as famílias indígenas numerosas. Existem ainda casas de madeira dispersas entre o território da comunidade, construídas pelos próprios moradores.



Figura 3: Imagens das casas da comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2018. Fonte: HEST.



Figura 4: Imagens das casas construídas pelo governo federal na Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2018. Fonte: HEST.

Dentro da comunidade existe o salão comunitário que é um espaço social de tomadas alimentares, reuniões, decisões coletivas, divulgações, informações, confraternizações e ainda ponto de apoio dos profissionais de saúde do DSEIARN (Figura

5). Nesse salão, quase que diariamente é tomado o mingau ¹² antes do início das aulas e, aos domingos, as famílias se reúnem para compartilhar o almoço (Figura 6). Também é realizado nesse espaço o culto evangélico às terças, quintas feiras e sábado pelo pastor da igreja evangélica da Assembleia de Deus, que se desloca para a comunidade nesses dias.



Figura 5: Imagem externa do salão comunitário da Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2018. Fonte: HEST.



Figura 6: Imagem da área interna do salão comunitário da Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2018. Fonte: HEST.

¹² Termo designado pelos indígenas do Alto Rio Negro para se referir à tomada do café da manhã, considerado um momento de socialização entre os membros da comunidade. Neste momento são realizadas tomadas de decisões e reuniões.

A comunidade conta ainda com uma maloca denominada “Maloca do Conhecimento”. Essa é uma das únicas duas malocas existentes na Cidade de São Gabriel da Cachoeira (Figura 7). Nessa maloca são realizadas festividades, rituais, apresentações de dança e incentivo às culturas dos povos da comunidade e principalmente Baniwa. A maloca foi construída em 2005, por incentivo do Ministério da Cultura, e com o passar dos anos houve a necessidade de fazer uma reforma. O Instituto Sócio Ambiental (ISA) e FOIRN, em parceria com outros órgãos, elaboraram um projeto de incentivo financeiro para a reforma, esta que foi realizada pelo Senhor João e outros parentes num período de três meses. Segundo o Sr. João, ele se dispôs a reformar a maloca pessoalmente por se tratar de um trabalho minucioso que deve ser realizado por pessoas que possuem experiência em construção de malocas. Então, no dia 19 de abril de 2018 houve a reinauguração com uma grande festa na comunidade, com a presença de lideranças locais e representantes das instituições financiadoras.



Figura 7: Imagem da Maloca do Conhecimento na Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2018. Fonte: HEST.

A Escola Municipal Indígena Jerusalém é a única existente dentro da comunidade, sendo oferecido aos alunos indígenas o ensino regular do pré-escolar até o 9º ano do ensino fundamental II (Figura 8). Durante a minha permanência na comunidade presenciei a falta de merenda escolar, então todos os dias os alunos eram dispensados mais cedo das aulas. A comunidade teve a iniciativa de que cada família trouxesse frutas

da roça para oferecer aos alunos para que não ficassem sem a merenda. Na última semana da minha permanência (após 2 meses), chegaram na comunidade cerca de 300kg de proteína (frango congelado) para a merenda escolar, normalizando os horários de permanência na escola.

É importante destacar que para essa e outras escolas rurais é fornecida merenda escolar com produtos industrializados, tais como feijão, arroz, biscoitos, macarrão, leite, Nescau, suco, charque e enlatados. TRUJILLO (2012) afirma que apesar da merenda escolar proporcionar alimentação às crianças devido à escassez de comida nas comunidades, ela também prejudica a preservação da cultura.



Figura 8: Imagem da Escola Municipal Indígena Jerusalém em Itacoatiara Mirim, julho de 2018. Fonte: HEST.

Na comunidade existem 3 igrejas, 1 adventista do sétimo dia que realiza cultos na quarta e sábado, 1 católica que realiza as missas todos os domingos pela manhã, e ainda uma igreja evangélica, que se encontra em construção (Figura 9).



Figura 9: Imagens das igrejas na Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2018. A – Igreja Católica, B – Igreja Adventista do Sétimo Dia, C- Igreja Evangélica em construção. Fonte

O comércio na comunidade é pequeno, no geral todas as famílias se deslocam até a cidade para realizar as compras de alimentos e outros produtos. Existe um pequeno comércio na sala da casa de uma família Baniwa que vende itens básicos como frango, arroz, miojo, sardinha, cebola, refrigerante e carne de caça quando disponível. O outro local de venda de alimentos é uma casa pertencente a um não indígena que está localizada fora do território da comunidade, que também é utilizado pelas famílias quando necessário, tendo salsicha, refrigerante, frango, arroz e doces (chiclete, bombom, chocolate) para venda.

Em frente à comunidade existe um campo de futebol onde presenciei várias partidas entre as comunidades vizinhas. Esse campo é muito valorizado pela comunidade pois é o único local de lazer tanto para as crianças nos intervalos da escola, quanto para os adultos nos finais de semana (Figura 10).



Figura 10: Imagem do campo de futebol na Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho 2018. Fonte HEST.

Em relação ao saneamento básico, todas as casas construídas pelo governo federal têm sua própria fossa para o despejo dos dejetos na parte externa, porém, devido à falta de água encanada, pouco se utiliza os banheiros dos domicílios. As necessidades fisiológicas quando não são realizadas na casa, e despejadas com a água da chuva, é realizada no mato nos fundos do terreno da comunidade. Na casa onde eu fui acolhida foi construída em madeira uma ampliação da casa com o quarto e a cozinha.

Poucas casas contam com local para lavar louças com água da chuva ou do poço artesiano, geralmente as famílias lavam as louças e roupas no pequeno igarapé compartilhado que fica do outro lado da rua da comunidade, ou no igarapé localizado cerca de doze minutos de caminhada ao fundo das casas. Cada casa tem sua pequena parte do igarapé para uso particular. A água para o consumo vem do único poço artesiano construído pela prefeitura municipal há cerca de três anos (Figura 11).



Figura 11: Imagem da caixa de água da Comunidade de Itacoatiara Mirim, julho de 2010. Fonte HEST.

A coleta do lixo é realizada duas vezes na semana; na sexta-feira e no sábado o caminhão do lixo passa pela avenida em frente à comunidade coletando o lixo deixado na margem da rua. O destino final é o lixeiro do município. Existem famílias que realizam a queima dos seus lixos no fundo do quintal.

Considero que as condições sanitárias na comunidade influenciam diretamente nas questões de saúde que apontaremos a seguir, pois a falta de água encanada e de saneamento básico é determinante para o elevado número de doenças diarreicas nas crianças da comunidade.

Ademais, sem condições de saneamento básico adequado é crescente a contaminação do solo e das fontes de água por micro-organismos, favorecendo as diarreias e vômitos, ocasionando diversas consequências desfavoráveis às condições de vida e saúde da população indígena (LEITE, 2012).

Também observou-se que a limpeza da comunidade só é realizada após a mobilização dos próprios moradores. Durante a pesquisa de campo não foi feita qualquer limpeza, orientação e manejo de criadouros de mosquito por parte do poder público local.

Durante o período de trabalho de campo foi registrado um elevado número de casos de malária, que também pode estar relacionado com a falta de limpeza, controle e monitoramento dos poços artesanais de água construídos para a criação de peixes e

captação de recurso para a comunidade. Esses locais acabaram se tornando ambientes propícios para a proliferação de vetores de diversas doenças.

4.3 Descrições do Cotidiano: A rotina na comunidade

A seguir descreveremos as dinâmicas sociais da Comunidade de Itacoatiara Mirim, com base nas observações registradas no diário de campo. Considerando que a pesquisadora trabalhou durante dois anos em comunidades indígenas rurais na Região do Alto Rio Negro, fica como observação geral inicial a impressão de que a rotina da Comunidade de Itacoatiara Mirim assemelha-se a estas outras comunidades rurais. Durante toda a minha permanência na pesquisa de campo as rotinas das famílias e a vida comunitária ocorreram num mesmo padrão.

O salão comunitário

GARNELO (2009) diz que o salão comunitário é um importante local de socialização da vida Baniwa, sendo utilizado para várias finalidades como sala de aula, atividades religiosas, compartilhamento de refeições, reuniões, acolhimento das visitas e celebrações diversas, sendo este espaço um ambiente de destaque na comunidade.

Durante a convivência na comunidade, pude observar que pelo menos três vezes na semana o capitão da comunidade tocava o sino do salão comunitário para que as famílias pudessem se reunir para tomar o mingau e o café, isso aconteceu com frequência às sete horas da manhã.

Esse momento era compartilhado com os professores da escola que chegavam no ônibus municipal. Durante o horário do café da manhã, denominado localmente de “mingau”, são repassadas as informações referentes à escola, aos alunos, comunicados em geral e tomadas de decisões coletivas.

Cada família chegava ao salão com suas panelas trazendo o mingau, café, quinhapira e beiju. No geral esse momento da manhã reúne os adultos e crianças de colo, os escolares se preparam para as aulas em casa, tomando o mingau no próprio domicílio. No salão também ocorrem os almoços de domingo, em que são compartilhados os alimentos entre as famílias da comunidade. Presenciei ainda a partilha de alimentos com famílias de outras comunidades durante os torneios de futebol; as famílias locais trazem a comida e os pratos são deixados na mesa e servidos para que a refeição seja compartilhada entre todos que se encontram no salão.

O estudo de GARNELO (2007) diz que:

“A partilha de comida e bebida é obrigação moral, que reafirma diariamente no salão a generosidade e os bons propósitos dos participantes, afugentando a sombra dos comportamentos anti-sociais, particularmente o uso do *mánhen*¹³, cujo principal veículo de disseminação é a comida” (GARNELO, 2007, p. 207).

Essa rotina de partilha entre os Baniwa durante a manhã também é discutida por TRUJILLO (2012) em seu estudo realizado na Comunidade Baniwa de Juivitera no Rio Médio Içana, no mesmo município desta pesquisa. Esse pesquisador relata que o centro comunitário é um importante ambiente de compartilhamento de alimentos e relações sociais, evidenciando que no período da tarde, após retornarem das suas atividades na roça, caça ou pesca, as famílias se reúnem para jantar e compartilhar o que foi produzido ou trazido de suas atividades diárias. No mesmo estudo o pesquisador relata a entrevista realizada com um senhor da comunidade na qual ele define os motivos da partilha de alimentos, dizendo que:

“(...) essa maneira de compartilhar o alimento se originou com o próprio *Napirikoli*, o Deus criador, no início do mundo. Essa seria uma tradição que expressa um sinal de amor e solidariedade para com o outro, aplicando a lei do criador; este que teria dito que fazer o bem para o outro, que fazer alguém feliz, ou amar o próximo, não é simplesmente dizer isso com as palavras, mas provar isso com obras, praticando o bem. *Napirikoli* recomenda prioridade para a coletividade e não para o individualismo” (TRUJILLO, 2012, p. 197).

GARNELO (2009) diz que na aldeia ou cidade a manutenção dos vínculos de afeto entre consanguíneos e não consanguíneos favorece a manutenção das relações sociais e que no momento que utilizam o espaço social alimentar reforçam a reciprocidade existente entre eles.

Também ocorrem no salão comunitário os cultos da igreja evangélica, conduzidos pelo pastor da cidade e com os membros desta religião na comunidade.

13 Mánhene é um termo que designa simultaneamente uma doença e seu meio instrumental de causalidade. Caracteriza-se pela introdução de substâncias venenosas no corpo da vítima por meio de comida ou bebida. É considerada pelos Baniwa como a principal e mais perigosa doença que os acomete. A prática de envenenamento é tida como uma forma de feitiçaria, e o envenenador é considerado como um ser antissocial por excelência (GARNELO, 2003).

A rotina das famílias

O início da rotina das famílias da comunidade se dá com o consumo coletivo de alimentos logo pela manhã no salão comunitário. Após a partilha dos alimentos do café da manhã (mingau), todos se dispersam a fim de realizar suas atividades diárias. Alguns se direcionam para a parada do ônibus em frente à comunidade para o deslocamento até a cidade em uma das duas linhas de transporte coletivo que circulam em horários fixos¹⁴.

Diariamente, observei que as famílias se deslocam após o mingau para a sua roça, sempre acompanhadas de seus utensílios; o homem carregando em sua mão o facão e a mulher em sua cabeça o aturá¹⁵. Em geral, o retorno da roça ocorria entre 15h e 16h, pude observar as mulheres trazendo frutas ou mandioca em seu aturá. Essa rotina foi observada com frequência entre as famílias da comunidade, pois todas elas trabalhavam com agricultura rural. As famílias plantavam e produziam em suas roças produtos derivados da mandioca e frutas para o consumo próprio da família. Durante as entrevistas, evidenciou-se em suas falas a importância do trabalho na roça dentro de sua rotina diária, como forma de subsidio para o consumo ou compra de alimentos.

Presenciei uma única família trazendo carne de caça com frequência para o seu domicílio, porém em nenhuma das vezes a caça foi compartilhada entre os membros da comunidade, pois o objetivo da carne era exclusivamente comercial. A família relatou que vende a caça para a compra de frango congelado, pois segundo eles os filhos preferem o frango à caça. Essa prática foi evidenciada como rotina durante a permanência na comunidade.

O território de cada uma das famílias era separado, desta forma a disponibilidade de fontes de alimentos dependia do microecossistema daquele território, da mesma forma como ocorre nas demais comunidades indígenas rurais (TRUJILLO, 2012).

Durante a semana, a comunidade recebe na Escola Indígena Municipal Jerusalém alunos de outras comunidades indígenas próximas de Itacoatiara Mirim, que são transportados diariamente no ônibus escolar municipal nos períodos matutino e vespertino. Existe um total de 85 alunos estudando na escola local. Os professores não

14 Os horários da linha de ônibus eram as 08:30, 13:30 e 16:30, custando de 3.50 a 4 reais cada trecho de ida e volta da comunidade para a cidade.

15 Aturá - espécie de cesto usado para o transporte de produtos agrícolas.

residem na comunidade, eles se deslocam junto com os alunos no ônibus todos os dias para a escola.

Os professores possuem voz ativa durante os eventos na comunidade. Pude presenciar alguns deles chamando a atenção dos pais durante o mingau no salão comunitário a respeito da falta de organização e estudo dos alunos, todos ouviram sem questionar o professor. Além disso, eles aproveitavam o momento do mingau para dar recados relacionados à escola e ainda sobre agravos que observaram na comunidade, como, por exemplo, o elevado número de casos de malária e diarreia.

Em certa ocasião presenciei os professores demonstrando sua preocupação em relação à ocorrência de doenças e ao lixo espalhado pela comunidade, e de imediato o capitão aceitou as propostas e aconselhou a comunidade a realizar as atividades sugeridas pelos professores. Dessa forma, posso apontar que os professores eram os principais responsáveis por estimular atividades de promoção e prevenção à saúde, pois durante a pesquisa não presenciei eventos de promoção à saúde ou prevenção vindos de outras instituições.

Nos finais de semana as atividades de lazer ocorrem no campo de futebol em frente à comunidade. Nesse campo, também são realizados diversos torneios entre as comunidades da cidade, entre etnias, feminino e masculino, entre membros da cidade e da área rural. Dentro do salão comunitário existia uma prateleira expondo os vários troféus que a comunidade ganhou participando de torneios de futebol e vôlei.

Organização política

Observei que as tomadas de decisões referentes à comunidade eram organizadas com base em uma hierarquia respeitada por seus membros, que envolvia um cacique, um capitão e um vice-capitão.

Naquele momento, o Senhor João era o “cacique”, sendo o principal líder da comunidade; era ele quem recebia as instituições e turistas que desejavam realizar atividades na comunidade, planejando os eventos na maloca.

LUCIANO (2006) diz que:

“Ao definirem o que é uma liderança indígena política, os membros do movimento do Rio Negro se empenham em esclarecer que se trata de um tipo diferente das “lideranças tradicionais” como os caciques ou chefes de povos, clãs, fratrias ou sibs. As lideranças tradicionais “exercem a função de representar, coordenar, articular e defender os

interesses dos sibs, dos clãs, das fratrias e do povo como uma responsabilidade herdada dos pais a partir das dinâmicas sociais vigentes” (LUCIANO, 2006, p. 23).

Também havia um cargo de “capitão”, que era o segundo líder da comunidade, responsável pelas articulações e socialização da comunidade, acolhimento de indígenas externos, reuniões e compartilhamentos de alimentos no salão comunitário, além de contribuir com a escola local, fazendo vigilância e manutenção do que fosse necessário.

GARNELO (2002) discute o poder político na região, denominando em seu estudo como “poder social” dos membros mais velhos da sociedade Baniwa, sendo este poder apoiado nos saberes simbólicos, em que a autora afirma:

“O poder político é exercido não em espaços centrais de autoridade coercitiva e sim através de uma rede de interações sociais que incidem de forma pulverizada no cotidiano, exercendo uma forma difusa de coerção, que varia segundo os fatores conjunturais que modulam sua inflexão sobre os membros do grupo” (GARNELO, 2002, p. 231).

O vice-capitão era o Senhor Paulo que articulava as necessidades da comunidade junto com o capitão. Essa hierarquia era respeitada na comunidade, porém, durante a minha permanência observei conflitos entre os membros.

As decisões referentes aos núcleos familiares eram feitas pelo chefe da casa, era ele quem decidia, articulava e realizava as tomadas de decisões nos domicílios.

Agravos

A caracterização do perfil de morbimortalidade da população não pôde ser feita adequadamente, pois estes dados não são disponibilizados e publicados ⁷. Entretanto, pelas relações pessoais da pesquisadora foi possível obter algumas informações gerais.

A comunidade tem diversos agravos relacionados às condições de saneamento e proliferação de vetores. Durante a permanência, pude observar e registrar o elevado número de doenças diarreicas e, principalmente, de casos de malária, sendo todas as faixas etárias da comunidade acometidas pela doença.

Segundo o levantamento do responsável técnico de endemias do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, o elevado número de casos de malária na comunidade está relacionado com o número de tanques de piscicultura sem uso ou

manutenção, que foram instalados no território ¹⁶. Na Comunidade de Itacoatiara Mirim existiam 4 tanques sem uso e que eram possíveis criadouros do mosquito. Outro problema para o crescimento de casos de malária era o tratamento inadequado entre os pacientes positivos na comunidade (Relatório da FVS/Comitê da malária, 2018) ¹⁷. A epidemia de malária naquele momento não se restringia à Comunidade de Itacoatiara Mirim, o município tinha um elevado número de casos positivos de malária *Falciparum* e *Vivax*. Foram notificados de janeiro a junho de 2018, 8.138 casos positivos no município (SIVEP, 2018), ressaltando que no dia 02 de maio de 2018 o município decretou estado de emergência devido ao elevado número de casos na região.

Tabela 3: Distribuição de casos positivos de Malária em Itacoatiara Mirim, janeiro a setembro de 2018, SGC, Amazonas, 2018.

Mês	Malária Vivax	Malária Falciparum	Malária Mista	Total Positivo
Janeiro	20	03	1	25
Fevereiro	6	09	0	15
Março	7	19	0	26
Abril	11	06	0	17
Maio	0	08	0	8
Junho	6	05	0	11
Julho	2	05	0	7
Agosto	8	19	0	30
Setembro	2	04	0	09
Total	62	78	1	148

De janeiro a setembro de 2018, houve 148 casos de malária *Vivax*, *Falciparum* e mista em moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim, sendo que este número

¹⁶ As informações referentes aos tanques de piscicultura da Comunidade de Itacoatiara Mirim foram relatadas durante diálogos informais com o responsável técnico pelo controle das endemias do DSEI ARN.

¹⁷ Durante a atuação profissional na prefeitura municipal de SGC participei do Comitê de controle da malária local, quando tive acesso às informações do relatório público.

chegou ao acometimento de todos os moradores da comunidade, incluindo a pesquisadora (Tabela 3).

Dos 140 casos de malária na Comunidade de Itacoatiara Mirim a espécie *Falciparum* teve maior proporção entre os casos, sendo que esta é considerada a malária de maior gravidade.

Segundo dados do SIASI - SESAI/MS (2018), nos anos de 2017 e 2018 ocorreram, respectivamente, dois óbitos na comunidade, sendo estes de um homem jovem e um idoso, sem informações sobre a causa.

4.4 Perfil sociodemográfico dos moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim

Diversidade étnica

A comunidade do estudo tem uma população multiétnica com 146 moradores. Segundo relatos do Capitão, após a fundação da comunidade houve migração dos parentes do Senhor João para cidade, estes casaram-se com indígenas de outras etnias. Existem, ainda, moradores que buscaram a comunidade com o objetivo de formar uma moradia próxima à cidade. A seguir na Tabela 4 serão descritas as características gerais dos indivíduos da comunidade com base nas informações coletadas pelo roteiro aplicado.

Tabela 4: Perfil Sociodemográfico da população indígena da Comunidade de Itacoatiara Mirim, no Município de São Gabriel da Cachoeira – AM.

Variáveis que compõem o perfil	Níveis das variáveis	Usuário do PBF			
		SIM	%	NÃO	%
ETNIAS	BANIWA	54	66,7	27	33,3
	DESSANA	10	71,4	4	28,6
	TUYUCA	8	57,1	6	42,9
	BARASSANA	5	41,7	7	58,3
	WANANA	1	14,3	6	85,7
	SIRIANO	0	0,0	6	100,0
	PIRATAPUIA	0	0,0	4	100,0
	TARIANO	3	75,0	1	25,0
	OUTRAS ETNIAS *	2	50,0	2	50,0
SEXO	FEMININO	49	67,1	24	32,9
	MASCULINO	34	46,6	39	53,4
FAIXA ETÁRIA	0 a 05	5	19,2	21	80,8
	06 a 15	9	22,5	31	77,5
	16 a 24	17	77,3	5	22,7

	25 a 34	11	45,8	13	54,2
	35 a 64	16	55,2	13	44,8
	65 ANOS OU MAIS	5	100,0	0	0,0
ESCOLARIDADE	SEM ESCOLARIDADE	1	50,0	1	50,0
	PRÉ ESCOLAR	3	75,0	1	25,0
	ENSINO FUNDAMENTAL I	22	55,0	18	45,0
	ENSINO FUNDAMENTAL II	35	61,4	22	38,6
	ENSINO MÉDIO	5	25,0	15	75,0
	SEM INFORMAÇÃO	17	73,9	6	26,1
	OCUPAÇÃO DECLARADA (INDEPENDENTEMENTE DE GERAR RENDA OU NÃO)	AGRICULTOR	26	52,0	24
APOSENTADO		0	0,0	8	100,0
COLETOR DE LIXO		0	0,0	1	100,0
ESTUDANTE		39	70,9	16	29,1
MOTORISTA		0	0,0	1	100,0
PROFESSOR		0	0,0	1	100,0
SEM OCUPAÇÃO		0	0,0	2	100,0
SEM INFORMAÇÃO		18	64,3	10	35,7

A tabela mostra a distribuição populacional por etnia, sendo possível identificar que o povo Baniwa possui o maior número de indivíduos dentro da comunidade. Essa particularidade está relacionada com a fundação da comunidade, cuja família trouxe seus parentes mais próximos para morar na cidade. As outras etnias mais numerosas são Dessana e Tuyuca, respectivamente. Esses moradores migraram de outras comunidades com o objetivo de residir na cidade, segundo relatos das famílias a migração ocorreu há mais de 10 anos.

Os encontros no salão comunitário para o mingau têm ampla participação de todos moradores da comunidade, exceto do Cacique, que durante a minha permanência não participou em nenhum momento.

Durante os eventos coletivos e sociais, por exemplo, os torneios esportivos de futebol, a comunidade se divide por etnia, vestem a camisa do seu povo e enfrentam-se durante a partida.

Faixa Etária e Sexo

Dos 146 moradores da comunidade 73 são do sexo feminino e 73 do masculino, entre crianças e adultos.

A faixa etária dos moradores da comunidade foi descrita de acordo com as especificações das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Dessa forma, evidenciou-se que o público de estudantes pertencentes à comunidade é de 51 crianças e adolescentes entre as faixas etárias de 4 a 17 anos. Do total de moradores, 58 são considerados jovens adultos com idades entre 20 a 49 anos, incluindo as mulheres em idade fértil que fazem parte da condicionalidade do PBF se estiver gestante. Os maiores de 60 anos equivalem a 07 pessoas, entre eles os fundadores da comunidade.

Escolaridade

Observou-se uma valorização dos estudos entre os jovens e um desejo dos adultos em manter os filhos na escola. WEIGEL (2003) no trabalho sobre “Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões”, diz que a educação para o Baniwa representa:

“[...] tanto a luta pela sobrevivência Baniwa, contribuindo para a construção de uma nova identidade, quanto a esperança de felicidade no futuro. Os Baniwa buscam na escola meios – linguagens, conhecimentos e códigos – que contribuam para a produção de um ajustamento e uma organização social modificada, para melhor se adaptarem às novas condições históricas (WEIGEL, 2003, p. 12).

A seguir o perfil de escolaridade dos moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim. Vale ressaltar que a escolaridade foi relatada durante as entrevistas nos domicílios, nela inclui alunos que estão cursando e os que já concluíram.

Definiu-se por caracterizar os moradores por seguimento de escolaridade em curso ou já concluídos, independentemente da série entre adultos e crianças em que foram considerados: a) sem escolaridade as pessoas que autodeclararam nunca ter estudado; b) fundamental I foi caracterizado entre a faixa escolar de 1ª a 4ª série que atualmente corresponde a 33% dos moradores entre adultos e crianças; c) o fundamental II foi descrito com base na autodeclaração de estudo entre 5ª e 9º ano que corresponde a 48% dos moradores; d), e ensino médio entre o 1º e o 3º ano com um total de 17% dos moradores da comunidade. Vale ressaltar que 19 crianças entre as idades de 0 a 4 anos foram excluídas desses dados por não apresentarem idade escolar.

A baixa escolaridade dos adultos foi explicada nas entrevistas, sendo relatado que os principais motivos são: a) nas comunidades de origem não havia possibilidade de

continuar o estudo; esse fato pode estar relacionado à falta de escolas com séries superiores à 4ª série do ensino fundamental I na época em que viviam na comunidade, pois GARNELO (2002) afirma que:

“Existe uma razoável disponibilidade de escolas na área Baniwa, através da Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira, mas a oferta de séries se restringe à 4ª série do ensino fundamental. Caso o aluno deseje completar até a 8ª série, será obrigado a ir para o distante pelotão de Querari, para a Colômbia ou frequentar escolas da missão católica, no Rio Uaupés (Yauareté) ou no Baixo Içana/Assunção” (GARNELO, 2002, p. 307).

b) falta de incentivo dos seus pais na época e, c) o principal relato foi pela necessidade de trabalhar para o sustento da família, quando não tiveram opção a não ser deixar a escola para trabalhar.

Durante as entrevistas ficou nítido o interesse dos pais em manter seus filhos na escola, pois eles afirmavam que não queriam que seus filhos sofressem o mesmo que eles no trabalho pesado da roça. Conforme citação de uma entrevista realizada durante a pesquisa:

“(...) como eu digo, hoje em dia se não tiver estudo não adianta, né? Nunca vai arrumar emprego. E aí tem que ter estudo pra poder trabalhar melhor (...) Porque com estudo você vai trabalhar, enquanto na roça, é mais difícil, pega chuva, pega sol, pra poder ter alguma coisa” (Família 04).

A fala do chefe da família Baniwa demonstra as mudanças que vêm ocorrendo entre os jovens Baniwa. Atualmente, existe uma valorização do nível de escolaridade evidenciada durante a pesquisa, inclusive nas conversas sobre as condicionalidades do PBF a frequência escolar era a preocupação mais citada pelas mães ao afirmar que os filhos não faltavam nenhum dia de aula e que o uso do recurso do PBF quando necessário é para a compra de itens escolares.

WEIGEL (2003) reflete sobre as transformações escolares de forma interessante:

“À proporção que os Baniwa são enredados no tecido social mais amplo, aqueles que passaram pela escola encontram-se em posição mais vantajosa, pela posse de bens culturais valiosos tanto do ponto de vista do reconhecimento social, quanto do ponto de vista prático (...) Não cabendo mais os rituais e ensinamentos tradicionais, a escolaridade assumiu essa função de restauração da sociedade, pois o estado de plenitude e de cidadania (no sentido de tornar-se

membro daquela sociedade) a que ela permite acesso está sendo percebido como condição de vida e de ordem da sociedade. A educação escolar é renascimento. Nesse sentido, a escola representa tanto a luta pela sobrevivência Baniwa, contribuindo para a construção de uma nova identidade, quanto a esperança de felicidade no futuro. Os Baniwa buscam na escola meios – linguagens, conhecimentos e códigos – que contribuam para a produção de um ajustamento e uma organização social modificada, para melhor se adaptarem às novas condições históricas. Essas novas condições históricas impõem um fato inquestionável: os Baniwa existem num tecido social mais amplo, a sociedade brasileira” (WEIGEL, 2003, p. 12).

É importante destacar que o estudo sobre as características sociodemográficas de indígenas nos censos brasileiros de 2000 a 2010 aponta o aumento da escolarização neste período, em que foi demonstrada uma diminuição do grupo com ensino fundamental incompleto e aumento na escolaridade da categoria ensino fundamental completo ou mais (BASTOS et al. 2017). ZIMMERMANN e ESPÍNOLA (2015) em seu trabalho sobre os programas sociais no Brasil: um estudo sobre o PBF no interior do Nordeste com 178 beneficiários da zona rural e 166 da zona urbana, relatam a relação da escolaridade com o nível de pobreza no interior da Bahia, afirmando que 54,36% dos entrevistados são analfabetos, alfabetizados ou possuem ensino fundamental incompleto, fatores estes que contribuem para a manutenção da pobreza.

Local de Nascimento e Migração

A origem de nascimento do morador foi descrita de acordo com o relato das famílias durante as visitas domiciliares. Evidenciou-se que além de Itacoatiara Mirim com 72 moradores, a comunidade com o maior número de nascimento (15) é Camarão, localizada no Rio Aiari, o local de nascimento dos fundadores de Itacoatiara Mirim (Figura 12).

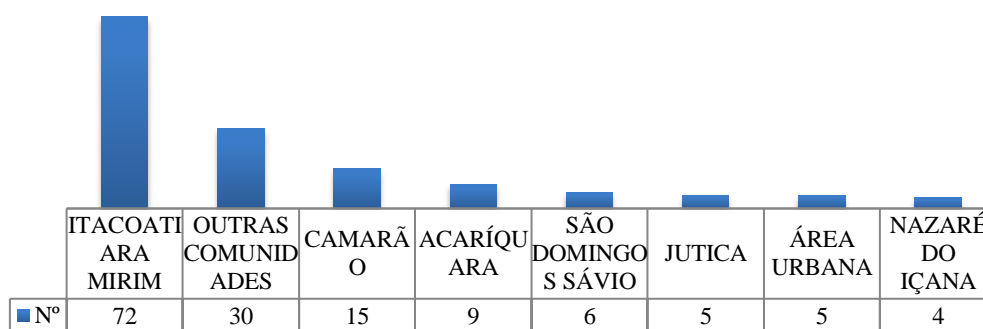


Figura 12: Origem de nascimento dos moradores de Itacoatiara Mirim, por localidade, junho de 2018.

As outras comunidades são de moradores que se casaram entre diferentes fatrias e migraram para a comunidade. Todas as famílias relataram morar na comunidade devido à proximidade da cidade e ainda pela disponibilidade de terras para trabalhar a roça.

Religião

A religião entrou como um importante aspecto na caracterização dos membros da comunidade, de forma que inicialmente não estava prevista esta pergunta no roteiro 01 e foi incluída durante o trabalho de campo. GARNELO (2002) diz que essa característica está impregnada na vida cotidiana dos Baniwa na região, sendo um elemento que constitui a sociedade e o cosmo, não sendo possível separar a religião das ações sociais e políticas.

Os Baniwa da população estudada são predominantemente adventistas do sétimo dia ou evangélicos, e as demais famílias de povos diversos frequentam a igreja católica. Existe uma separação social em momentos religiosos entre as famílias católicas, evangélicas ou adventistas devido aos seus costumes. GARNELO (2002) relata sobre os conflitos existentes entre os católicos e evangélicos, afirmando que:

“Chefiãs e pessoas comuns de aldeias católicas desprendem grande energia na crítica ao “mau comportamento” dos evangélicos (e vice-versa), comparam os modos de vida de crentes e católicos, relatam disputas – sempre vencidas por quem conta o ocorrido – de interpretação dos textos bíblicos e outros. Neste contexto, as posições intermediárias são indesejáveis, todos têm de definir seu lugar e esta opção permite uma caracterização do interlocutor como aliado ou adversário potencial. Esta polarização é congruente com as produções culturais Baniwa, cujos mitos evidenciam que uma das principais fontes de tensão, nessa sociedade, são as relações de afinidade, boa parte das quais se

expressa hoje, nos conflitos estabelecidos entre cunhados de sibs evangélicos e católicos (GARNELO, 2002, p. 248).

Em relação à filiação religiosa, 49% dos moradores da comunidade pertencem à religião evangélica, com o predomínio das etnias Piratapuia e Baniwa. Os católicos são a maioria em número dentro da comunidade, sendo que estes são uma mistura dos povos, totalizando 51% dos indivíduos (Figura 13).

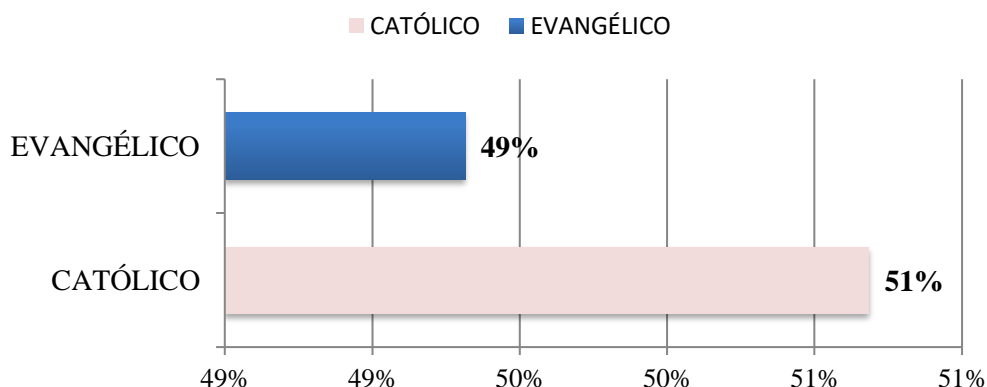


Figura 13: Distribuição dos moradores por religião em Itacoatiara Mirim, junho de 2018.

A religião influencia as questões sociais e de trabalho na comunidade, os católicos, por exemplo, seguem o calendário de sua religião nas datas comemorativas em dias de festejo de santo. Já os trabalhos na roça e domicílio são influenciados pelo resguardo dos adventistas do sétimo dia a partir do pôr do sol da sexta feira até o próximo pôr do sol do sábado. A realização das entrevistas também foi influenciada pela religião devido as famílias adventistas não realizarem qualquer atividade durante o resguardo religioso.

Na observação participante ficaram evidentes os conflitos devido à religião, pois o fato de eu ser católica me levou a frequentar a igreja local e pude presenciar a desaprovação da família onde eu residia ao ser questionada sobre o motivo de me misturar com as “onças”, nome denominado pelo filho do Sr. Pedro por eu ter participado da missa no período da Páscoa. Conflitos foram relatados ainda pelo Sr. Pedro ao afirmar que os católicos aproveitam as festas de santo apenas para consumir bebidas alcoólicas, ficando clara a falta de compreensão ou desaprovação das práticas religiosas entre os membros. Da mesma forma, um membro católico relatou a falta de participação dos protestantes em

ações sociais na comunidade devido às diferenças religiosas, estas que segundo ele deveriam ser superadas pelo bem da coletividade.

Fonte de renda: benefícios sociais, trabalho remunerado e comércio

A conjunção das iniciativas missionárias em desenvolver uma imagem depreciativa da cultura indígena e as transformações da vida econômica após diversos ciclos teve como consequência a ruptura de muitas estratégias tribais de cooperação, tornando a família nuclear o módulo primário de desenvolvimento de atividades econômicas e comprometendo a capacidade produtiva num ecossistema caracterizado pela escassez de alimentos (GARNELO, 2002).

Em relação aos recursos financeiros, para os moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim existem poucas alternativas, segundo eles relacionadas à falta de estudo e oportunidade de emprego na área urbana; na fala das famílias não houve demonstração de sentimentos negativos em relação à ausência de empregos, mas sim pela pouca terra fértil disponível para o trabalho na roça (Tabela 5).

Tabela 5: Demonstrativo de rendimentos e respectivas fontes e valores medianos das famílias indígenas da Comunidade de Itacoatiara Mirim, São Gabriel da Cachoeira, 2018.

Fontes dos Rendimentos	Não usuários do PBF		Usuários do PBF	
	Número de famílias	Mediana dos valores informados	Número de famílias	Mediana dos valores informados
Outros Benefícios	4	R\$ 977,00	2	R\$ 1.431,00
Trabalho Assalariado	2	R\$ 900,00	1	R\$ 954,00
Trabalho Autônomo	8	R\$ 200,00	16	R\$ 200,00
Usuário do PBF	-		17 *	R\$ 300,00
Mediana da Renda Familiar		R\$ 600,00		R\$ 675,00
Mediana da Renda por Pessoa		R\$ 266,67		R\$ 105,70

* 1 não respondeu

Os recursos disponíveis para o sustento das famílias vêm por intermédio dos benefícios sociais, como PBF e aposentadoria, pensão alimentícia, trabalho autônomo e apenas um assalariado.

Para estimar a renda mensal das famílias foram identificados os valores e fontes de cada renda, e em seguida somados todos os valores a fim de gerar a informação de renda por família da comunidade.

Para determinar se a família/membro é ou não beneficiário do PBF foi realizada uma visita domiciliar em todas as residências da comunidade, o registro do valor da renda e do quantitativo de beneficiários foi determinado por suas falas e registrado no roteiro 02 (Anexo 02).

O rendimento mensal das famílias variou entre R\$ 200,00 e R\$ 2.708,00. A mediana da renda familiar variou de R\$ 600,00 para os não beneficiários a R\$ 675,00 para os beneficiários do PBF.

O estudo de ZIMMERMARMM e ESPÍNDOLA (2015) realizado com a população não indígena no interior da Bahia sobre programas sociais no Brasil, ressalta acerca da insuficiência do salário mínimo para o suprimento das necessidades básicas das famílias, considerando o auto custo de vida para o suprimento de alimentos, este se tornando insuficiente para a garantia da segurança alimentar, sendo necessária a utilização de políticas complementares para suprir as necessidades básicas da população. O mesmo foi evidenciado na Comunidade de Itacoatiara Mirim, pois a média da renda estimada é insuficiente para o suprimento das necessidades da população, considerando o auto custo dos produtos e alimentos no município. A comparação do estudo com a população não indígena foi considerada devido à importância de demonstrar as especificidades em que vivem as populações pobres ou em extrema pobreza de forma homogênea no país.

A mediana de renda por pessoa beneficiária do PBF foi de R\$ 105,70, o que consideramos ser baixo frente às condições de pobreza e de custo de vida ¹⁸ no município, pois, conforme iremos discutir mais adiante, este recurso é insuficiente para gerar mudanças significativas na vida dos beneficiários.

Das vinte e nove famílias da comunidade, onze têm mais de 50% de sua renda mensal procedente do PBF, doze famílias não são beneficiárias do PBF, estas, segundo relato, devido à falta de documentação, orientação quanto ao processo de cadastro ou desistência da inclusão no PBF devido à demora no cadastro, e seis possuem renda do PBF inferior a 50% do seu recurso mensal.

18 Foi feita uma pesquisa de preço (pesquisa própria) nos comércios de São Gabriel da Cachoeira para a verificação do custo de uma cesta básica, cujo valor variou entre R\$ 220 e 250.

Em relação à procedência do rendimento, encontramos como principais fontes de renda a venda dos produtos da roça (vendedor autônomo). ZIMMERMANN e ESPÍNOLA (2015) dizem que os beneficiários que relataram estar inseridos em trabalhos produtivos têm como maior ocupação o trabalho rural, trabalhando para a autossustentação ou para terceiros. Outros benefícios sociais como aposentadoria (R\$ 954,00), auxílio defeso (R\$ 954,00) este pago apenas por 4 meses no período de piracema¹⁹, e pensão alimentícia (R\$ 1.000), foram identificados em apenas três trabalhadores assalariados, sendo estes um professor, um auxiliar de limpeza e um motorista.

Os trabalhadores autônomos referiram vender os produtos da roça, tais como farinha, açaí, banana, beiju, carne de caça, cupuaçu, umari, abacaxi, entre outros. Entretanto, segundo relato das famílias, as frutas dependem da época do ano, mostrando a importância da sazonalidade para a aquisição de renda. Afirmam ainda que tem época do ano que diminui a venda de frutas.

Ademais, relataram que os comerciantes negociam os produtos dos indígenas de forma desigual (e injusta) em relação aos não indígenas, afirmaram que os “brancos” não pagam como deveriam, sendo os indígenas desfavorecidos nas transações comerciais.

Houve ainda relatos sobre a utilização de crédito²⁰ nos comércios, nos quais afirmam que o preço pago para o comerciante é mais caro do que a compra de alimentos à vista. Na comunidade, os dois comércios com itens básicos têm um preço alto em relação à cidade, ressaltando que na cidade o valor dos alimentos já é considerado alto se comparado com a capital do Amazonas²¹. No estudo com mulheres beneficiárias do PBF, PEIXOTO (2010) diz que segundo elas o crédito possibilita a compra antecipada de alimentos e itens básicos como, por exemplo, gás de cozinha, produzindo resultados positivos em relação à gerência do recurso do PBF.

19 Piracema é o período de reprodução dos peixes. Durante esse período, eles se deslocam até as nascentes dos rios ou até regiões rasas para desovar (NAVARRO, 2013). Nessa época do ano os pescadores ficam proibidos de pescar e então recebem um salário mínimo do governo por até 4 meses.

20 Crédito - Meio de compras por intermédio de pagamento a prazo, as famílias deixam o cartão ou recebem o dinheiro e pagam diretamente para o credor, este só fornece o crédito se for comprovado que o cliente é beneficiário de programas sociais.

21 Em Manaus (capital do Amazonas) encontra-se cesta básica de alimentos no valor de R\$ 180 reais. (Pesquisa própria).

Do total da população da comunidade, 56% dos moradores recebem o incentivo financeiro do PBF, sendo que 62 indivíduos não são beneficiários do programa social devido à falta de cadastro no Cadúnico, ausência da documentação completa para o cadastro, idade, ou seja, jovens que concluíam o ensino médio e foram retirados do Programa, aposentados e assalariados, estes dois últimos que não fazem parte do critério de inclusão do PBF. O que ficou evidenciado nesta pesquisa é que todas as famílias gostariam de ter acesso ao programa social, entretanto, encontram dificuldades em se cadastrar e obter informações sobre os critérios para ser beneficiário.

Em uma das entrevistas, uma mãe relata a dificuldade em manter o seu filho jovem devido à diminuição do valor do benefício do PBF após o mesmo ter concluído o ensino médio e o benefício cortado. Essa informação foi relatada por uma dona de casa (Família 02) ao ser questionada sobre a escolaridade dos filhos e emprego, pois ela alega que o término dos estudos do ensino básico não garante uma melhoria de vida a essa população, pois não há emprego e ela afirma que o recurso do PBF deveria ser garantido até os jovens se enquadrarem no mercado de trabalho.

CAPÍTULO V

5. Beneficiários Baniwa de Itacoatiara Mirim – Público-alvo do estudo

Do total das 29 famílias que residem na Comunidade de Itacoatiara Mirim, 18 famílias são Baniwa num total de 86 indivíduos. Dessas, 11 famílias recebem o benefício do PBF, totalizando 57 beneficiários, que são o público-alvo para as entrevistas semiestruturadas e para a observação participante desta pesquisa.

Definiu-se distribuir as faixas etárias para a identificação do público-alvo das condicionalidades do PBF, em que as crianças menores de 1 a 17 anos são o público que possui o benefício variável de acordo com sua idade (Tabela 6).

Tabela 6: Número de indígenas Baniwa por faixa etária na Comunidade de Itacoatiara Mirim, junho de 2018.

Distribuição Etária	n	%
<1	1	1,2%
1-4a	10	11,6%
5-7a	9	10,5
8-12a	13	15,1
13-17a	12	14,0
18-19a	2	2,3
20-29a	15	17,4
30-39a	16	18,6
40-49a	4	4,7
50-59a	2	2,3
≥60a	2	2,3
Total	86	100

Entre a faixa etária de 1 a 17 anos a comunidade possui um total de 45 indígenas; entre 18 e 29 anos são 17 pessoas, os jovens adultos; entre 30 e 59 corresponde a 22 pessoas; e duas com idade superior a 60 anos, sendo eles os fundadores da comunidade, o cacique e sua esposa.

TRUJILLO (2012) fala sobre as mudanças na nova geração dos indígenas Baniwa, em que seus hábitos são diferentes dos de seus pais. Ele comenta que os jovens agora passam a maior parte do tempo na escola, o que os impede de aprender e

desenvolver os conhecimentos tradicionais de sua cultura, incluindo o trabalho de plantio, cultivo e preparo de produtos derivados da mandioca e ainda acabam não conhecendo as práticas alimentares importantes de seu sistema cultural, afirmando que se retornarem para a comunidade de origem de seus pais se confrontarão com um ambiente totalmente diferente de seu costume.

Ao realizar as entrevistas nas casas foi perguntado sobre a ocupação de cada membro do domicílio e as respostas foram transcritas conforme o relato das famílias. Dessa forma, 32 pessoas se autodeclararam agricultores, sendo este descritor utilizado por todas as famílias. Evidenciei que essa autodenominação de “agricultores” provém do trabalho que as famílias desenvolvem vendendo seus produtos derivados do trabalho na roça, e pela carteirinha de agricultor rural que algumas famílias possuem. Essa denominação também pode estar relacionada aos cursos de capacitação sobre produção agrícola que aconteceram nessa comunidade. Essa capacitação foi oferecida pelo SEBRAE e partir disso se autodeclararam agricultores.

Durante a observação, a rotina das famílias consistia em diariamente trabalhar na roça, que muitas vezes requeria vários minutos ou até horas para chegar e desenvolver o trabalho de plantio, cultivo e colheita dos produtos. Todas as famílias completam a renda familiar com a venda, na cidade, do que produzem na roça, e somam com outros recursos como, por exemplo, o PBF.

Ao abordar sobre a ocupação dos outros membros da casa, as famílias denominaram as crianças e jovens como estudantes, totalizando um número de 38 estudantes Baniwa entre todas as faixas etárias. Foram citados como ocupação os aposentados, pensionista e motorista, respectivamente, uma vez em cada família, sendo que estes também trabalhavam na roça.

5.1 Programa Bolsa Família nas falas Baniwa

Um dos objetivos da pesquisa foi analisar e registrar as experiências das famílias indígenas relacionado ao acesso e usufruto dos recursos provenientes do PBF para correlacionar com os padrões das práticas alimentares. Para atingir esse objetivo, foram realizadas 10 entrevistas, entre as 11 famílias do povo Baniwa que são beneficiárias do PBF na Comunidade de Itacoatiara Mirim.

As entrevistas foram realizadas após um período de convivência com as famílias. O processo de agendamento das entrevistas ocorreu após conversas informais sobre

assuntos diversos com as famílias, a fim de que quando a entrevista fosse realizada houvesse uma relação de confiança.

Houve perda de 1 família na amostra da entrevista, pois eles não aceitaram participar da pesquisa por considerar a sua opinião igual à da mãe que havia sido entrevistada. Do total de 10 entrevistas, 05 foram realizadas com a presença do esposo, porém, a mulher sempre foi a referência na entrevista, era ela quem definia os rumos do diálogo sobre o PBF.

Todas as mulheres entrevistadas relataram ter o cartão do PBF, que segundo a lei 10.836 de criação do Programa dispõe em seu artigo 2º que o pagamento do benefício seja feito preferencialmente à mulher, recaindo sobre ela a responsabilidade do cumprimento das condicionalidades (BRASIL, 2004).

O estudo sobre as repercussões do PBF na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias no Brasil realizado em 2008, já demonstrava que a maioria dos titulares do PBF é de mulheres (94%) – sendo que a titularidade do cartão é concedida preferencialmente a elas (IBASE, 2008), que são responsáveis pelo planejamento e organização dos afazeres domésticos e cumprimento das condicionalidades. O estudo sobre programas de transferências monetárias condicionadas: experiências na América Latina de VILLATORO (2010), relata sobre a responsabilidade, capacidade de resolutividade e de protagonismo das mulheres dentro de suas famílias ao obterem a posse do cartão de benefícios de transferência monetária. Foi verificada durante a pesquisa a importância da posse do cartão por parte das beneficiárias do PBF; gerir o recurso dentro do ambiente domiciliar cria autonomia às mulheres, pois segundo elas o planejamento das compras parte de suas percepções do que seja necessário para a casa e para as crianças, oportunizando a mulher na organização familiar e domiciliar.

O estudo de PEIXOTO (2010) sobre os significados do PBF na vida das mulheres faz uma ressalva sobre a posse do cartão do benefício, afirmando que o Programa fortalece a autonomia das mulheres na família e comunidade, porém, não rompe a lógica tradicional entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho e responsabilidades, pois devido à posse e controle dos gastos do recurso a mulher passa a ter a responsabilidade de cuidados do domicílio e dos filhos, no entanto, além do estigma sobre o papel da mulher na sociedade, o PBF proporciona às mulheres maior valorização social, pois são elas que planejam as compras de itens necessários para a família, se percebendo mais valorizadas.

As entrevistas foram divididas em blocos, conforme o roteiro de entrevistas (anexo 4):

1. Cadastro, conhecimento e opinião sobre o PBF
2. Conhecimento das condicionalidades do PBF
3. Recebimento e deslocamento para o saque do recurso do PBF
4. Compra de produtos e alimentos

A definição dos blocos de entrevistas foi elaborada para que houvesse informações acerca dos objetivos da pesquisa de campo. Tais blocos serviram de guia durante os diálogos e não foram utilizados como uma sequência obrigatória, mas como um guia para um diálogo que se entrelaçava entre as perguntas do roteiro, oportunizando a informação falada e relacionada ao bloco sugerido. A seguir apresentaremos os resultados e reflexões da análise das entrevistas com base nesses blocos.

5.2 Bloco I – Cadastro e opinião sobre o Programa Bolsa Família

No bloco I buscou-se registrar e analisar as informações referentes à forma de cadastro no PBF, incluindo o processo e as dificuldades para a inserção no Programa e a opinião sobre o benefício. Procurou-se também conhecer a percepção dessas famílias indígenas Baniwa sobre as dificuldades e quais são as melhorias para o PBF na sua percepção.

No contexto da Comunidade de Itacoatiara Mirim, das dez famílias entrevistadas oito foram inscritas na própria comunidade há mais de dez anos. Essas famílias relataram demora no recebimento do recurso com uma média de três meses para o repasse do dinheiro; quando questionados sobre os motivos da demora, a maioria relatou atrasos no recebimento do cartão do PBF.

As experiências do processo de cadastramento são nitidamente diferentes entre as famílias que foram cadastradas na própria comunidade e aquelas que fizeram fora. Para as primeiras, o processo foi fácil e tranquilo, tendo em sua fala e face uma expressão de satisfação, já para aquelas que realizaram fora da comunidade, percebe-se a angústia e as dificuldades para conseguir efetivar sua inserção no PBF.

As famílias que se inscreveram na comunidade afirmam que foi “fácil” e “tranquilo”, pelo fato da equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ter ido realizar este trabalho na própria comunidade, como descrito abaixo:

“(…) a primeira vez que vieram eu escrevi, foi tranquilo. Foi fácil, eles vieram aqui então quem tava aqui se cadastrou. Aí vieram de novo (...), todo esse pessoal fizeram (o cadastro) aqui na comunidade” (Família 04).

As duas famílias que realizaram o cadastro de forma autônoma fora da comunidade relataram ter passado por dificuldades para conseguir efetivar a inscrição, pois tiveram de passar por longos dias de espera, em filas, com idas sem êxito e sem resolução do problema. Essas duas famílias se cadastraram fora da comunidade porque na época do cadastro estavam ausentes, relataram ainda dificuldade para ter acesso ao cartão do PBF após a efetivação da inscrição.

Uma das famílias relatou que foi para Manaus resolver o problema na Caixa Econômica Federal, e que só depois que viajou é que conseguiu ter acesso ao benefício. Esse deslocamento torna oneroso o processo para as populações indígenas, pois o custo para sair do município até a capital chega, no mínimo, a R\$700,00 por via fluvial, ademais existem as dificuldades que esses indígenas passam na capital com transporte, moradia e alimentação. Essa viagem dura 2 semanas, no mínimo, sendo que o deslocamento dura em torno de 3 dias cada trecho de ida e volta. Além disso, eles relataram a demora no atendimento na Caixa Econômica Federal em Manaus. Esse deslocamento é um grande desgaste para as famílias indígenas, que deveriam ter o direito de poder resolver esses problemas no próprio município.

Quando perguntando sobre o que precisaria mudar no funcionamento do PBF, todas as famílias relatavam dois pontos; o primeiro é a necessidade de aumento do valor do recurso financeiro, pois elas alegam que o dinheiro é insuficiente para suprir as necessidades das famílias. Essa mesma percepção foi encontrada em relatos da pesquisa sobre os programas sociais no interior do Nordeste (ZIMMERMANN e ESPÍNOLA, 2015), em que se evidenciou que 79,07% das famílias relataram insuficiência do valor do PBF para o suprimento de necessidades básicas. O mesmo relato sobre a renda foi citado durante as entrevistas com as famílias Baniwa, nas quais todas das entrevistadas relataram que o recurso é insuficiente para o suprimento das necessidades básicas, afirmando que o valor supre uma pequena parcela dos dias durante todo o mês, conforme citado abaixo:

(...) o dinheiro só ajuda três dias, dois dias talvez, é pouco (...) (Família 07).

É importante destacar que os autores ZIMMERMANN e ESPÍNOLA (2015) enfatizaram que 89,24% dos entrevistados (344) afirmaram que, mesmo com o baixo valor do recurso do PBF, a vida melhorou, sendo o recurso capaz de gerar diminuição da pobreza.

O segundo aspecto apontado pelas famílias indígenas entrevistadas é uma percepção da necessidade de uma melhor distribuição do recurso, pois segundo os entrevistados, há famílias que recebem mais do que outras. Consideramos que essa fala pode ser devido à incompreensão das famílias sobre as condições de acesso ao benefício, pois o valor atribuído depende de fatores, tais como, faixa etária, nível de escolaridade, grau de risco (extrema pobreza e pobreza), sendo então variável o valor do benefício entre as famílias.

Abaixo seguem os critérios que justificam os valores diferenciados entre as famílias (Quadro 1).

Características dos benefícios – Programa Bolsa Família	
1.	Benefício Básico: é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza, estas famílias recebem o Benefício Básico mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em sua composição.
2.	Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): também chamado de Benefício Variável Jovem, é concedido às famílias do Programa que tenham jovens entre 16 e 17 anos. Além dos cinco Benefícios Variáveis, cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente.
3.	Benefício Variável: é concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis.

4. Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP): é concedido às famílias cuja renda familiar *per capita* seja igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico Variável e/ou BVJ). Assim, o valor do BSP será o equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa da família supere a linha de extrema pobreza (R\$ 77,00).

Quadro 1: Tipos de benefícios variados de acordo com o Programa Bolsa Família. Brasil, 2015.

De acordo com os dados do Quadro 1, pode-se perceber que a combinação desses critérios faz com que cada família receba um valor diferente (BRASIL, 2015). Mas as famílias indígenas, por desconhecerem as regras, relatam uma percepção de distribuição desigual do recurso, como o relato a seguir:

“(...) poderia melhorar, pra mim esse benefício deveria ser todo igual, porque esse não é igual né, tem gente que tem 3 filhos, 2 filhos e recebe 600 reais, tem gente que tem mais filhos do que isso mas recebe só 300 reais, às vezes 400, (...) eu acho que deveria o valor ser igual para todos (...)” (Família 02).

Vemos na fala anterior, sugestão de que o valor seja igual para todas as famílias beneficiárias. Consideramos que isso também pode ser devido às características próprias das sociedades indígenas que não valorizam as individualizações e diferenciações entre seus membros.

O estudo nacional do IBASE (2008), realizado com 5 mil titulares do PBF não indígenas, diz que as famílias beneficiárias desconheciam as regras do Programa e as condicionalidades, afirmando ainda que 74% disseram não saber por que as famílias recebem valores diferentes, conforme observamos em Itacoatiara Mirim. Essa incompreensão também foi relatada pelas famílias entrevistadas; elas questionavam as diferenças de valores em relação ao número de filhos entre as famílias.

O estudo etnográfico do Ministério do Desenvolvimento Social acerca do PBF entre os povos indígenas identificou, no geral, um baixo grau de conhecimento da população indígena sobre as regras do Programa (BRASIL, 2015). É relatado ainda que os entrevistados indígenas não conseguiam definir, descrever e explicar o Programa, ou seja, seus objetivos, regras, procedimentos, como obter ajuda para a resolução de problemas no percurso que vai do cadastramento ao saque do recurso financeiro e outros (BRASIL, 2015).

Sobre as experiências relacionadas do acesso ao recurso disponibilizado, as famílias relataram ser necessário o deslocamento mensal para a cidade. Esse deslocamento representa diversas dificuldades para as famílias indígenas entrevistadas. Inicialmente, elas disseram ter pouco dinheiro para todo o processo, que envolve permanecer dias numa fila da casa lotérica e frequentemente demanda mais de uma viagem, corroborando com o estudo de LAUSCHNER (2014) e MDS (2015). Esses deslocamentos representam um gasto de dinheiro significativo para as famílias entrevistadas e, por isto, algumas consideram a necessidade de aumento do valor do benefício. Ademais, as famílias citaram que o recurso recebido, por ser pouco, é rapidamente esgotado, servindo para gastos de uma pequena parte do mês.

Outras famílias entrevistadas também destacaram especificamente a demora para conseguir sacar o dinheiro, relataram que acabam enfrentando até 3 dias de filas na única casa lotérica do município e na maioria das vezes retornam sem êxito. Sendo essa dificuldade relatada por todas das famílias entrevistadas.

“Eu queria só que a loteria melhorasse, é chato enfrentar a fila, sem almoço, porque eu vou sem nada, tomo mingau aqui e vou, tenho que enfrentar até sair o dinheiro, tenho medo de ir e não ter dinheiro pra voltar, pra merendar” (Família 3).

O mecanismo de acesso e o saque dos recursos nesse contexto ocorre somente em uma casa lotérica, o que gera muitas dificuldades para as famílias. Assim, a lotérica foi uma queixa importante no funcionamento do PBF referido pelas famílias indígenas.

“(…) só o aumento do valor, tem gente que ganha mais. E botar mais caixas, mais loterias em cada bairro, uma loteria não dá conta de todos não. Eu vi muita criança querendo comer, tomar banho, sofrendo na fila. Tem gente que fica três dias na fila, eu já amanheci não sei quantas vezes no ginásio” (Família 4).

Todas as famílias relataram dificuldades relacionadas com a casa lotérica devido às idas e vindas que eles fazem para conseguir sacar o dinheiro, ressaltaram ainda o gasto realizado devido ao pagamento no ônibus de linha para ir e voltar, cansaço físico em ter de ficar na fila expostos ao sol e fome durante todo o dia, e ainda pelo fato de perderem os dias de trabalho na roça, por ter de enfrentar a fila para sacar o dinheiro; os mesmos problemas relatados no estudo de FEITOZA (2011).

“(...) o ruim é só a loteria mesmo que não tem dinheiro pra pagar, às vezes a gente passa três dias pra receber. Às vezes não tem dinheiro pra nos pagar” (Família 7).

Quando questionadas sobre o que o PBF trouxe de positivo para a família e para a comunidade, as famílias relataram que foi o acesso ao alimento, contribuindo para a diminuição da fome e acesso aos itens básicos, mesmo que em tempo reduzido.

Observamos que a compra de alimentos e outros itens relacionados à alimentação foram referidos como as principais aquisições feitas com o recurso financeiro recebido do Programa. O recurso do PBF foi referido como um complemento para a compra de alimentos e as famílias disseram que antes do Programa tinham mais dificuldades para a aquisição dos itens básicos, o mesmo foi relatado na pesquisa de SALDIVAS (2010).

Com relação às dificuldades geradas pela implantação do PBF para a família e para a comunidade, os relatos voltaram novamente para a situação das casas lotéricas que é o único meio de saque do dinheiro no município.

“(...) fila da loteria, às vezes não tem dinheiro ²², tem que ficar no sol, às vezes não consegue e volta no outro dia, pega sol, gasta dinheiro, vai e volta até conseguir” (Família 4).

5.3 Bloco II - Conhecimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família

No Bloco II foram propostas perguntas relacionadas ao conhecimento acerca das condicionalidades do PBF. As perguntas eram se a família possuía alguma obrigação para continuar recebendo o dinheiro do PBF. Segundo a regulamentação do Programa (BRASIL, 2015), as condicionalidades são exigências e incluem o acompanhamento da frequência escolar, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos, e a realização de todas as consultas do pré-natal quando gestante e acompanhamento social. Vale ressaltar que o PBF não explica as regras aos indígenas de forma clara e compreensível.

Durante as entrevistas sobre esse tema, as famílias indígenas ressaltaram a importância de manter seus filhos na escola, elas afirmaram ser necessário para que o

²² A loteria do município fica sem dinheiro devido a dificuldade de repor o volume material no interior a Km de distância da Capital.

dinheiro não seja bloqueado. Ademais, disseram ainda que, apesar dos adultos terem pouco estudo, querem que seus filhos sigam caminhos diferentes. Um trabalho realizado no interior do Estado do Paraná para avaliar o impacto do PBF na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em quatro terras indígenas, evidenciou que 77,27% das famílias da terra indígena Faxinal e 63,89% nas terras de Ivaí cumprem a condicionalidade da frequência escolar, registrando uma maior permanência das crianças na escola (RAMON, 2011).

O estudo do MDS enfatiza que o desconhecimento sobre a política pública não significa que as pessoas não tenham suas explicações próprias e que no dia a dia não se comportem de modo a garantir o acesso e continuidade de sua inserção no PBF (BRASIL, 2015). As famílias entrevistadas nessa pesquisa demonstraram saber da condicionalidade escolar, porém, elas não entendem como acontece esse processo de acompanhamento (BRASIL, 2015).

Nas entrevistas realizadas em Itacoatiara Mirim, as famílias afirmaram que os seus filhos frequentam a escola rigorosamente, porém quando eu utilizava o termo “condicionalidade” ficavam sem respostas por não entenderem o uso do termo relacionado ao PBF. Para que entendessem a pergunta, eu explicava dando exemplos de bloqueio do recurso caso não houvesse o cumprimento das regras do Programa, e então elas afirmavam conhecer suas obrigações, ou seja, na prática as condicionalidades são cumpridas mesmo sem a utilização do termo técnico no vocabulário das famílias.

Ao perguntar à família 4 se eles tinham alguma obrigação para continuar recebendo o dinheiro do PBF, ela afirmou:

“É o pessoal já explicaram (sobre as condicionalidades), eu tô levando bem, minha filha não falta, as notas são boa, tudo são aprovado, não tem nenhuma falta, nenhum vermelho, no primeiro bimestre são tudo azul, segundo bimestre, terceiro bimestre, até nunca fizeram recuperação, tudo tá ótimo” (Família 4).

As famílias reconhecem a condicionalidade da educação como uma obrigação a ser cumprida para que não haja corte ou bloqueio do recurso do PBF.

“(…) porque eles falam também que se a criança não estudar eles cancelam, não é que cancela, mas recebe só 100 reais, 50 reais, vão para a escola todos os dias, duas estudam aqui e o outro na cidade, no colégio são Gabriel” (Família 2).

Ficou evidenciado que as famílias cumprem e conhecem a condicionalidade escolar como regra a ser seguida entre os beneficiários.

Em relação à condicionalidade da saúde ficou evidente que as famílias conhecem apenas como pesagem das crianças. Essa particularidade pode ter sido impregnada no cotidiano local das famílias devido ao prestador de assistência à saúde indígena (DSEI ARN) que oferece apenas a pesagem, não ofertando a consulta de puericultura conforme é preconizado pelo Programa. Dessa forma, a falha no cumprimento dessa condicionalidade parte do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, não se restringindo à saúde indígena, pois atualmente as unidades básicas de saúde do município oferecem o denominado “cantinho do bolsa família” em que é ofertado o mesmo serviço de pesagem em um momento exclusivo da semana. Dessa forma, as duas instituições não cumprem o que é proposto pelo Programa para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças.

Ainda sobre a condicionalidade do acompanhamento e crescimento, foi perguntado às famílias sobre a imunização das crianças. Essas relataram que a vacina é atualizada pela equipe do DSEI ARN sempre que chegam na comunidade, e quando não há atendimento na comunidade elas procuram as unidades de saúde na cidade para realizar a imunização

As mulheres não conhecem o pré-natal e o acompanhamento da saúde da mulher como uma condicionalidade do PBF, e os serviços de assistência social não foram mencionados em nenhum momento pelas famílias como uma condicionalidade do Programa.

Diante das observações e relatos das mulheres sobre as condicionalidades do PBF ficou evidente que a única regra que é conhecida pelas famílias é a condicionalidade escolar, supervalorizada pelas famílias Baniwa, destacando que o fato de conhecer esta condicionalidade não significa entender as regras e formas de acompanhamento da política.

5.4 Bloco III - Recebimento e deslocamento para o saque do recurso do Programa Bolsa Família

Durante a observação participante acompanhei uma família no deslocamento para a casa lotérica a fim de sacar o benefício do PBF. Esse foi um dia exaustivo para a família Baniwa, pois foram pai, mãe, filha e neta. O deslocamento aconteceu às oito horas

da manhã, horário do primeiro ônibus disponível, e ao chegar na loteria encontramos a fila para o saque “imensa” (palavra usada por elas), o que indicava uma longa espera. A fila da lotérica é formada do lado de fora do ambiente, com exposição ao sol e chuva a depender do clima. Devido os indígenas precisarem ficar horas nessa fila, a fome e o cansaço são frequentes. Ademais, muitas famílias vão realizar o saque sem nenhum outro dinheiro em mãos; pude ouvir relatos de famílias que não tinham como voltar para a comunidade pois não haviam conseguido sacar o dinheiro naquele dia e estavam sem recurso para alimentação.

Durante a minha experiência de trabalho na saúde indígena nas comunidades rurais, observei o vai e volta exaustivo de famílias indígenas para realizar o saque do benefício do PBF, que requer longos dias de viagem pelo rio. Nesse período, prestei assistência à saúde de idosos e crianças que retornavam da cidade após se deslocarem para realizar o saque do benefício do PBF. O fato é que apesar da comunidade pesquisada estar localizada a 11 km de distância da cidade, a dificuldade de deslocamento existe, expondo os indígenas às vulnerabilidades sociais e de saúde.

Todas as famílias entrevistadas relataram dificuldades para sacar o seu benefício na única casa lotérica local. Nas entrevistas, foi relatado que as famílias por vezes têm de ir mais de duas vezes enfrentar a fila, ocasionando gastos indesejados. Segundo a família 3, o deslocamento muitas vezes era realizado apenas com o dinheiro de ida, e as pessoas contavam com o recebimento do dinheiro para o retorno, o que muitas vezes não acontecia, sendo então submetidas a empréstimos de dinheiro por pessoas próximas ou familiares.

Ao questionar as famílias sobre quais eram as dificuldades de ir para a cidade sacar o dinheiro, todas afirmaram que era o pagamento do transporte, o que foi citado também por FEITOZA (2011), conforme o relato a seguir:

“Ônibus pra ir daqui (...) porque, por exemplo, esse dia eu não vou ter dinheiro pra ir de ônibus, por que tem que ter pelo menos 10, pelo menos 05 reais pra poder ir, aí eu já pensei em dormir na cidade, pra enfrentar fila, sair cedo mas não dá por causa das crianças (...)” (Família 3).

Outro aspecto importante sobre o deslocamento para cidade referido pelas famílias é o que ocasiona dias perdidos de trabalho na roça:

“(...) eu vou lá quando eu quero também (...), olha essa semana eu quero plantar, tinha o bolsa família, aí fico pensando pra que não me atrapalhe, então, eu

vou logo lá pegar, depois pra não ficar pensando, entendeu? Porque às vezes eu fico enfrentando a fila todo dia, enquanto o meu trabalho tá lá parado (...)" (Família 4).

O relato anterior enfatiza as falas das famílias em relação à percepção de perda de tempo para conseguir sacar o recurso, pois segundo elas o trabalho fica parado, atrasando a produção na roça. FRANZINI (2016) diz que os deslocamentos e ausência dos indígenas de suas aldeias por longos períodos pode induzir uma quebra de vínculos com o modo de vida destes povos, afastando-os das rotinas e das práticas da vida em aldeia, podendo afetar o trabalho nos roçados (por meio da perda de períodos apropriados de plantio e de colheita).

Das dez entrevistadas, nove afirmaram que na maioria das vezes levam seus produtos da roça para vender na data do saque, pois o dinheiro da venda garante o retorno da família caso não consigam obter o recurso do PBF naquele dia. Elas afirmaram se preparar para a data, pois sabem que a ida para a casa lotérica não garante o saque.

"(...) aí falam que não tem dinheiro, a gente sente muita dificuldade, com que dinheiro vai comprar alimento né, aí agora sempre quando eu desço levo bananazinho, vendo, com esse aí que a gente compra ao menos um frangozinho, aí a gente volta" (Família 6).

Todas as famílias relataram a mesma dificuldade em enfrentar a fila na casa lotérica e ainda o desgaste de ficar por horas em pé para conseguir sacar o dinheiro do PBF.

(...) sente muita dificuldade. Sair cedo pra poder ficar na fila, porque como eu falei tem muita gente aí que tem que ficar lá, até onde a gente conseguir (...) ficar até seis horas de pé (Família 07).

Como evidenciado, as famílias têm o deslocamento e o saque do benefício como um momento oneroso pelas dificuldades impostas pela distância e loteria.

5.5 Bloco IV - Compra de produtos e alimentos

Neste bloco, buscamos conhecer quais itens e alimentos são comprados com o recurso do PBF, elencando os itens alimentares e outros mais citados.

O estudo realizado pelo MDS destaca que em nenhuma das aldeias estudadas registrou-se o abandono de suas atividades produtivas devido ao acesso ao recurso do

PBF, e que em algumas aldeias o recurso é utilizado para compras de utensílios como material de pesca e ferramentas que possam ajudar na produção de alimentos (BRASIL, 2015).

PEIXOTO (2010) diz que na narrativa das mulheres entrevistadas em sua pesquisa elas expressam satisfação com o recebimento do benefício do PBF, pois com o recurso existe a possibilidade de compras de itens de alimentação, e que no período do recebimento a família se alimenta melhor. São comprados também medicamentos, vestuários, material escolar e realizados pagamentos de contas de água, energia e outros.

No nosso trabalho de campo em Itacoatiara Mirim, foi unânime o relato de que o dinheiro do PBF é utilizado para a compra de alimentos, porém, este recurso também é destinado para a compra de outros itens necessários no domicílio.

“(...) só rancho mesmo, comida, compro dois frangos, café, açúcar. Antes comprava fiado no comércio pra pagar com bolsa família, mas começou a atrasar o dinheiro por causa da loteria e paramos de comprar. Comprava 300 reais fiado e ficava 200 pro papai comprar depois o rancho. O bolsa família só dá pra três dias” (Família 7).

O trabalho sobre a avaliação do programa bolsa alimentação diz que estudos realizados em vários países indicam que as famílias que recebem benefícios sociais tendem a gastar o recurso com a compra de alimentos, principalmente para as crianças, reforçando o cuidado com a saúde (BRASIL, 2005). O estudo de ZIMMERMANN e ESPÍNOLA (2015) demonstra que 89,24% das famílias entrevistadas em sua pesquisa utilizaram o benefício do PBF para a compra de gêneros alimentícios, os medicamentos ficaram na sequência com 70,35% do gasto do recurso devido às dificuldades de acesso aos serviços de saúde e 49,13% dos gastos com educação (material escolar), afirmando ainda que 72,97% das famílias relataram melhoria na alimentação após o PBF.

Todas as famílias entrevistadas relataram que vivem do bolsa família e da venda de produtos da roça. Elas afirmaram que é necessário trabalhar na roça por que o benefício do PBF supre apenas itens básico, sendo que estes alimentos básicos ficam disponíveis em média de três dias a uma semana, tendo então de vender os produtos da roça para ter os alimentos disponíveis durante os outros dias do mês.

O estudo do IBASE (2008) no território nacional diz que ao perguntar às famílias sobre o consumo de alimentos, após o recebimento do recurso do PBF, evidenciou que 74% delas relataram aumento na quantidade dos alimentos que já consumiam.

Todas as famílias citaram o frango congelado como o principal alimento comprado com o recurso do PBF. Além desse produto, foram citados, peixe, arroz, açúcar, café, feijão, entre outros alimentos, e ainda produtos como pneu de moto, combustível, roupas para as crianças e calçados.

“(...) o mais importante que a gente compra, frango, arroz, as coisas mais baratas que dá pra comprar, sabão, macarrãozinho, essas coisas ou peixezinho se der, agora a gente não come mais peixe não, só frangozinho dá, porque peixe demais caro, eu falo pro Aparecido eu acostumei sem peixe, pelo menos frango dá pra comer 2 diaszinho, agora peixe não, acaba logo” (Família 5).

Vale ressaltar as modificações internas e externas que a compra de alimentos industrializados com o recurso do PBF gera ao sistema local, pois não se limitam a modificações apenas nos indivíduos ou famílias, mas em todo o contexto comercial e de giro de recursos local (ROCHA, 2013). Essa observação remete às modificações que o acesso ao recurso causa ao contexto urbano e indígena do município, pois ele influencia diretamente no sistema de produção. Alguns de nossos entrevistados afirmam que o recurso do PBF é um complemento sobre a produção agrícola que vendem na cidade, e esta venda pode ser realizada a outro beneficiário do Programa da área urbana, causando reflexos no sistema de produção, venda e consumo.

Quando as famílias foram questionadas se o PBF mudou o tipo de alimentos consumidos, houve aquelas que relataram que modificou, pois agora elas têm mais acesso aos alimentos que antes não tinham, e outras famílias afirmaram que complementou o que elas já consumiam. O mesmo relato foi evidenciado no estudo sobre as percepções da sociedade brasileira acerca do PBF, em que CASTRO et al. (2009) dizem que a renda proporcionou condições favoráveis para a compra de mais alimentos já consumidos antes do PBF e mais coisas para a casa, como itens domésticos e móveis.

A citação a seguir demonstra como o acesso ao recurso financeiro modificou o padrão alimentar da família beneficiária do PBF, evidenciando que o consumo de alimentos tradicionais foi complementado com alimentos industrializados, mas que não garante a segurança alimentar e nutricional das famílias.

“(...) antes a gente tomava só mingau de farinha, de tapioca, agora não, quando tem dinheirinho a gente compra pão, café, o que der pra comprar a gente compra, mudou mesmo a alimentação” (Família 2).

O estudo sobre o papel do PBF na segurança alimentar das famílias do território do Marajó (NASCIMENTO et al. 2017) diz que houve uma grande influência da renda do Programa nas práticas alimentares, pois o recurso colaborou para a obtenção de mais produtos alimentares que não estavam disponíveis anteriormente devido à falta de renda. Porém, esse estudo afirma que mesmo com o maior acesso a outros tipos de alimentos as famílias não deixaram de se alimentar com os seus produtos naturais, mantendo suas características culturais e sociais dentro das práticas alimentares. Esse relato está de acordo com o que foi observado na Comunidade de Itacoatiara Mirim, pois mesmo com alimentos industrializados disponíveis existe um valor imenso aos alimentos tradicionais, que na sua disponibilidade são sempre apreciados.

O estudo do IBASE (2008) sobre as repercussões do PBF na segurança alimentar e nutricional afirma que em geral a renda do Programa contribuiu para o aumento da quantidade e variedade de alimentos, aumentando o número de refeições e a compra de alimentos para as crianças. Essa afirmação vai ao encontro da fala da família relatada anteriormente quando diz que com o dinheiro podem ter maior acesso aos alimentos, porém, esta contribuição é limitada a alguns dias, o que não garante alimentos em quantidade e qualidade suficiente conforme preconiza a política da SAN.

Ressalta-se que as mudanças nas práticas alimentares vêm ocorrendo ao longo dos anos antes do PBF ser implantado nas comunidades, porém a questão maior é se após o Programa o acesso e a oferta de alimentos melhorou ou aumentou a quantidade e variedade de alimentos, sendo evidenciado nesta pesquisa que o recurso complementou de forma limitada.

“(...) pra mim complementou, melhorou um pouco, a gente compra peixe e frango, (...) antes a gente comia às vezes, a gente comia era mais peixe, que meu pai ia pescar” (Família 3).

A família relata na fala a complementação da alimentação a partir do acesso ao recurso do PBF, segundo as famílias o recurso é somado com a venda dos produtos da roça ou de outros serviços para a compra de alimentos. O estudo de ZIMMERMANN e ESPÍNOLA (2013) no interior do Nordeste também observou a continuidade do trabalho

doméstico das famílias, seja autônomo ou assalariado, pois 97,97% dos entrevistados afirmaram continuar trabalhando mesmo após o recebimento do PBF para a complementação de sua renda.

As famílias entrevistadas relataram ainda a necessidade de trabalhar na roça para não ficar sem o alimento em casa, ou seja, o Bolsa Família só garante um alívio imediato da fome e não retira a família da insegurança alimentar e nutricional, conforme proposto pelo PBF.

“(...) Aí também às vez a gente acaba deixando ficar com fome um dia, dois dias, três dias, não tem mais nada, acaba açúcar, café, tudinho acaba, então a gente tem que procurar assim pelo menos pescar por aí pra mim poder sustentar ele (o filho) com quinhapira e folha (...) caruru que eu tenho lá no meu roça” (Família 7).

NASCIMENTO et al. (2017) falam sobre as dificuldades que foram relatadas em sua pesquisa no Marajó, onde as famílias afirmaram que conviviam com a escassez de alimentos e a fome devido à ausência de recurso financeiro, e que apesar do recurso do PBF não ser suficiente para garantir o alimento durante todo o mês, ele permite que as famílias desenvolvam estratégias de sobrevivência de seu modo de vida, seja comprando alimentos ou materiais que auxiliem no trabalho para a geração de renda, o que também foi evidenciado por YUYAMA et al (2008) e VERDUM (1995).

Dessa forma, ser beneficiário do Bolsa Família não corresponde à melhor condição de vida do morador, pois o valor não permite um maior acesso ao alimento com quantidade e qualidade suficientes.

No estudo de CABRAL et al. (2013) foi relatado que no interior da Paraíba o recebimento do recurso do PBF proporcionou maior acesso aos alimentos. No entanto, os autores sugerem que é necessária a associação da política com fomento de estímulo a alimentos saudáveis.

A seguir segue a relação dos itens comprados com o recurso do PBF, ressaltando que todos os itens citados estão de acordo com a fala das famílias durante as entrevistas (Tabela 7).

Tabela 7: Itens comprados com o recurso do Programa Bolsa Família dos beneficiários Baniwa de Itacoatiara Mirim.

Alimentos em Geral	%	Outros itens	%
Frango	22,2	Sabão em barra	17,6
Arroz	11,1	Roupas	17,6
Feijão	6,7	Caderno	5,9
Leite	6,7	Pilha	5,9
Macarrão	4,4	Sandália	5,9
Colorau	2,2	Material escolar	5,9
Batata	2,2	Calcinha	5,9
Bolacha salgada	2,2	Cueca	5,9
Miojo	2,2	Panela	5,9
Refrigerante	2,2	Pneu	5,9
Pão	2,2	Gasolina	5,9
Peixe	4,4	Pagar crediário	11,8
Tomate	2,2		
Açúcar	13,3		
Café	15,6		
Total	100		100

Durante a observação participante ficou evidenciado que após o recebimento do dinheiro as famílias aproveitavam a ida à cidade para comprar os alimentos. Esse foi o mesmo relato da pesquisa de NASCIMENTO et al. (2017) sobre o papel do PBF na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó - PA, onde as famílias aproveitavam as idas à sede do município para adquirir os alimentos que não são oferecidos no mercado local da comunidade. O estudo relata também sobre os itens alimentares mais citados, como, por exemplo, carne vermelha, diferentemente da nossa pesquisa com as famílias Baniwa que não citaram este item em suas respostas, e o consumo durante a observação participante restringiu-se a uma refeição em 1 dia.

Produtos como sardinha em lata, salsicha, carne enlatada e macarrão instantâneo estão na lista dos marajoaras, demonstrando a inclusão destes produtos nas práticas alimentares a partir do acesso ao recurso do Bolsa Família, aumentando a escolha por alimentos não saudáveis (NASCIMENTO et al. 2017). Esses alimentos enlatados industrializados não foram citados durante as entrevistas com as famílias Baniwa, e de fato durante a observação participante o consumo de enlatados ficou extremamente restrito.

CAPÍTULO VI

6. O cotidiano das práticas alimentares e o uso de recursos do Programa Bolsa Família a partir do convívio com uma família Baniwa

Ao iniciar os primeiros diálogos na comunidade, o capitão se dispôs a me ajudar no que fosse necessário. Durante a primeira reunião no salão comunitário com todas as famílias para a definição sobre quem me acolheria, as conversas se entrelaçavam na língua Baniwa e português. Observando as expressões no rosto de cada um eu me servi com o mingau de farinha oferecido durante a manhã de domingo (na prática alimentar Baniwa são os homens quem servem os comunitários e visitantes). Percebi todos me olharem com o rosto indiferente, como de quem soubesse que eu precisaria me familiarizar com os costumes daquela comunidade. No caso, o mingau naquele dia de apresentação seria servido a todos pelos homens, chefes dos domicílios. A partir daquele dia comecei a observação participante, sendo a principal metodologia aplicada durante a pesquisa de campo sobre as práticas alimentares.

A família que me acolheu foi a família denominada 1, composta por 9 membros inseridos em uma pequena casa com três cômodos, sendo que este fator não causou qualquer empecilho para todos nós (Tabela 8). No início, não pude morar na casa de imediato conforme relatado anteriormente, porém, aqueles dias foram essenciais para que eu fosse acolhida. Todos me olhavam estranhando, até que se acostumaram com a minha presença e então fui inserida na rotina deles. As crianças inicialmente eram a minha principal companhia, os adultos estavam sempre ocupados pela manhã, e durante a tarde eu me aproximava a fim de conversar sobre o que fosse necessário.

No domicílio, a língua Baniwa predominava nos diálogos com os adultos e crianças, mas devido à minha presença o anfitrião se preocupava em traduzir o que era importante segundo sua concepção para o meu conhecimento. A família vive financeiramente do recebimento de benefícios sociais e de “bicos²³” que o chefe da família realiza extraindo madeira.

23 Trabalho remunerado, sem vínculo empregatício e por tempo determinado.

Tabela 8: Características dos membros Baniwa do domicílio 1, na Comunidade de Itacoatiara Mirim, junho de 2018.

Membro	Gênero	Idade	Ocupação	Escolaridade	Recebe o PBF
01	Masculino	48	Agricultor	EFI	Sim
02	Feminino	53	Agricultora	EFI	Sim
03	Feminino	22	-	EM	Sim
04	Masculino	20	-	EFII	Não
05	Feminino	18	-	EFII	Não
06	Masculino	14	Estudante	EFII	Sim
07	Feminino	11	Estudante	EFII	Sim
08	Masculino	08	Estudante	EFI	Sim
09	Feminino	02	-	-	Sim

EFI - Ensino Fundamental I

EFII - Ensino Fundamental II

EM - Ensino Médio

Devido à rotina de ida e volta por 2 semanas, não iniciei a coleta de dados sobre as práticas alimentares de imediato, me limitei apenas a observar e me alimentar junto com a família. Durante esses dias pude observar o preparo dos alimentos, a origem deles, a rotina da casa, a distribuição dos alimentos e ainda as dificuldades que a família enfrentava.

Rotina domiciliar

Ao iniciar a convivência na casa, as aulas das crianças estavam prestes a ser retomadas, mas todos os dias, mesmo sem aula, levantávamos no máximo às 06:30h da manhã. Essa rotina era respeitada por todos os membros da casa.

Antes desse horário, por volta das 05:30h, o casal anfitrião levantava-se para iniciar suas rotinas diárias. No fogareiro de barro no qual se utiliza carvão feito pela própria família na roça, era colocada uma panela de alumínio cheio de água com farinha de mandioca para ferver, após o preparo do mingau de farinha outra água fervia no fogareiro, em seguida o pó do café exalava o seu cheiro na área externa da casa diariamente.

Todas as refeições da família eram preparadas no fogareiro de barro na parte externa da casa, exceto em dias chuvosos quando o fogareiro é levado para a cozinha - que também é parte de acomodação da casa, onde dormem seis pessoas. Ressalto que o

alimento é preparado exclusivamente pelas mulheres, assim como a lavagem das louças e roupas.

A compra dos itens de consumo era realizada exclusivamente na cidade, quando a família se deslocava para realizar alguma atividade, como o recebimento de benefícios ou outras pendências. Eles afirmaram que na cidade tudo é mais barato em relação aos itens vendidos nos dois locais da comunidade.

Todos os dias a rotina das mulheres é voltada para o domicílio e o trabalho na roça, a esposa acordava junto com o chefe do domicílio para preparar o mingau ao amanhecer, as filhas acordavam cedo e realizavam as atividades domésticas, como lavar a louça, organizar a casa, varrer, preparar o alimento, cuidar das crianças, e ao anoitecer elas descansam.

Na rotina da família 1 era a mulher quem preparava o alimento e tomava a iniciativa de ir para a roça, sendo que muitas vezes sem a presença do marido; era ela também que acompanhava o homem para a venda de produtos da roça na cidade, demonstrando assim a sua participação social dentro do contexto familiar. Após a partilha no salão, todas elas se organizavam para ir até as suas roças realizar os trabalhos de rotina, e por volta das 15:30h elas retornavam trazendo em seu aturá mandioca ou frutas, no final do dia após o descanso da roça era preparada ou esquentada a comida para que fosse servido o jantar.

Os homens ficavam encarregados dos trabalhos pesados, como derrubada da mata para fazer a roça, carregar lenha para fazer a farinha, caçar, pescar, derrubar madeira, subir no pé de açaí, assim como os trabalhos externos da comunidade, carregando mercadorias para os comerciantes e derrubada da mata em plantio em sítios particulares. No período da manhã, as atividades do esposo se resumiam em ir para cidade resolver suas pendências particulares ou realizar articulações para a comunidade, geralmente pela tarde o trabalho era voltado para a retirada de madeira, pois ele afirmava que fez um curso para a extração da madeira e muitas pessoas da cidade o procuravam; no final do dia o esposo retornava, após ter finalizado o seu trabalho, em busca de comida, e ao anoitecer sentávamos todos na pequena sala para assistir ao jornal.

A roça – Agricultura familiar

Com base nas nossas observações, podemos dizer que a agricultura assume um importantíssimo destaque de subsistência Baniwa, pois esta atividade foi a principal responsável pelo acesso ao alimento tradicional ou industrializado dentro do grupo, seja pelo consumo do que é produzido na roça ou pela comercialização para a compra de outros alimentos.

A cada 15 dias era torrada uma lata de farinha de mandioca para o consumo da família, são cerca de 20 kg de farinha consumidos no período, toda semana a família iniciava o processo de preparação da farinha. Esse dado está em consonância com os dados do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, realizado entre 2008 e 2009, quando se identificou que 97,3% das famílias entrevistadas relataram possuir roças e plantações domésticas. Essa pesquisa aponta que em mais de 80% das aldeias predominaram o cultivo de milho e mandioca/macaxeira/aipim (ABRASCO, 2009).

A farinha era o principal carboidrato consumido dentro do domicílio, durante todo o dia o alimento era consumido em grande proporção, principalmente o chibé²⁴ entre todas as faixas etárias da casa. TRUJILLO (2012) descreve a alimentação Baniwa dizendo que:

“A alimentação tradicional Baniwa é bem variada, comportando alimentos de origem vegetal, obtidos a partir do cultivo ou de coleta no mato, como é o caso do buriti, wará, umarí, ucuqui, açai, patawá, bacaba e outros. Os principais alimentos tirados da roça são: cará, batata, cucura, cana, abacaxi, abiu e mandioca. Essa última, oferece uma fonte essencial de alimentos cotidianos, como beiju, farinha, goma, tapioca, curada e massoca, que representam as principais fontes de carboidratos para os Baniwa que vivem nas aldeias” (TRUJILLO, 2012, p. 190).

Particpei do processo de produção da farinha e durante aquele momento conversamos sobre o trabalho para o preparo da farinha. Ouvi relatos de que não produziam para o comércio pela baixa valorização comercial, as mulheres desabafaram

24 Chibé é a mistura de água com farinha de mandioca, largamente consumida no Alto Rio Negro, é vista como alimento entre os indígenas da região.

sobre o trabalho pesado para pouca retribuição financeira, de modo que preferiam produzir apenas para o consumo da família.

A pesquisa de LEITE (2007) com indígenas Wari remete a essa mesma colocação sobre a desvalorização do comércio da farinha de mandioca, em que segundo o autor a farinha é vendida a preços baixos, colocando os indígenas como mão de obra barata e tendo sua força de trabalho explorada.

A família possuía duas roças, a primeira era maior e pertencia à família desde 2005, ficando a oeste da comunidade. O acesso a essa roça é feito por cerca de 01h de caminhada em trilha, as frutas existentes são açaí, banana, umará, ingá, fruta pão, abacaxi, mandioca, cupuaçu, manga, cana-de-açúcar, cúbiu, araçá, entre outros. A frequência de ida para a roça era cerca de três vezes na semana, sendo que o tempo de permanência dependia dos afazeres na cidade ou no domicílio. Com base nos produtos da roça são produzidos a farinha, tucupi, beiju curada, beiju seco e outros produtos derivados da mandioca.

A segunda roça ficava a 20 minutos do fundo da residência da família, era uma roça antiga, onde segundo eles não era boa para o plantio de mandioca devido ao esgotamento do solo, ficando apenas as frutas a serem colhidas. A roça é vista como o único e principal trabalho da esposa, ela nitidamente se sentia na obrigação de ir toda semana realizar os seus afazeres, sempre retornando satisfeita do seu trabalho. Na semana de torrar farinha, os filhos se deslocavam com maior frequência para ajudar a mãe apanhando lenhas e carregando a farinha ao retornar da roça. O ato de torrar a farinha fica exclusivamente sob a supervisão da mulher, que afirma fazer uma boa farinha.

Não presenciei a família levando produtos alimentícios para o consumo na roça, exceto o chibé; eles se alimentavam durante o mingau da manhã e faziam outra refeição no retorno de seu trabalho na roça, por volta das 15:30h.

A roça é o trabalho da família que mais fornece alimentos diários para os membros da casa, pois é por meio do plantio, cultivo e colheita de frutas e produção de alimentos derivados da mandioca que a família se alimenta todos os dias. Dessa forma, a valorização do trabalho na roça é relatada por todos os membros da comunidade, que diariamente seguem suas rotinas. A depender da família, o deslocamento para a roça dura cerca de 3h de caminhada, porém, o relato sobre a demora na caminhada não me pareceu ser penoso, sendo valorizado o trabalho na roça por todas as famílias da comunidade.

Afirmando a importância desse trabalho na roça, o Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar (2001) redigiu um documento no qual define a soberania alimentar como:

“O direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimento que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidades dos modos camponeses, pescadores e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (...). A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos” (Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar, 2001, p. 23).

O trabalho das famílias na roça é importante porque é pelo plantio, cultivo e preparo dos produtos derivados da mandioca que se obtém a base alimentar da família (Figura 14). Na falta de alimentos industrializados ou outras proteínas e carboidratos nos alimentávamos com chibé. O termo “alimentos tradicionais” é uma categorização criada valendo-se da observação do que a família considerava tradicional segundo sua percepção entre os alimentos consumidos²⁵, eles relatavam como tradicional todo alimento que é produzido no território segundo suas técnicas de produção.

Depois do mingau, a refeição que teve mais frequência foi o almoço, este dependia da disponibilidade da refeição no dia e do horário de retorno dos anfitriões para a casa, pois se fossem para a roça o almoço era preparado apenas no retorno da esposa ou da filha.

25 O gráfico sobre os alimentos consumidos pela família 01 foi construído com base nas anotações diárias de consumo alimentar no roteiro 03, e tabulado em planilha Excel com a soma simples das frequências de consumo do domicílio.

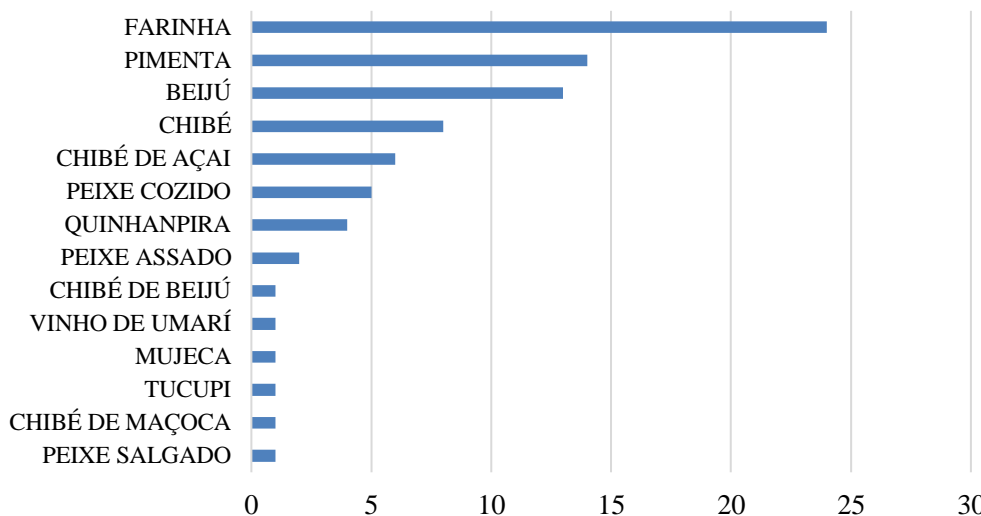


Figura 14: Alimentos tradicionais consumidos no almoço da família 01, em Itacoatiara Mirim, fevereiro a abril de 2018.

A farinha de mandioca apareceu como o item alimentar mais consumido pela família. O consumo de pimenta faz parte da dieta da população, esta também é consumida misturada ao sumo da mandioca que é chamada de arubé, seguida do beiju e do chibé, demonstrando a importância da mandioca na alimentação e dieta Baniwa e valorizando a importância da agricultura familiar.

Pelo fato de que no território onde vivem existe a indisponibilidade de alguns alimentos tradicionais, como peixe e caça²⁶, observamos diferenças na dieta da família Baniwa em Itacoatiara Mirim descritas por TRUJILLO (2012):

“Os principais alimentos de origem animal são o peixe, o cabeçudo e outros quelônios, uirapuça, jacaré, certos anfíbios como rã. Os animais de caça mais comum são macacos, anta, cuita, paca, veado e outros. Insetos como formigas maniwara e saúva também são usados como ingredientes para o preparo do peixe cozido quinhapira. Também se utiliza temperos como a pimenta, sementes de seringa, Japurá, caruru, maniçoba” (TRUJILLO, 2012, p. 190).

²⁶ Devido à proximidade da comunidade com a cidade existe pouca prática de caça, pois necessita de pelo menos 5 horas de caminhada para encontrar animais silvestres para caça e consumo, e ainda a comunidade fica distante das margens do Rio Negro, impossibilitando a prática de pesca.

Durante a convivência com a família, eles ressaltaram a qualidade do alimento tradicional porque é considerado mais saudável comer estes alimentos que são produtos extraídos de seu próprio território, do que os alimentos comprados na cidade. Durante as refeições era perceptível a valorização do alimento tradicional, no sentido de desaprovarem condimentos industrializados, exceto o sal. SALGADO (2007), diz que:

“A culinária indígena é simples e reduzida. O preparo dos alimentos é em geral feito de forma complementar. Não se costuma elaborar excessivamente as comidas e são poucos os temperos utilizados. Muitos povos utilizam como condimentos apenas a pimenta tradicionalmente plantada e o sal, introduzido recentemente” (SALGADO, 2007, p. 163).

Tomadas Alimentares da família Baniwa

Para a coleta dos dados sobre as práticas alimentares foi realizada a participação de todo o processo da alimentação, desde a aquisição até o consumo no domicílio. Nossa análise dos alimentos chamou a atenção pelo número relativamente pequeno de itens e pela reduzida variação observada. Foram registrados cerca de 39 itens alimentares diferentes.

Os alimentos foram separados como tradicionais e industrializados para demonstrar quais os itens mais consumidos durante a pesquisa. Essa separação foi definida para a melhor avaliação da transição alimentar que já vem ocorrendo a partir do contato com não índios entre os Baniwa. SALGADO (2007) afirma que essa modificação alimentar entre os povos indígenas vem ocorrendo há milênios, pois:

“Os sistemas de segurança alimentar e nutricional estabelecidos ao longo de milênios, em pouco tempo, foram modificados, gerando constantes crises alimentares. Dessa forma, as sociedades indígenas remanescentes vivem uma saga particular de contato com nossa sociedade, que promove, em graus variados, uma ruptura com o *ethos* tribal, trazendo modificações nos seus modos de vida” (SALGADO, 2007, p. 131).

Foi evidenciado pela pesquisa que o PBF isoladamente não está acelerando a transição alimentar dessa população, pois o recurso é considerado um complemento para aquisição dos alimentos que já eram consumidos, ressaltando que só o recurso é

insuficiente para gerar um maior consumo dos alimentos industrializados, pois como dito anteriormente é limitado ao uso por pelo menos três dias.

As morbidades que acometem a população em geral, como hipertensão e diabetes, são doenças que são influenciadas pelo excesso de consumo de determinados alimentos industrializados (ABRASCO, 2009). Porém, esses alimentos já foram inseridos nos consumos alimentares da população indígena na Região do Alto Rio Negro antes do acesso ao recurso do PBF. Fato é que o consumo de alimentos industrializados está disponível globalmente, o que limita o seu acesso é a falta de recursos financeiros.

No início da minha pesquisa de campo havia uma grande estiagem do Rio Negro e presenciei os filhos mais velhos saindo no início da noite em uma trilha com cerca de 1:30h de caminhada para chegar às margens do rio para pescar. Na ocasião, eles relataram que pescaram por meio de mergulhos com zagai²⁷, retornavam na madrugada e antes do sol nascer o peixe já estava sendo cozido pela mãe ou pela esposa. Ao acordarmos após a pescaria e o preparo, o peixe já estava cozido, sendo então oferecida uma parte durante o mingau no salão comunitário, e a outra ficava para o almoço ou jantar.

Todos os domingos a família se reunia com os membros da comunidade no salão comunitário para compartilhar o almoço do dia, sendo esta prática bem-vista entre a comunidade. Nos dias de torneio de futebol os visitantes eram convidados para alimentar-se junto com os membros da comunidade.

Cada família levava uma panela contendo alimentos, que variavam entre frango cozido, arroz, feijão, sopa, quinhapira, beiju, farinha, açaí. Observei que a quantidade de alimentos e de pessoas determinava como era feita a distribuição, se a quantidade de alimentos postos sobre a mesa fosse pouca em relação ao número de pessoas, eram os homens que faziam a distribuição em cada prato; se os alimentos fossem suficientes para o número de pessoas, éramos convidados a nos servir, as mães de crianças de colo servem os pratos dos filhos e em seguida todos se servem conforme a sua vontade e disponibilidade dos alimentos.

Entre as tomadas alimentares registradas, o café da manhã (mingau) foi a refeição com maior frequência, sendo realizada durante todos os dias de observação participante. Geralmente o jantar era definido pelo horário do almoço, pois se o almoço

27 Zagaia é uma espécie de lança com a ponta afiada, tendo como objetivo de perfurar o alvo.

fosse realizado após as três horas da tarde, este se tornava a janta, assim o jantar foi a refeição com a menor proporção durante aqueles dias.

As tomadas alimentares ocorreram com maior frequência no próprio domicílio, mas o salão comunitário era o principal local das tomadas do café da manhã, além do almoço aos domingos.

A seguir comentaremos cada uma das tomadas alimentares, mas antes retomaremos a perspectiva teórica utilizada para direcionar a observação participante e registro das mesmas.

Relações Antropológicas

O objetivo de caracterizar os descritores do comportamento alimentar da família Baniwa estudada estava relacionado com a necessidade de melhor entendimento das práticas indígenas no âmbito da alimentação, para pensarmos sobre os impactos relacionados ao PBF.

Para isso, adotamos as contribuições de POULAIN e PROENÇA (2003) acerca do espaço social alimentar, conforme discutido no Capítulo II. Buscamos descrever esse espaço social alimentar durante a pesquisa de campo por meio da observação participante, sendo que foram utilizados descritores com base no modelo de POULAIN e PROENÇA (2003).

Esse modelo demonstra as interações ou sistematização do sistema alimentar da comunidade, em que as relações sociais e culturais são fatores essenciais para avaliar a segurança alimentar, no sentido de que as interações coletivas proporcionam maior acesso ao alimento dentro da comunidade, pois considera que se uma família tem apenas a farinha as demais contribuem para a soma de outros complementos alimentares, interagindo entre si; fato é que as dimensões culturais de compartilhamento estão reduzidas, mas proporcionalmente contribuem para as trocas e acesso aos alimentos.

A seguir apresentamos a síntese das práticas alimentares da família 01, juntamente com as especificidades das tomadas alimentares, baseando-se nas dimensões sugeridas por POULAIN e PROENÇA (2003b) (Quadro 2).

Quadro 2: Descritores do comportamento alimentar da família 01, em Itacoatiara Mirim, fevereiro a abril de 2018. Fonte: POULAIN e PROENÇA, 2003b, adaptado por HEST.

1. Temporal	Momento do dia	Manhã - 06:50h		
		Tarde - 12:30h		
		Noite - 07:15h		
	Duração	20 min (média)		
2. Estrutural	Fora das refeições	03 tomadas	Alimento Local	Alimento Industrializado
			Chibé de farinha, frutas da roça *	Dindin de frutas, militos, miojo
	Nas refeições	03 tomadas	Alimento Local	Alimento Industrializado
			Farinha, pimenta, beiju, chibé, peixe cozido, quinhapira, peixe assado, chibé de beiju, vinho de umarí, mujeca, tucupi, chibé de maçoca, peixe salgado	Sal, arroz, frango cozido, feijão, macarrão, refrigerante e carne bovina
3. Espacial	Em local público	Salão Comunitário		
	Em uma casa	Próprio domicílio		
4. Lógica da escolha	Pessoal	O que tiver no momento para ser consumido		
		Parentes		14

5. Meio ambiente social	Natureza	Membros da comunidade	Número	>20
6. Posição Corporal	Sentados	Banco de madeira, rede, cama		
7. Maneiras à mesa	Modo de pegar o alimento	Colher, beiju, mão		
	Forma de divisão	Pequenos pedaços		
	Papel de gênero e de idade	No salão comunitário	Homens adultos servem os alimentos	
		No domicílio	As crianças são servidas primeiro	

* Ingá, cana-de-açúcar, açaí, ucuqui, araçá, fruta pão, umarí.

O compartilhamento de alimentos entre os indígenas acontece em uma relação de proximidade com seus modos na comunidade de origem, pois este compartilhamento é definido como um ato de amor ao próximo, esta relação de compartilhamento é citada por GARNELO (2009) que diz que nas comunidades indígenas a relação de contato se dá pelo espaço culinário que permanece semelhante aos antepassados dentro das dimensões sociais; é durante estes momentos que ocorre a socialização dos membros da comunidade, assim como a tomada de decisões e outros.

Para compreensão dos descritores do comportamento alimentar, os autores sugerem diferentes dimensões sociais da alimentação, estes foram adaptados nesta pesquisa conforme a realidade observada, sendo eles:

1. Dimensão temporal: caracterizada pelos descritores como momento do dia e duração, em que a principal especificidade neste item está relacionada à tomada do café da manhã, que diariamente é realizada antes das 07:00h com o objetivo de compartilhar o alimento com os professores da Escola Municipal Indígena e com os membros da comunidade. Nesse momento, é realizada a interação dos membros da comunidade com pessoas externas, os professores aproveitam para realizar orientações sobre os alunos da escola, discutir e tomar decisões referentes à comunidade, dar avisos, realizar propostas, além de conversarem sobre assuntos gerais como política. Esta é uma dimensão temporal de suma importância para as relações sociais da comunidade, sendo um momento

valorizado pelos membros da comunidade que após este tempo preparam-se para seguir a sua rotina de trabalho na roça.

2. Dimensão estrutural: o descritor fora da refeição foi a principal especificidade neste contexto, em que os alimentos consumidos são basicamente extraídos da roça, sendo alto o registro do consumo de chibé de farinha de mandioca como principal alimento nesta refeição. Nesta dimensão há uma supervalorização do consumo de chibé entre as refeições, este principal alimento da estrutura alimentar da família.

3. A dimensão espacial: tem como especificidade o salão comunitário como o principal local público da tomada alimentar com todos os membros da comunidade, sendo esta prática rotineira e apreciada pela maioria dos membros da comunidade. Nessa dimensão espacial existe uma supervalorização da cultura Baniwa em manter esse hábito dentro da sua rotina de vida, pois esse é um momento social e de troca entre as famílias, em que o compartilhamento é valorizado entre os membros das fatrias da comunidade.

GARNELO (2007) relata de forma excepcional a prática da dimensão espacial observada na comunidade de estudo, afirmando que:

“Um dos espaços públicos mais importantes em uma aldeia Baniwa é o ‘salão comunitário’ (*makadapana*), onde diariamente reúnem-se os membros das diversas famílias para as refeições coletivas. Ali também se delibera sobre trabalhos conjuntos a serem realizados, atualizam-se os mexericos sobre as pessoas e eventos e exercita-se o poder político. A partilha da comida é o eixo que articula o mosaico de eventos ali transcorridos. Em geral, cada família deve levar parte dos alimentos disponíveis em casa para a refeição coletiva. Pela manhã, logo cedo, toca o sino que chama para a primeira ida ao salão. Na sequência inicia-se a procissão de mulheres, algumas vezes auxiliadas pelos homens da família quando trazem panelas demasiado pesadas, carregando a contribuição de sua família para a refeição comunitária. Nos dias comuns os recipientes com alimentos são alinhados em uma grande mesa central, e os presentes sentam-se em bancos, que podem estar enfileirados nos dois lados do salão ou, nas aldeias menores, distribuídos ao longo das paredes do prédio (GARNELO, 2007, p. 206).

4. A lógica da escolha: nesta dimensão apenas um descritor foi evidenciado, pois observou-se que não existe escolha de consumo de alimentos, sendo estes consumidos de acordo com o que está disponível no domicílio ou no salão comunitário. Vale ressaltar que em nenhum dos momentos de convivência na casa eu presenciei qualquer um dos membros negando ou fazendo escolha do que iria consumir. A família não questiona

sobre os alimentos que estão disponíveis no dia e nem sobre a quantidade que será consumida, pois eles valorizam o que é oferecido no momento.

5. O meio ambiente social: nesta dimensão ressalta-se o descritor de membros da comunidade, pois semanalmente e aos domingos a maioria dos indígenas realiza pelo menos uma refeição juntos, sendo em números de 10 a mais de 20 pessoas a depender do dia da semana. Esse meio social é valorizado pelos membros da comunidade, pois existe a cultura de compartilhamento dos alimentos entre os moradores, sendo visto como um momento social e de lazer.

6. Posição corporal: a alimentação é realizada sentado e o local é definido pela disponibilidade no momento. No domicílio a família não se preocupava com o local para alimentar-se, contanto que estivessem sentados, mesmo sendo no chão, no banco, na rede, na cama ou na mesa.

7. Maneiras à mesa: o descritor modo de pegar o alimento é definido de acordo com o alimento disponível no momento, porém, presenciei as três maneiras citadas como de rotina na forma de pegar o alimento, por exemplo, se o alimento fosse o peixe assado ou cozido utilizava-se a colher somada ao beiju como modo de pegar o alimento, então esta especificidade depende do alimento a ser consumido. Para o descritor forma de divisão também é peculiar no domicílio, pois pude registrar que a divisão do alimento segue um raciocínio justo para todos, no qual a quantidade é dividida em pequenas partes iguais para todos com o objetivo de que todos se alimentem em proporção igual. No descritor papel de gênero e de idade registrei a especificidade dentro do salão comunitário onde os homens adultos e pais de família são os responsáveis por dividir e servir os pratos de forma justa a todos os membros que vão se alimentar.

Essa característica se contrapõe ao estudo de TRUJILLO (2012) que diz que a função da divisão do alimento dentro do centro comunitário durante a partilha de alimentos é realizada por uma pessoa jovem da comunidade, que tem por objetivo ter a prática da divisão igualitária dos alimentos disponíveis.

A descrição do processo de alimentação revela características do sistema alimentar Baniwa, no qual existe uma dinâmica favorável à ocorrência de mudanças, porém, ainda não descaracterizou ou desestruturou o sistema alimentar Baniwa na comunidade. LEITE (2007) relata essa característica dos indígenas Wari do sudoeste de Rondônia na qual aponta para transformações esperadas na adoção de novos elementos e

abandono de outras características nas práticas alimentares, porém, não significa uma ruptura ou descaracterização dos seus modos de vida.

A alimentação cria e expressa relações sociais, reafirmando a relação entre os indivíduos e grupos familiares, entre homens e mulheres, pais e filhos consanguíneos e ainda entre uma aldeia e outra, estabelecendo identidades e diferenças entre as práticas alimentares das populações, mas relacionando-se entre si (LEITE, 2007).

A alimentação durante os episódios de doença era modificada pelo tipo de enfermidade, por exemplo, o consumo de açaí foi retirado da alimentação ao serem diagnosticadas duas crianças da casa com *Malária vivax*. Essa restrição, segundo o chefe do domicílio, era necessária porque o açaí não permite se curar da malária e faz com que a febre volte com mais força; pude presenciar o seguimento desta regra quando um morador relatou que sua neta não melhorou da malária porque tomou açaí, sendo este fato confirmado pelos membros da residência.

A filha caçula da casa teve sua primeira menarca durante o meu convívio com a família. Naquele período foi observada a retirada dos alimentos para o consumo, a menina ficou cerca de três dias se alimentando apenas do chibé e pimenta, pois segundo seus pais era necessário o sacrifício devido às comidas remosas, ficou ainda limitada aos banhos no igarapé devido aos seres encantados de sua cosmologia.

A seguir detalharemos as tomadas alimentares observadas e registradas.

Café da manhã - Mingau

Mingau foi o termo utilizado pelos membros da casa para se referir ao café da manhã, todos os dias ao me convidarem para a tomada do alimento eles usavam uma das frases “vem tomar mingau”, “vamos tomar mingau”, “tem mingau”, “no salão vai ter mingau”, todos se referindo ao café da manhã, mesmo com a oferta de café, quinhapira ou outro alimento (Figura 15).

Pelo menos quatro vezes na semana o mingau é oferecido no salão comunitário. Em geral às 06:50h o sino é tocado pelo capitão da comunidade. GARNELO (2009) em seu estudo no Médio Içana diz:

“Numa refeição ordinária comunitária, a comida produzida nas casas é reunida no salão para onde todos se deslocam, por volta das sete horas da manhã. Um pouco antes o capitão “toca o sino”, ou outro objeto com sonoridade similar, sinalizando a todos que devem se dirigir ao salão ” (GARNELO, 2009, p. 75).

Então as famílias se deslocavam para o salão, cada uma trazendo uma panela e um copo em suas mãos. A forma de nos servirmos dependia do número de pessoas e da quantidade de alimentos dispostos em cima da mesa e ainda da ocasião daquele momento comunitário. Se houvesse panelas suficientes em um dia de compartilhamento comum éramos orientados a nos servir à vontade, se houvesse pouco alimento para o número de pessoas no salão ou se fosse um evento grande o mingau era servido pelos homens mais velhos e indicados pelo capitão. Todos traziam os seus copos e iniciávamos a partilha dos alimentos.

As tomadas alimentares do café da manhã foram realizadas em maior proporção no centro comunitário (53% das vezes), mostrando a importância da partilha entre os membros da comunidade. Segundo o capitão, o mingau é uma importante prática para que não percam os costumes de sua comunidade de origem, além de ser o principal meio de comunicação entre os moradores, professores e lideranças em relação a reuniões, decisões, avisos e outras atividades coletivas.

Durante a partilha no salão comunitário e as tomadas do café da manhã no domicílio foi registrado o mingau de farinha de mandioca como o item com maior proporção entre os alimentos ingeridos e compartilhados pelas famílias Baniwa.

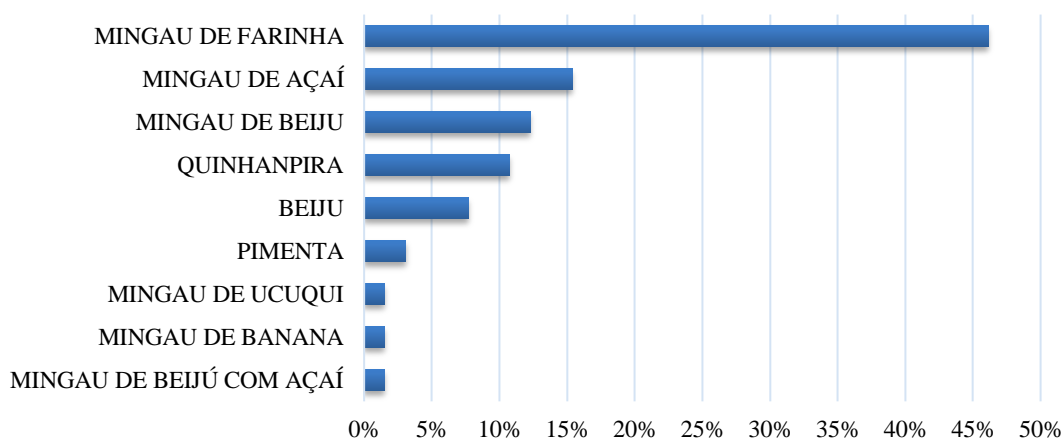


Figura 15: Alimentos tradicionais ingeridos no café da manhã pela família Baniwa 01, em Itacoatiara Mirim, fevereiro a abril de 2018.

Apesar da disponibilidade de alimentos industrializados como o café, a família valoriza o consumo do mingau de farinha, seja ele puro ou misturado com outras frutas, pois após o consumo do alimento eles dizem estar dispostos para realizar os seus trabalhos de rotina.

TRUJILLO (2012) diz que os migrantes Baniwa prejudicam-se com a alimentação oferecida na cidade, pois a base são alimentos industrializados, diferentes dos alimentos consumidos em suas comunidades de origem, sendo que os indígenas têm pouca informação sobre os prejuízos desses alimentos nas questões de saúde. Entretanto, na nossa observação de campo verificamos um predomínio do alimento tradicional.

Em relação aos alimentos industrializados, o item mais ingerido, em proporção, foi o sal utilizado no preparo do mingau de farinha de mandioca, pois este soma-se ao consumo do mingau que é valorizado diariamente. Evidenciou-se ainda o café como o principal item isolado e consumido todos os dias em grande proporção pelos membros da família (Figura 16).

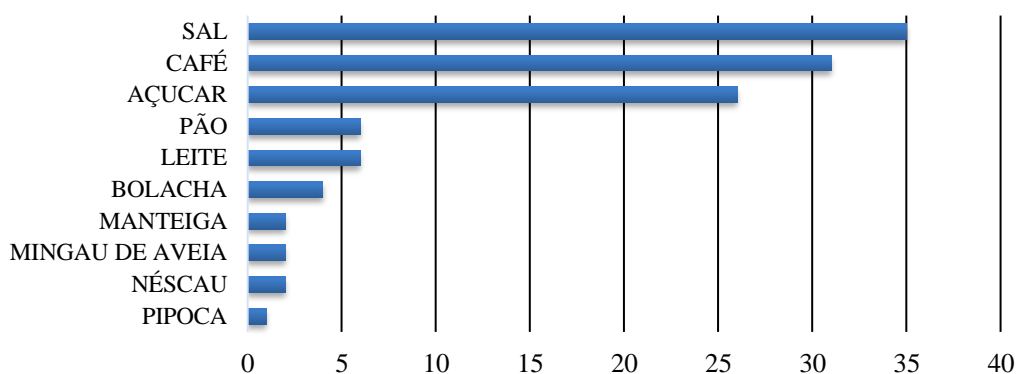


Figura 16: Alimentos industrializados ingeridos no café da manhã pela família 01, em Itacoatiara Mirim, fevereiro a abril de 2018.

O chefe da casa afirmava que podia faltar tudo em relação a alimentos menos o café com açúcar, que era consumido pela manhã e durante outros períodos. Presenciei ainda a preparação do item em horários alternados além do café da manhã. Entre os estudos relacionados à segurança alimentar e nutricional, SALDIVAS (2010) relata a associação entre a inclusão do PBF com a elevação do consumo de itens alimentares processados industrialmente com alta concentração de açúcar. Aponta-se uma chance de consumo de alimentos processados industrialmente 3,1 vezes maior entre os beneficiários.

O almoço - comida

O almoço não é visto como uma obrigação na rotina diária da família, evidenciou-se que as definições café, almoço e jantar foram pouco mencionadas entre os familiares e eram substituídas, respectivamente, por: mingau e comida, esta última para se referir ao almoço ou jantar (Tabela 9).

Quando os adultos saíam pela manhã sem horário para voltar, o almoço ficava para o período da tarde após o retorno dos seus afazeres ou da roça, geralmente depois das 15h. Durante esse intervalo do dia as crianças se alimentavam de chibé e pimenta. Lembro-me quando a filha mais velha entre as mulheres me alertou sobre os horários das refeições em que, segundo ela, eles (indígenas) não têm horário para comer como os não índios, falando sobre a falta de alimento ao meio-dia, afirmando ainda que quando comem tarde esta passa a ser a única refeição principal do dia. De fato, essa prática foi observada durante a minha permanência na casa.

Na prática, durante a alimentação, os pratos, tigelas ou vasilhas eram deixados ao lado da panela e em cima da mesa para que cada indivíduo se servisse, sempre ao lado da panela de comida havia uma vasilha com chibé e copos ao seu redor. Os Baniwa comiam geralmente sentados sobre bancos, redes, chão de sua casa, utilizando colher para levar a comida à boca. A farinha de mandioca largamente consumida era adicionada em todas as refeições.

Tabela 9: Porcentagem de alimentos tradicionais e produtos industrializados consumidos na residência da família 1, em Itacoatiara Mirim, março a abril de 2018.

Alimentos Tradicionais	%	Produtos Industrializados	%
Farinha	29,27	Sal	30,0
Pimenta	17,07	Arroz	23,33
Beiju ²⁸	15,85	Frango cozido	21,11
Chibé de açai	7,32	Feijão	15,56
Peixe Cozido	6,10	Macarrão	5,56
Quinhapira ²⁹	4,88	Refrigerante	3,33
Peixe assado	2,44	Carne bovina	1,11

²⁸ Alimento indígena feito a partir da massa da mandioca mole e largamente consumida no Alto Rio Negro.
²⁹ Peixe cozido com pimenta.

Chibé de Beiju	1,22		
Vinho de Umarí ³⁰	1,22		
Mujeca ³¹	1,22		
Chibé de maçoça ³²	1,22		
Peixe Salgado	1,22		
Tucupi	1,22		
Total	100		100

Os membros da comunidade não possuem o hábito de compartilhar seus utensílios individuais com comida para o consumo coletivo, então éramos chamados a nos servir, cada um se acomodava onde podia e todos comiam ao mesmo tempo. Raramente presenciei membros da casa comendo fora do momento familiar, exceto se estivessem na roça ou na escola, sendo este o momento de socialização intradomiciliar.

Durante todas as refeições o filho mais velho se deslocava para a casa do seu pai, juntamente com sua esposa e seus três filhos para que a refeição fosse compartilhada. A família, na maioria dos casos, vinha com algo para oferecer ou complementar durante as refeições. Eles residiam ao lado da casa do pai, e dessa forma foi uma rotina o compartilhamento de alimentos e refeições durante todos os dias em que eu estive na comunidade.

Foi observado que o pai sempre comia em quantidades pequenas, que supostamente seria para que sobrassem mais alimentos para a sua família.

O jantar - comida

Durante os 37 dias de observação participante houve 23 refeições no jantar, dependia da oferta do alimento e da hora em que foi realizada a última refeição, ou seja, se comíamos antes das 17h esta era a única refeição principal no domicílio (Figura 17).

30 Mistura da raspa da fruta umarái misturada com água.

31 Peixe cozido desfiado e misturado com goma de tapioca.

32 Farinha de mandioca mole misturado com água.

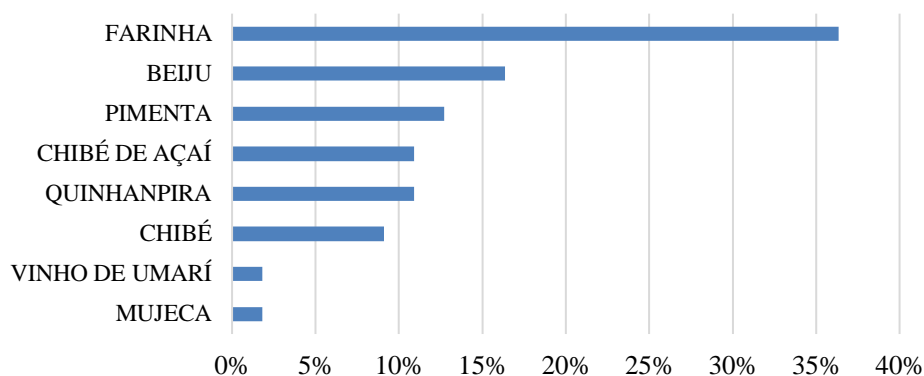


Figura 17: Alimentos tradicionais consumidos no jantar da família 01, na Comunidade de Itacoatiara Mirim, fevereiro a abril de 2018.

Quando a família retornava após o meio-dia de seus afazeres na cidade ou na roça, almoçávamos e jantávamos ao mesmo tempo, pois esta era a principal refeição do dia. Esta informação está na página 116. Geralmente o jantar era a mesma comida do almoço, complementado com algum alimento trazido pelo filho.

A seguir os alimentos industrializados consumidos durante o jantar. Vale ressaltar que esses alimentos foram consumidos com maior frequência durante o recebimento do recurso do PBF, que auxilia na promoção da SAN por proporcionar maior acesso aos alimentos, porém, nota-se um maior consumo de alimentos industrializados, proporcionando riscos ao desenvolvimento de doenças, tais como, obesidade, hipertensão e outras doenças crônicas não transmissíveis (Figura 18).

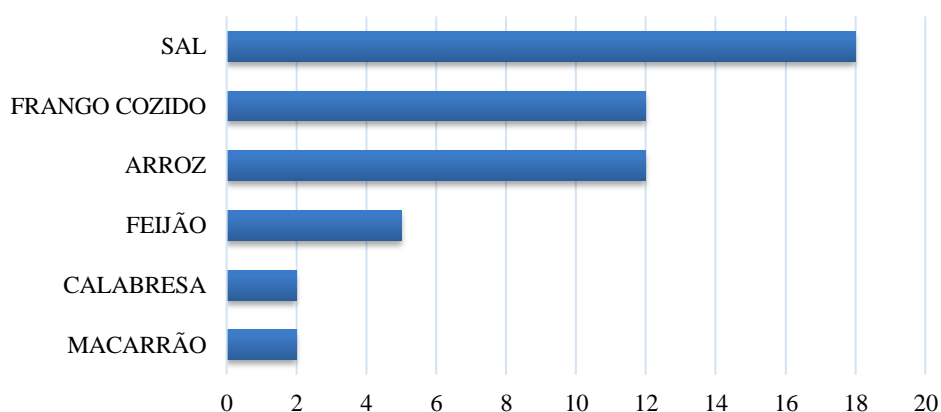


Figura 18: Principais alimentos industrializados consumidos no jantar pela família 01, em Itacoatiara Mirim, fevereiro a abril de 2018.

Todos os dias, durante a observação participante, verifiquei o consumo de sal em todas as refeições, fazendo deste item o principal alimento industrializado consumido diariamente por essa população. MELATTI (1993) faz uma observação sobre o consumo do sal entre as populações indígenas, dizendo que:

“A cozinha indígena tradicional, parece, não adotava o sal como um de seus temperos. O uso do sal como tempero tem sido introduzido nas tribos indígenas pelo contato com os homens civilizados. Por isso, geralmente os índios dependem dos brancos para seu abastecimento de sal. Isso não significa que o desconheciam. Algumas tribos o fabricam, mas segundo uma técnica pela qual só podem obter uma quantidade mínima (MELATTI, 1993, p. 156).

O mesmo autor fala ainda sobre o consumo de sal entre outros povos indígenas, afirmando que o produto em alguns locais (povos) é visto como uma especiaria. Os “Enawenê-Nawê”³³ produzem o cloreto de potássio a partir do olho da palmeira inajá. Igualmente, no Alto Xingu, na região denominada *Uluri*³⁴, o sal obtido pelos índios é o cloreto de potássio, que é feito a partir do aguapé (*echornia crassipes*)” (SALGADO, 2007).

Antes das 20h todos os membros da casa jantavam e esta era a última refeição do dia, as famílias têm o hábito de alimentar-se cedo, pois a partir das 19:30h a comunidade era tomada pelo silêncio de uma comunidade distante da área urbana.

Observações sobre a experiência da família com o uso dos recursos do Programa Bolsa Família

Nos períodos de recebimento do dinheiro do PBF o casal e a filha mais velha se deslocavam para receber o dinheiro na casa lotérica da cidade. Presenciei a angústia deles de ir e voltar sem ter recebido o dinheiro, que ora era pela falta de dinheiro na casa lotérica, ora porque não tinham conseguido a senha para o saque. Mas quando tinham êxito voltavam contentes para casa com alimentos e outros itens necessários.

Durante os meses de convivência não presenciei a compra de enlatados para o consumo coletivo, talvez por causa do preço e da acessibilidade ao peixe e frango

33 Grupo de indígenas Brasileiro cuja língua é da família Aruak, habitantes da região do Mato Grosso.

34 A região do *Uluri* é definida como uma zona de refúgio onde diversos povos xinguanos se estabeleceram, com um relacionamento intercultural, onde especializações complementares foram desenvolvidas por cada povo (SALGADO, 2007).

congelado, estes como os principais itens trazidos durante as compras de alimentos na cidade. Os alimentos comprados eram sempre básicos, no caso o termo “básico” se refere à pouca variedade observada durante a convivência no domicílio e que são disponibilizados para o consumo da família.

Registrei o consumo de macarrão instantâneo, porém, pontual e fora das tomadas principais; quem consumiu este alimento foi a caçula da casa em momentos de doença, como gripe e malária, sendo registrado apenas duas vezes durante os 37 dias de observação participante.

Presenciei a compra de outros itens com o dinheiro do Bolsa Família, como sandália, lanterna, sabão em barra, sabonete, creme dental, além do pagamento de compras à prestação. Na época do recebimento, atentei para o único período em que eram trazidos para dentro de casa refrigerante e pão, o recurso é essencial e esperado todos os meses pela família.

Doces e salgados industrializados foram pouco registrados, o dinheiro que a família recebia era destinado exclusivamente para compras de itens úteis para o consumo, ou seja, não presenciei os pais dando dinheiro aos filhos para a compra de doces ou outros produtos, exceto para o dindin de frutas que vendiam na comunidade.

TRUJILLO (2012) relata o consumo diário na zona rural de alimentos industrializados, como o biscoito, milhitos, enlatados, bombons e outras comidas prejudiciais à saúde, porém, durante o período de moradia na comunidade não registrei o consumo contínuo destes alimentos, pois o consumo se restringia ao dia do recebimento dos benefícios sociais, sendo que nos dias subsequentes os alimentos ingeridos eram apenas os básicos.

O consumo de alimentos comprados no comércio local dependia do acesso direto ou indireto de recursos financeiros, assim ele tendia a variar significativamente ao longo do mês, sendo maior o consumo de alguns itens como refrigerante e carne bovina logo após o recebimento de benefícios, ou do ciclo anual quando há maior abundância de determinados produtos da agricultura para venda e posterior compra de alimentos.

Segundo TRUJILLO (2012), a alimentação dos Baniwa se depara com a disponibilidade de recursos disponíveis para a compra do alimento, pois utilizam os alimentos que sejam mais baratos e mais acessíveis para as famílias.

A proteína comprada com o dinheiro do PBF alimenta a família por cerca de quatro dias, pois o número de indivíduos é alto e sempre compartilhado com a outra

família do filho do chefe da casa, sendo um total de 15 pessoas a serem alimentadas, a contar comigo, todos os dias.

Para a compra de alimentos para os dias seguintes, o filho vizinho fazia bicos carregando mercadorias e o chefe da casa serrava madeira, sendo sempre procurado por pessoas vindas da cidade para fazer encomendas. Durante conversas sobre a derrubada de árvores, o mesmo me afirmava que sempre teve cuidado, trabalhando de forma que não prejudicasse a área ambiental e plantando pequenas mudas no lugar das derrubadas.

Foi observado também que durante o período de recebimento do recurso do PBF o consumo de peixe era mais frequente que nos dias posteriores, este alimento é muito apreciado pelos membros da casa e compartilhado durante os momentos de partilha no salão comunitário, porém, seu consumo é menor em relação ao de frango congelado devido ao custo. O peixe era consumido quando a renda no domicílio era complementada pelo recurso do PBF, pelos bicos de trabalho ou venda de madeira extraída do território da comunidade.

O recebimento do recurso do Programa fica entre os dias 25 a 30 de cada mês. Pude presenciar dois meses do recebimento do recurso, quando observei e registrei o consumo de mais produtos industrializados do que de rotina. Itens como margarina, refrigerante, pão, leite, calabresa, bolacha, carne bovina e, Nescau foram comprados nesses períodos e consumidos no máximo em 03 dias durante a convivência no domicílio. Foi possível observar que a escolha dos itens comprados com o recurso do PBF era sempre de itens básicos e com os menores preços, possibilitando um maior consumo de alimentos industrializados durante a semana após o recebimento do benefício. O estudo de SANTOS e COIMBRA (2000) *apud* LEITE (2012) aponta para as mudanças nas práticas alimentares em direção ao consumo de alimentos industrializados, o que compromete a qualidade da alimentação, sendo dietas pobres em micronutrientes, fibras e proteínas.

Com a observação da quantidade e variedade de alimentos após o recebimento do recurso do PBF, notou-se que a segurança alimentar e nutricional da família continuava comprometida devido à qualidade do alimento e à quantidade disponível, pois os alimentos adquiridos com este dinheiro é limitado a três dias, o que não proporciona uma alimentação com quantidade e qualidade suficientes, conforme preconiza a política nacional de segurança alimentar e nutricional que está inserida entre um dos objetivos do Programa.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008) realizou uma pesquisa sobre as repercussões do PBF na segurança alimentar das famílias atendidas, e evidenciou que as famílias beneficiárias seguem o perfil de consumo disseminado na sociedade brasileira, com a marcada presença de alimentos industrializados, como açúcar, gorduras e sal (IBASE, 2008), sendo os alimentos adquiridos via comércio considerados de baixo custo, com pouco valor nutricional.

A citação anterior sobre o consumo de alimentos industrializados demonstra a facilidade de acesso a estes itens devido à disponibilidade dos comércios na área urbana, demonstrando que a frequência de consumo a estes alimentos será maior aos moradores de Itacoatiara Mirim em comparação aos indígenas que residem nas comunidades com acesso por via fluvial e sem disponibilidade de comércios.

A compra dos alimentos pelas famílias da comunidade foi restrita à área urbana da cidade, sendo os mercados a principal forma de acesso aos alimentos em todas as regiões, tanto em área urbana, quanto na rural. A pesquisa nacional (IBASE, 2008) e o “Inquérito Nacional sobre Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas” já demonstravam que na população indígena as estratégias domésticas para a obtenção dos alimentos mostram a compra como mais frequente em todas as macrorregiões, mesmo na macrorregião Norte, cujo acesso aos centros de comércio pode ser mais difícil (ABRASCO, 2009).

6.1 Experiência da Fome

Apesar da experiência anterior de trabalho na saúde indígena, a pesquisa de campo e a convivência com a família em Itacoatiara Mirim foram totalmente diferentes do que eu esperava. Presenciei episódios de falta de alimentos que me angustiaram e fizeram com que eu quebrasse as regras da minha pesquisa de campo, que era de não levar qualquer alimento para o domicílio em que eu residia. No início, essa realidade me incomodou bastante, senti as dores da fome que ficaram guardadas comigo, mas em nenhum momento percebi ou presenciei reclamações por parte de qualquer membro da casa sobre a falta de alimentos. Durante essa angústia entrei em contato com a minha orientadora para ouvir os seus conselhos, e então, pelo diálogo e gentileza pude retomar a pesquisa com mais tranquilidade.

O estudo do mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil diz que grande parte das populações indígenas enfrenta dificuldades na obtenção de alimentos, sendo a escassez de terras uma das principais dificuldades enfrentadas por eles (LEITE, 2012).

Essa dificuldade foi descrita no relatório final do Inquérito Nacional de Alimentação e Nutrição dos Povos Indígenas (ABRASCO, 2009), que dá ênfase ao progressivo esgotamento dos recursos naturais e o comprometimento das atividades de subsistência que ocasionam a instabilidade na produção de alimentos. Também podemos confirmar essa afirmação no contexto do nosso estudo com base nos relatos das famílias entrevistadas, que afirmaram que o uso excessivo do solo não permite o plantio e o cultivo de mandioca em grande proporção, fazendo com que eles necessitem realizar caminhadas de pelo menos três horas a fim de fazer a derrubada da mata para plantação da roça, tendo durante a espera do amadurecimento da roça a necessidade de comprar a lata de farinha, um dos principais alimentos consumidos entre os moradores da comunidade.

Os relatos das famílias indígenas sobre a distância da terra fértil, a falta de terra para o plantio da roça, assim como o uso excessivo da terra gradativamente menos produtiva remete à diminuição da aquisição de recursos alimentares por seu trabalho agrícola, ocasionando maior dependência do mercado para a aquisição de alimentos industrializados (LEITE, 2012).

JOSUÉ NETO (1953) *apud* ROCHA (2013) já dizia que apesar da fome ser uma das formas de manifestar e reconhecer a insegurança alimentar, sua erradicação não garante a SAN. Essa afirmação remete às necessidades impostas para a garantia da SAN, pois para se alcançar a soberania alimentar deve-se respeitar os princípios éticos do acesso à alimentação que perpassa tanto pelo acesso ao alimento quanto pelos direitos humanos, diversidade nutricional e cultural dos povos (ROCHA, 2013).

SALGADO (2007) faz uma ressalva acerca das responsabilidades sobre a fome, afirmando que:

“Antes de ser responsabilidade do Estado, a questão da fome é também responsabilidade das próprias populações indígenas que, porém, precisam de apoio e orientação para que, de forma autônoma e capacitados para o enfrentamento de novos mundos, sobrevivam com dignidade e soberania. A economia indígena, quando organizada, sempre atendeu às suas necessidades de sobrevivência e talvez esteja nela a solução para os atuais problemas de abastecimento alimentar” (SALGADO, 2007, p. 168).

Apesar da disponibilidade do chibé e da pimenta para suprir a ausência de proteínas e carboidratos, estes não saciavam a fome, porém, os membros da casa não reclamaram por causa dos alimentos disponíveis; a fome no sentido de ausência de

qualquer alimento para o consumo não existe no domicílio, pois esta é suprida por frutas, pimenta e farinha, porém a SAN entre os moradores não é garantida com a disponibilidade destes alimentos, proporcionando a todos contínua insegurança alimentar e nutricional.

6.2 Programa Bolsa Família e a Segurança Alimentar e Nutricional

A compra de alimentos foi o principal relato das mulheres quando perguntadas sobre o gasto do recurso do PBF. O estudo do IBASE realizado no país (2008) relata que a alimentação é o principal item gasto com o recurso do Programa – 87% (no Nordeste chega a 91% e no Sul a 73%).

LEITE (2007), no estudo sobre sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena afirma que o acesso aos alimentos acontece por meio da compra comercial, doações e programas de incentivo alimentar e de programas sociais, como aposentadoria, auxílio maternidade, PBF e outros, somada com a venda de artesanatos, produtos da agricultura e pesca. Essa afirmação embasa o estudo proposto nesta pesquisa, pois o PBF de fato oferta maior acesso aos alimentos.

Durante a pesquisa de campo ficou evidente que o recurso do Programa é um complemento para as famílias beneficiárias, pois elas buscam outros meios para a aquisição de renda. Observamos que, somando as rendas *per capita* das famílias beneficiárias, fica evidente que o recurso disponível para os trinta dias do mês é insuficiente para o sustento e aquisição de alimentos, mantendo as famílias Baniwa na insegurança alimentar e nutricional.

ROCHA (2013) faz uma interessante análise ao afirmar que:

”A maioria das pessoas que se encontram em estado de insegurança alimentar reside em regiões ou países que produzem ou dispõem de alimentos em quantidade suficiente. O que lhes falta é o acesso adequado a esses alimentos. Em sociedade de mercado, alimentos são mercadorias, ou seja, são vendidos e comprados. Grande parte das pessoas em situação de insegurança alimentar não pode participar dessa troca porque não dispõe de recursos econômicos. Portanto são excluídas do mercado pela falta de renda suficiente, o que as impede de participar plenamente como consumidores” (ROCHA, 2013, p. 98).

Porém, mesmo que a população indígena tenha maior acesso ao recurso financeiro para a aquisição de alimentos, estes ainda estariam em insegurança alimentar e nutricional, pois uma das características desta política como um bem público diz que

existe a necessidade da adoção de alimentos saudáveis e seguros, respeitando as preferências culturais e regionais, ou seja, a renda não elimina todas as condições que levam à insegurança alimentar (ROCHA, 2013). Outro estudo que enfatiza as particularidades indígenas sobre a SAN foi a pesquisa de LEITE (2012) com o povo indígena Wari, na qual o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes está relacionado diretamente ao acesso a recursos financeiros, demonstrando as dificuldades dos povos indígenas em se enquadrar na política de SAN pela falta de recursos.

Ressaltando que ROCHA (2013) afirma que:

“A SAN se refere ao direito de todo cidadão estar seguro em relação à suficiência (proteção contra a fome e a desnutrição), à qualidade (prevenção de males associados à alimentação) e à adequação (preservação de cultura alimentar) dos alimentos e da alimentação” (ROCHA, 2013, p. 52).

O Quadro 2, exposto sobre o modelo de Poulain e Proença (2003), evidencia as especificidades da população Baniwa em que suas práticas são voltadas para a coletividade, contribuindo para o acesso ao alimento entre as famílias. Porém, ainda continuam em SAN, pois as famílias não possuem o acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes para toda a população. As famílias Baniwa acompanhadas vivem de acordo com suas condições sociais e financeiras, expostas a uma constante insegurança alimentar e nutricional.

Enfatizando o exposto antes, MALUF e REIS (2005) dizem que:

“Para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, há que se respeitar a diversidade de culturas e de hábitos dos povos, nações e coletividades regionais. Além disso, cabe considerar os princípios de adequação e sustentabilidade, de modo que não haja dúvida, por parte das pessoas, da provisão do alimento à sua mesa no dia seguinte, na semana seguinte, no mês seguinte e assim sucessivamente. Dessa forma, ao se falar que a alimentação deve ser adequada, e não apenas saudável, busca-se salientar que os alimentos ou dietas específicas devem ser apropriadas a determinadas circunstâncias sociais, econômicas, culturais e ecológicas” (MALUF e REIS, 2005, p. 24).

A citação reforça os resultados sobre a população da comunidade estar em uma constante insegurança alimentar e nutricional, seja pela falta contínua de alimentos, falta

de recursos e mesmo pela falta da qualidade dos alimentos que são ingeridos diariamente, conforme os dados dos alimentos industrializados aqui apresentados e consumidos durante as refeições.

ROCHA (2013) diz que a condição alimentar dos indivíduos é afetada por vários fatores, sejam eles pela dificuldade de acesso aos recursos naturais, pelo emprego e renda, afirmando que a condição alimentar de uma população local pode ser alterada devido aos resultados do desenvolvimento de um país. Esse desenvolvimento condiciona os indivíduos à necessidade de melhor educação, emprego e distribuição de renda. A ausência dessas necessidades sociais é evidenciada na comunidade, conforme os dados de escolaridade, desemprego e renda entre os adultos. Ressaltando que todas as famílias trabalham com a agricultura familiar, seja para o seu sustento ou para o comércio na garantia de comprar alimentos e retornar para a comunidade, sendo que estes alimentos segundo a observação participante duram em torno de três dias.

Certo de que o PBF contribuiu para o aumento da renda dos beneficiários, mesmo que este seja insuficiente, faz-se necessário ainda a criação ou ampliação de outras políticas públicas para a superação dos demais determinantes sociais, para que a SAN seja combatida desde os problemas que vêm da base social (CABRAL et al. 2013).

O estudo sobre as repercussões do PBF na Segurança Alimentar e Nutricional indica que as famílias com titulares pretos e pardos apresentam a forma mais grave de SAN, em números, na época da pesquisa, representava cerca de quatro milhões de famílias com deficiência no acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes (IBASE, 2008), essa característica demonstra as desigualdades raciais evidentes no país, pois as populações indígenas se enquadram nesse grupo, demonstrando a necessidade de implementação ou efetividade de políticas públicas voltadas para as populações consideradas vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O despertar para o enfoque deste trabalho surgiu em razão da minha experiência profissional com a população indígena no Alto Rio Negro e por ser indígena da etnia Baré. Nesse contexto, foi possível observar e viver a desigualdade social que existe no cotidiano da população indígena periurbana e rural em São Gabriel da Cachoeira.

O estudo procura subsidiar a luta dos povos indígenas para a sua inserção como povos diferenciados na sociedade brasileira, na qual os seus direitos foram conquistados no final da década de 1980 por meio das lutas dos movimentos indígenas brasileiros e internacional, da sociedade civil organizada e da opinião pública, resultando na aprovação dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. A partir desse marco, os povos indígenas garantiram sua inclusão nas políticas públicas de âmbito nacional, mas garantindo suas especificidades. Entretanto, esta pesquisa parte das discussões (MDS, 2015; FEITOZA, 2011; CASTRO et al. 2009) que apontam que as políticas públicas ainda mantêm um caráter universalizante e homogeneizador na sua formulação ou implementação, pouco levando em consideração as especificidades dos povos indígenas. Assim, neste trabalho optamos por analisar algumas dimensões da perspectiva indígena no âmbito do programa de transferência condicionado de renda Bolsa Família.

Conforme apontamos neste trabalho, existe um importante contingente de famílias indígenas inseridas no PBF, totalizando 116.216 famílias indígenas beneficiárias do PBF em diferentes regiões do país, sendo que no Amazonas estão incluídas cerca de 33.393 famílias, e São Gabriel da Cachoeira foi o local de estudo escolhido pois é o município do Estado do Amazonas com o maior número de famílias indígenas cadastradas no Programa, totalizando 5.638 (96,5%) famílias, representando numericamente 25.576 indígenas inseridos no Programa.

Com base na pesquisa quanti e qualitativa pudemos melhor caracterizar o perfil sociodemográfico de famílias indígenas, conhecer seus relatos sobre a inserção e acompanhamento no Programa e, principalmente, nos aprofundamos nas práticas alimentares. O foco nas práticas alimentares se justifica pela correlação desse Programa com o combate à fome e à insegurança familiar, problemas que afetam muitos povos indígenas.

Com relação ao perfil dos moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim, esta contava com 29 famílias e uma média de 146 pessoas. Nessa comunidade, 83 (56,8%)

indígenas eram usuários do PBF e neste grupo o número de mulheres era porcentualmente maior do que o de homens (67,1%).

Uma das perguntas feitas às famílias dizia respeito à composição da renda familiar, independentemente se a família era usuária do PBF. Quando da avaliação da variável renda, a manifestação preliminar de parte dos moradores da Comunidade de Itacoatiara Mirim foi que existem poucas alternativas de geração de renda, associando a esta falta de alternativas o baixo grau de escolaridade e as oportunidades de emprego, que estão na área urbana do município. Todas as famílias trabalham com a agricultura e o trabalho na roça é muito valorizado por todos os membros, mas prejudicado pela decadência de terras férteis na região.

Assim, quatro foram as fontes enumeradas pelas famílias para prover recursos financeiros para a composição da renda familiar: os recursos advindos do PBF (18 famílias), aposentadoria, pensão alimentícia, trabalho autônomo e trabalho assalariado.

No grupo de famílias usuárias do PBF (18), o valor mediano recebido do Programa é de R\$ 300,00, sendo o maior valor pago o de R\$ 852,00 e o menor R\$ 39,00. E, no cômputo de todas as fontes de rendimento, em cada família, os resultados nos levam a afirmar que os usuários do PBF têm renda familiar medianamente superior àquelas famílias não usuárias do Programa.

O perfil sociodemográfico da comunidade demonstra que todos os moradores se enquadram nos critérios elegíveis do PBF devido ao perfil social e renda *per capita* relatados por eles durante as entrevistas, sendo que do total da população da comunidade, 63 (43%) recebem incentivo financeiro do Programa e 83 (57%) não recebem, pelos mais variados motivos, como dificuldades burocrática e administrativa, dificuldades de compreensão da língua e dificuldades geográficas relacionadas à distância que o indígena percorre para ter acesso ao cadastro.

Foi relatado ainda que é oneroso para os indígenas o período de saque do recurso, pois eles dependem exclusivamente da única casa lotérica disponível no município. Além disso, o município não oferece um atendimento diferenciado aos indígenas, tendo a necessidade de profissionais que falem as línguas co-oficiais do território.

A insuficiência do valor repassado pelo benefício social foi citada em todas as entrevistas, demonstrando que existe a necessidade de aumento do valor devido às necessidades básicas das famílias beneficiárias do PBF, como a compra de alimentos, materiais escolares, roupas, calçados, entre outros. Houve ainda relatos sobre o aumento

do poder de compra e de crédito, principalmente no que diz respeito à aquisição de alimentos e outros gastos, gerando especificamente no território do estudo uma dependência por parte dos indígenas em relação aos credores comerciantes.

O acompanhamento das práticas alimentares neste estudo mostra que o PBF tem desempenhado um papel importante, mas insuficiente, na alimentação das famílias indígenas. Acesso aos alimentos e outros itens básicos depende da renda mensal fornecida pelo programa de transferência condicionada de renda e da venda dos produtos naturais, plantados, cultivados e comercializados por todas as famílias indígenas. A venda dos produtos depende do período do ano, sendo a sazonalidade responsável pela produção da agricultura familiar, além de serem apontadas dificuldades como o acesso a terras férteis para garantir a produção, de modo que os recursos do Programa Bolsa Família servem para complementar a alimentação dessas famílias.

Vale ressaltar que existe uma valorização dos produtos cultivados pelas famílias na roça, em que os derivados da mandioca são consumidos em grande proporção, tais como: farinha, beiju, tapioca, entre outros, e ainda alimentos como peixe. Vale destacar a carência e dificuldades de obtenção de alimentos proteicos, pois o rio é distante da comunidade estudada e o preço do peixe é alto, sendo que a alternativa preferencial das famílias é a compra de frango. As diversas modificações das práticas alimentares e o processo de transição alimentar são decorrentes de vários fatores como a colonização, a diminuição de terras produtivas, dificuldades para a caça e pesca e a ampliação do acesso a recursos para a compra de alimentos.

Os dados de consumo alimentar não se esgotam nesta análise, mas apontamos que mesmo após anos de contato com os não índios nessa comunidade periurbana as famílias indígenas ainda mantêm práticas alimentares culturalmente definidas.

O acompanhamento das condicionalidades de saúde reveste-se de grande complexidade, envolvendo diferentes setores governamentais e diversos atores sociais, sendo que os aspectos demográficos, socioeconômicos e geográficos interferem neste processo para os indígenas periurbanos, que cumprem as regras impostas pelo Programa mesmo na ausência da oferta do serviço em seu território, principalmente em relação ao acompanhamento das condicionalidades relacionadas à da saúde das crianças e das gestantes. Podemos apontar que existe uma inadequada oferta dos serviços de saúde para essa população.

A condicionalidade de frequência escolar acaba sendo a mais evidente preocupação das famílias indígenas quanto ao cumprimento de suas obrigações, fortalecendo a valorização da permanência na escola. A maior motivação para o cumprimento das condicionalidades é o temor de ter o benefício cancelado, já que na realidade das famílias indígenas estudadas o benefício representa a principal renda mensal, tendo em vista ainda que o bloqueio ou cancelamento é algo extremamente burocrático e difícil de resolver na visão dessas famílias.

Dessa forma, deve-se discutir e repensar as condicionalidades de saúde do Programa, no sentido de contribuir de modo mais efetivo para a formação cidadã das famílias beneficiárias, levando em consideração que as políticas públicas deveriam respeitar as especificidades e características dos povos indígenas.

No contexto geral da comunidade estudada podemos apontar que problemas como saneamento básico, assistência à saúde, produção de alimentos, acesso à renda, perfis de morbidade (predomínio de doenças infecciosas e parasitárias) influenciam diretamente para a manutenção da insegurança alimentar e nutricional nas populações indígenas. Consideramos que os programas de transferência de renda que têm como objetivo melhorar as condições de alimentação e nutrição por si só não garantem a segurança alimentar e nutricional, devido ao baixo valor repassado pelo Programa, ao alto preço dos alimentos comercializados no município e ao baixo teor nutritivo dos alimentos consumidos, tendo a necessidade de melhorias na qualidade de vida como um todo, incluindo alimentos saudáveis.

Certos de que esta pesquisa é uma pequena contribuição sobre as experiências de famílias indígenas no âmbito do PBF e de suas práticas alimentares, enfatizamos a necessidade de continuidade dessas análises para a compreensão dos modos de vida das populações indígenas mediante a introdução de políticas públicas brasileiras.

A pesquisa foi importante para perceber o alcance do Programa Bolsa Família no âmbito das condições de vida das famílias beneficiárias, levando à compreensão de que os benefícios por ele promovidos são significativos para a saúde das famílias, bem como para outros aspectos de sua situação socioeconômica. Preocupamo-nos também com a necessidade de um amplo debate relacionado com o desenvolvimento local e sustentável das comunidades indígenas de modo a garantir seu trabalho, coleta e produção alimentar, mas também ampliando as alternativas para garantir a reprodução dos seus modos de vida, sua segurança alimentar e seus projetos de futuro.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)**. Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. Relatório Final. Análise de Dados nº 07. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2009.

ALBUQUERQUE, M. D. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, n 6, p. 895-903, 2009.

ATHILA, A. R. Povos indígenas, políticas públicas e desigualdade social: um instrumento político no Alto Rio Negro e além. In: RICARDO, B. e ITABORAHY, W. (Orgs.). **Visões do Rio Negro II**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1979.

BASTOS, J. L. et al. Características sociodemográficas de indígenas nos censos brasileiros de 2000 e 2010: uma abordagem comparativa. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n 1, p. 1-17, 2017.

BERNARDES, A. G. Indigenous health and public policies: alterity and state of exception. *Interface - Comunic. Saúde & Educ.* v. 15, n 36, p. 153-64, 2011.

BORGES, J. C. B. A sociedade brasileira nos fez “pobres”: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de dourados, Mato Grosso do Sul. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n 46, p. 303-328, 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. Avaliação do programa bolsa alimentação. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Texto Final. 2006. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf>>. Acesso em: 21 de julho 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação- **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília, fevereiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária Especial de Saúde Indígena – SESAI. Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, **Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI/ARN**, 2016.

BRASIL. Secretária Especial de Saúde Indígena - SESAI. Sistema de Atenção à Saúde Indígena/Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro. Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social** (MDS). 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 02 de março 2017.

BRASIL, **Comentário Geral número 12**: o direito humano à alimentação (art. 11). Disponível em:<<http://www.abrandh.org.br/downloads/Comentario12.pdf>>. Acesso em 22 de julho de 2017.

BRASIL, MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). Relatórios de Informações Sociais. **Bolsa Família e Cadastro Único (Brasil)**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral%20Brasil>, 2016. Acesso em: 28 de fevereiro 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Índios do Brasil. Disponível em www.funai.gov.br. Acesso em: 10 de julho 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI. Sistema de Atenção a Saúde Indígena /Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro. Ministério da Saúde, 2018.

BURLANDY, M. C. S. L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, v. 12, n 6, p. 1441-1451, 2007.

CABRAL, M. J. et al. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Estudos Avançados**, v. 27, n 78, 2013.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [on-line]. **Antropologia e Saúde**, p. 306, 2005.

CARDOSO, M. Saúde e povos indígenas no Brasil: notas sobre alguns temas equívocos na política atual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n 4, p. 860-866, 2012.

CASTRO, H. C. D. O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Rev. Opinião Pública**, v. 15, n 2, p. 333-355, 2009.

COIMBRA, C. E. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cad. Saúde Pública**, v. 30, n 4, p. 855-859, 2014.

COIMBRA, C. E. A.; SANTOS, R. V. Saúde, minorias e desigualdades: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 5, p. 125-132, 2000.

CONDOMINAS, G. L'espace social à propos de l'Asie du Sud-Est. **Paris: Flammarion**, 1980.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentación y cultura**. Barcelona: Ariel 2005.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. 29 - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FEITOZA, I. D. A. **Transferência de renda: Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá - AP, 2011.

FRANZINI, J. F.; DE PAULA, E. A. O Programa Bolsa Família e os povos indígenas da Amazônia: inserção social precarizada? **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 4, n 2, p. 79-92, 2016.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, v. 20, n 1, p. 69-81, 2007.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, Havana. Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Havana, Cuba, 2001.

GARNELO, M. L. **Poder, Hierarquia e Reciprocidade: Os caminhos da política e da saúde no Alto Rio Negro**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GARNELO, L. **Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro - AM**/Luiza Garnele; Gilda Barretto Baré (org). – Manaus: Fiocruz/Centro de Pesquisa Léonidas e Maria Deane, 2009.

GARNELO, L. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares Baniwa. **História, Ciências, Saúde**, v.14, p.191-212, 2007.

GARNELO, L. Poder, Hierarquia e Reciprocidade: Saúde e Harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro. **Coleção Saúde dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

GARNELO, M. L.; MACEDO, G; BRANDÃO, L. C. **Os povos indígenas e a Construção das políticas de saúde no Brasil**. Ed. OPAS/Ministério da Saúde. Brasília, 2003.

GEERTZ, C. “Uma descrição densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura”, "O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem". In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar. 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GRUPIONI, L. D. B; LOPES DA SILVA, A. (Orgs.). **A Temática Indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Global, 1997.

HILL, J. “Muzicalizing” the Other: Shamanistic Approaches to Ethnic-Class Competition along the Upper Rio Negro. In: BARABAS, A. (comp.). Religiosidad y Resistencia Indígenas hasta el fin del Milenio. pg.105-128. Quito: Ed. Abya-Yala, 1994.

HILL, L.; MORÁN, E. Adaptative Strategies of Wakuénai people to the Oligotrophic Rainns Forest of the Rio Negro Basin, in: HAMES RB & VICHERS, WT. **Adaptative Responses of Native Amazonians**. New York/London: Acadêmic Press, pg. 113-132, 1983.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Relatório sínteses. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais, 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Assistência social e segurança alimentar. **Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Edição especial. Disponível

em:<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/BPS_13_completo.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2018.

KATZ, E. Alimentação Indígena na América Latina: Comida Invisível, Comida de pobres ou Patrimônio Culinário? **Espaço Ameríndio**. v. 3, n 1, p. 25- 41, 2009.

LAUSCHNER, M. C. X. G. S.; TORRES, I. C. **As dificuldades das mulheres Sateré-Mawé no acesso ao Programa Bolsa Família: a realidade da comunidade de Simão, em Barreirinha – AM.** Universidade Federal Rural de Pernambuco - Recife, 2014.

LAVINAS, L. Prefácio, pp. 7-11. In: MACEDO, MYRTE de A.; BRITO, SEBASTIANA R. de. **Transferência de Renda: nova face de proteção social?** Rio de Janeiro, Editora PUC - Rio; São Paulo, Loyola, 2004.

LEITE, M. S. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D.C; SILVA, D.O e GUGELMIN, S.A (ORG). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde indígena.** Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 181-210, 2007b.

LEITE, M. S. **Transformações e persistências: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007a.

LEITE, M. S.; SANTOS, R. V.; COIMBRA, C. E. E. Sazonalidade e estado nutricional de populações indígenas: o caso Wari, Rondônia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 23 p. 2631-2642, 2007.

LEITE, S. M. S. Nutrição e alimentação em saúde indígena: notas sobre a importância e a situação atual. In: GARNELO; PONTES, (Org). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 2012.

LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCIANO, G. J. S. **Projeto é como branco trabalha. As lideranças que se virem para nos ensinar.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília – Brasília, 2006.

MACIEL, M. R. A. **Raiz, planta e cultura: as roças indígenas nos hábitos alimentares do povo Paresi, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil.** Universidade Estadual Paulista. Tese (Doutorado), Botucatu, 2010.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar: Resgate e Valorização da Cultura Alimentar. In: **Seminário Cultura e Alimentação**, 2006, São Paulo. Anais. São Paulo: Sesc Vila Mariana, 2006.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar** [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARTINS, A. P. et al. Transferência de renda no Brasil e desfechos nutricionais: revisão sistemática. **Rev. Saúde Pública**, v. 47, n 6, p. 1159-1171, 2013.

- MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. Ed. 7. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MINAYO, M. C. S. **Técnicas de Pesquisa. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINAYO, M. S. C. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Editora Vozes, Ed. 21ª. 2002.
- MORAIS, M. B.; ALVES, G. M. S.; FAGUNDES-NETO, U. Estado nutricional de crianças índias terenas: evolução do peso e estatura e prevalência atual de anemia. **J Pediatr**, v. 81, p. 383-389, 2005.
- MORÁN, E. Human Adaptative Strategies in Amanonian Blackwater Ecosystems. **American Anthropologist**, v. 93n 2, p. 361-382, 1991.
- NASCIMENTO, E. C. et al. O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n 2, p. 59-70, 2017.
- NAVARRO, E. A. **Dicionário de Tupi Antigo: a Língua Indígena Clássica do Brasil**. São Paulo. Global. p. 387, 2013.
- OIT – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 23 de abril 2018.
- OLIVEIRA. **O Mundo Transformado. Um estudo da cultura de Fronteira no Alto Rio Negro**. Belém: Ed. MPEG/PR/MCT/CNPq, 1995.
- ORELLANA, J. D. Y. et al. Estado nutricional e anemia em crianças Suruí, Amazônia, Brasil. **J de Pediatr**. v. 82, p. 383-388, 2006.
- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Orgs.) **Demografia dos povos indígenas no Brasil [on-line]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- PEIXOTO, S. L. F. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. (Dissertação), Fortaleza, 2010.
- PEQUENO, E. S. S. **Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Balaio**, 2000.
- PERES, S. C. **Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Campinas, SP, 2003.
- PÍCOLI, R. P.; CARANDINA, L.; RIBAS, D. L. B. Saúde materno-infantil e nutrição de crianças Kaiowá e Guaraní, Área Indígena de Caarapó, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad Saúde Pública**, v. 7, 219-223, 2006.

PIEIDADE, A. T. C. Flautas e trombetas sagradas do noroeste amazônico: sobre gênero e música do Jurupari. **Horizontes Antropológicos**, v. 5, n 11, p. 93-118, 1999.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Caderno de Pesquisa**, v. 35, n 124, p. 43-55, 2005.

PONS, S. C. Antropologia y Alimentació: uma proposta per l'estudi de la cultura alimentaria (1992) IN CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [on-line]. Antropologia e Saúde, p. 306, 2005.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n 3, p. 245-256, 2003a.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n 4, p. 365-386, 2003b.

QUIJANO, A. El "movimiento indígena" e las cuestiones pendientes en América Latina. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, p. 635-666, 2014.

RAMON, P. C. R.; MILESKI, K. G.; FAUSTINO, R. C. O impacto do programa bolsa família na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em comunidades indígenas no Paraná. As políticas sociais nas transições latino-americanas no Século XXI: Tendências e desafios. **Anais do 5º Seminário Nacional, Estados e Políticas Sociais**. Cascavel - PR, 2011.

RAMOS, S. S. et al. Políticas públicas e programas de transferências de renda no Brasil: uma análise dos impactos em famílias pobres rurais na Amazônia. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas** p. 2317-921, 2015.

RAMOS, D. P.; EPPS, P. Caminhos de sopro: discurso xamânico e percursos florestais dos Hupdá. **MANA**, v. 24, n 1, p. 161-198, 2018.

RIBAS, D. L. B. et al. Nutrição e saúde infantil em uma comunidade indígena Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad Saúde Pública**, v. 17, p. 323-331, 2001.

RICARDO, B. Arte Baniwa. São Gabriel da Cachoeira. São Paulo: **FOIRN/ISA**, 2001.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, p. 225, 2013.

SALDIVA, S. R. D. M.; SILVA, F. F.; SALDIVA, P. H. N. Avaliação antropométrica e consumo alimentar em crianças menores de cinco anos residentes em um município da região do semiárido nordestino com cobertura parcial do Programa Bolsa Família. **Revista de Nutrição**, v. 23, n 2, p. 221-229, 2010.

SALGADO, C. A. B. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, v. 4, n 1, p.131-186, 2007.

SANTOS, R.V.; COIMBRA, C. E. E. Socioeconomic differentiation and loby morphology in the Suruí of Southwestern Amazonia. **Current anthropology**, v. 37, p. 851-856, 1996.

SCHERER, E. F. Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia - Brasil. **VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**, Universidade de Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004, Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf>>. Acesso em: 02 de março 2017.

SCHWARTZMAN, S. **Redução da Desigualdade, da Pobreza, e os Programas de Transferência de Renda**. Instituto do Trabalho e Sociedade, p. 1-20, 2006.

SILVA, F. P. E. **Plantas Alimentares Cultivadas nas roças Baniwa: mudanças e participação dos jovens**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, M. O. D. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. D. **A política social brasileira no Século XXI: A prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, A. L. M. D. **O Programa Bolsa Família entre os povos indígenas**, 2013. Acesso em:<https://www.google.com.br/#q=O+Programa+Bolsa+Fm%C3%ADlia+entre+os+povos+ind%C3%ADgenas+-+Lucia+Monteiro+de+Souza&*>> Acesso em: 03 de março 2017.

TRALDI, D. R. C.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Repercussões do Programa Bolsa Família no Município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Rev. Interações**, v. 13, n 1, p. 23-37, 2012.

TRUJILLO, T. B. Saúde e alimentação em áreas rurais e urbanas: um testemunho indígena. Capítulo 6, 185-205. In: GARNELO; PONTES (Org). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 2012.

VALENTE, F. L. S. et al. **Curso formação em direito humano à alimentação adequada**. Módulo I. Brasília: ABRANDH; 2007.

VERDUM, R. Introdução. In: **Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II): contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis**. Brasília: INESC, p.7-151, 995.

VERDUM, R. Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. **Sociedade em Debate**, v. 9, n 1, p. 129-135, 2003.

VIANA, A. L. D. et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. Faculdade de Medicina. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n 2, p. 117-131, 2007.

VILLATORO, P. Programas de transferências monetárias condicionadas: experiências na América Latina. **Revista CEPAL** – Número especial em português. Santiago do Chile: CEPAL, p. 127-141, 2010.

WEIGEL, V. A. C. M. Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões. Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Revista Brasileira de Educação**. 2003.

WRIGHT, R. Baniwa-Curipaco-Wakuenaí. In: **Enciclopedia of World Cultures**. New Haven: J. Wilbert Ed, 1992.

WRGHT, R. O tempo de Sophie: história e cosmologia da conversão Baniwa. In: .(Org.). **Transformando os Deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

YUYAMA, L. K. O. et al. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no Estado do Amazonas, Brasil. **Rev Nutr**, v. 21, p. 53-63, 2008.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, v. 28, n 73, p. 147-164, 2015.

ANEXOS

ANEXO 1

Nº da família ____

ROTEIRO GUIA DA PESQUISA - COMPOSIÇÃO FAMILIAR POR DOMICÍLIO

Nº	Nome	Parentesco (em relação à chefe da família)	Etnia/ língua	Comunidade de origem	Idade/DN	Escolaridade	Ocupação/trabalho	Beneficiário PBF (S/N)
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								

* Chefe da Família: mulher em cujo nome está registrado o benefício do Bolsa Família.

ANEXO 02

TABELA DE RENDIMENTO FAMILIAR

Nº da Família: _____

Nº	NOME	Ocupação/Trabalho	Fonte de rendimentos diversos *	Valor de cada recebimento	Total por pessoa/mês
1					
2					
3					
4					
5					
6					
TOTAL POR FAMÍLIA/MÊS					
PROPORÇÃO DE RENDIMENTO DO BOLSA FAMÍLIA					

* Aposentaria, salário de professor, salário de agente indígena de saúde, Programas Sociais: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa de Bolsa Permanência (PBP), Programa de apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE - merenda escolar), Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais: Fomento Brasil Sem Miséria (BSM; Outros)

ANEXO 03

REGISTRO DAS TOMADAS ALIMENTARES DIÁRIAS/POR FAMÍLIA

Data: ____/____/____

Nº da família: _____

Nº	Momento do dia (horário)	Local	Participantes/Nome	Participantes externos/Nome	Duração	Tipo de tomada*	Tipos de alimentos consumidos não industrializados	Ingredientes dos alimentos locais	Alimentos industrializados
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									

* REFEIÇÃO OU FORA DAS REFEIÇÕES

ANEXO 04**PROJETO DE PESQUISA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS INDÍGENAS VINCULADAS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO.****ROTEIRO DE PERGUNTAS****1 Compra de produtos e alimentos industrializados:**

Quando foi a última vez que alguém da família foi a cidade fazer compras?

Quem foi à cidade fazer as compras?

O que foi comprado?

Foi comprado algum alimento?

Quais alimentos foram comprados?

2. Programa Bolsa Família:**2.1 Acesso e Conhecimento sobre o Programa Bolsa Família:**

Como ficou sabendo do Programa Bolsa Família?

Há quanto tempo?

Como foi o processo para se inscrever no Programa Bolsa Família?

Teve dificuldades para se inscrever no Bolsa Família?

Quanto tempo demorou para começar a receber o dinheiro do Bolsa família? (depois que se inscreveu).

Há quanto tempo você está recebendo o dinheiro do Bolsa Família?

Já teve algum problema para receber o dinheiro do Bolsa Família? Conte como foi (quando, o que aconteceu, o que fez, quem ajudou, como resolveu).

2.2 Recebimento do dinheiro e gastos do recurso:

De quanto em quanto tempo precisa ir à cidade para receber o dinheiro?

Quem vai à cidade receber dinheiro?

Com quem fica o cartão do Bolsa Família?

Quais as dificuldades de ficar na cidade para receber o dinheiro?

O que compra com o dinheiro do Bolsa Família?

Compra Alimentos? Quais?

O dinheiro do Bolsa Família tem ajudado a sua família? Como?

2.3 Condicionalidades do Programa Bolsa Família:

Você tem alguma obrigação para continuar recebendo o dinheiro do Bolsa família? Quais?

Seus filhos frequentam a escola todo dia? Onde?

Existe acompanhamento da saúde dos seus filhos pelo DSEI?

Quando foi a última vez que o pessoal do DSEI verificou a vacina dos seus filhos?

Se a mulher estiver grávida. Quando foi feita a última consulta de pré-natal?

Quantas consultas de pré-natal fez até o momento?

2.3 Opiniões sobre o Programa Bolsa Família:

O PBF trouxe algo de positivo para sua família ou comunidade? O quê?

O PBF trouxe problemas ou dificuldades para sua família? Quais?

O PBF trouxe problemas ou dificuldades para sua comunidade? Quais?

Acha que o Bolsa Família mudou o tipo de alimentos que sua família consome?

Acha que precisa mudar alguma coisa no funcionamento do PBF? O quê?

ANEXO 05

PROJETO DE PESQUISA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS INDÍGENAS VINCULADAS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO.**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO/DESCRIÇÃO**

1 ROTINA FAMILIAR: descrição da rotina dos membros da família (foco principal é a mulher) e das principais atividades familiares que forem acompanhadas no domicílio e na comunidade;

2 ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: caribé, culto/igreja, reuniões comunitárias, lazer, atividades das mulheres na beira do rio, festa, ajuri;

3 TOMADAS ALIMENTARES

Preenchimento da tabela de tomadas alimentares (inclui a lista dos alimentos);

Descrição do preparo dos alimentos (espaço culinário): quem preparou, quais alimentos, local e instrumentos usados no preparo, ingredientes, técnicas de preparo, regras para preparo;

Descrição da tomada alimentar: local; aspectos relativos aos rituais, regras e costumes; sobre quais alimentos foram consumidos por cada família; como são distribuídos os alimentos; maneiras à mesa; ambiente social; estrutura da tomada (sequência e ordem do consumo de alimentos);

4 PRODUÇÃO, CAÇA E COLETA DOS ALIMENTOS:

Quem produziu, coletou ou comprou os alimentos, qual a origem dos alimentos consumidos, qual membro da família é responsável por cada tipo de alimento, descrição das formas de produção, coleta e caça dos alimentos;

Caracterizar a roça da família: local e distância do domicílio, frequência com que se trabalha na roça, quem trabalha na roça, quais alimentos são produzidos, em cada mês do ano/época o que se coleta de alimento na roça, dificuldades;

Caça e pesca: qual a frequência, quem participa, quais alimentos mais comuns, alimento por cada mês/época do ano, dificuldades;

5 VIAGEM PARA SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Descrever o deslocamento: como é feito, quem participa, duração, gastos, local de alojamento; dificuldades;

Descrever as atividades realizadas na cidade: onde vai, o que faz, gasto de dinheiro (consumo), compras, quem faz as compras, quanto se gasta com compras, tempo gasto nas compras, local de compras, dificuldades;

Saque do recurso do PBF: com quem fica o cartão, quem da família vai sacar o recurso, como gasta o dinheiro recebido;

6 CONDICIONALIDADES DO PBF

Verificar cartão de vacinação das crianças;

Verificar cartão da gestante;

Verificar frequência das crianças à escola.

ANEXO 06

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado **Programa Bolsa Família (PBF) e Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise a partir do cotidiano das práticas alimentares de famílias indígenas da Região do Alto Rio Negro**, desenvolvido pela pesquisadora Hamyla Elizabeth da Silva Trindade, vinculada ao programa de pós-graduação em “Condições de vida e saúde na Amazônia”, desenvolvido pelo Instituto Leônidas e Maria Deane - FIOCRUZ Amazônia. A pesquisa tem como principal objetivo analisar as práticas alimentares de famílias vinculadas ao PBF, tendo como principal preocupação o estudo das influências e modificações que determinadas políticas públicas possam causar sobre os modos de vida das populações indígenas. Minha colaboração será feita por meio de entrevista semi-estruturada a ser registrada e gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados serão feitos apenas pela pesquisadora e/ou seu (s) orientador (es)/coordenador(es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar deste estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou quaisquer sanções ou constrangimentos. A participação no estudo não acarretará custos para mim e não será disponível nenhuma compensação financeira.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Posso a qualquer momento solicitar novas informações e retirar meu consentimento se assim desejar.

Declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Sobre o registro do áudio de minha entrevista:

- Concordo com a gravação do áudio
 Não concordo com a gravação do áudio

Assinatura do Participante

Data

Assinatura do Pesquisador

Contatos da Pesquisadora Principal:
Hamyla Elizabeth da Silva Trindade
Telefone: 97-984221341
Email: hamylaelizabeth@hotmail.com

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ILMD

INSTITUTO LEONIDAS
DE MARIA DEANE
Fiocruz Amazônia

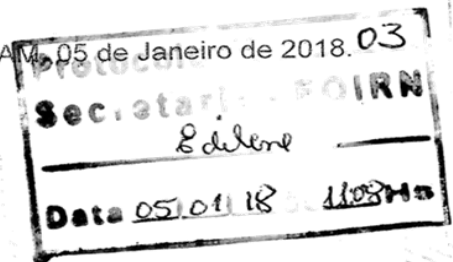
**Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Condições de Vida e
Situações de Saúde na Amazônia – PPGVIDA
Mestrado acadêmico/Área de Saúde Coletiva**

Ofício nº 01/ 2018 – Acad.PPGVIDA- FIOCRUZ/AMAZÔNIA

São Gabriel da Cachoeira - AM, 05 de Janeiro de 2018. 03

Ao Senhor

Isaías Pereira Fontes
Diretor FOIRN – Referência da CABO



Assunto: Apresentação do Projeto de Pesquisa intitulado: **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COTIDIANO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS INDÍGENAS DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO.**

Prezado Senhor,

Venho por meio deste, apresentar o Projeto de pesquisa do Mestrado a ser possivelmente desenvolvido nas Comunidades: Auxiliadora e Irarí Ponta no Baixo Rio Içana, com o objetivo de observar as práticas alimentares da população baniwa, afim de relacionar tais práticas com o acesso ao recurso do Programa Bolsa Família. A importância do trabalho a ser desenvolvido está relacionado com um dos objetivos do Programa Bolsa Família que é proporcionar a diminuição da desnutrição e o acesso aos alimentos com qualidade e quantidades suficientes a toda a população brasileira beneficiária do programa. Pelo fato das políticas públicas serem elaboradas com base nos estudos publicados, consideramos de suma importância o desenvolvimento dessa pesquisa para se obter embasamento quanto as especificidades existentes na população da nossa região.

Certo de que podemos contar com o apoio dessa instituição, aguardo a resposta quanto ao possível agendamento para apreciação do projeto de pesquisa à FOIRN.

Hamyli Elizabeth da S. Trindade
Pesquisadora: **HAMYLA ELIZABETH DA SILVA TRINDADE**



ANEXO 08

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ILMD

INSTITUTO LEONIEVA
DE SAÚDE DEBILITADA
FIOCRUZ AMAZÔNIA

**Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Condições de Vida e
Situações de Saúde na Amazônia – PPGVIDA
Mestrado acadêmico/Área de Saúde Coletiva**

Ofício nº 02/ 2018 – Acad. PPGVIDA- FIOCRUZ/AMAZÔNIA

São Gabriel da Cachoeira - AM, 22 de Janeiro de 2018.

Ao Senhor

Isaías Pereira Fontes

Diretor FOIRN – Referência da CABG

Assunto: Pedido de autorização para permanência na comunidade e cartas de autorização.

Prezado Senhor,

Venho por meio deste, solicitar a autorização necessária para permanência por 30 dias na Comunidade Auxiliadora, no Baixo Içana para a realização da pesquisa de Campo, com metodologia Etnográfica que tem como objetivo geral Analisar as práticas alimentares de Famílias da etnia Baniwa vinculadas ao Programa Bolsa Família, afim de relacionar tais práticas com o acesso ao recurso do Programa Bolsa Família. A importância do trabalho a ser desenvolvido está relacionado com um dos objetivos do Programa Bolsa Família que é proporcionar a diminuição da desnutrição e o acesso a alimentos suficiente a toda a população brasileira beneficiária do programa. Pelo fato das políticas públicas serem elaboradas com base nos estudos publicados, consideramos de suma importância o desenvolvimento dessa pesquisa para se obter fatos quanto as especificidades existentes na população desta região.

Em anexo as Cartas de autorização para realização da pesquisa de campo do Presidente da AIBRI e da Comunidade Auxiliadora.

A entrada na Comunidade esta prevista para o dia 25.01.18, com retorno previsto para o dia 23.02.18.

Certo de que podemos contar com o apoio dessa instituição, aguardo o documento de autorização.

FOIRN

Hamyla Elizabeth da S. Trindade
Pesquisadora: HAMYLA ELIZABETH DA SILVA TRINDADE

PROTOCOLO Nº: 12Data: 22 / 01 / 18Horário: 11 h 09 minAssinatura: *[Assinatura]*Rua. Teresina, 476 - Adrianópolis
CEP: 69.027-070 - Manaus - AM
Secretaria de IRN

www.amazonia.fiocruz.br

ILMDFiocruz

Tel.: (92) 3621-2327 | (92) 3621-2323

E-mail: gabinete.ilmd@fiocruz.br

ANEXO 09

CARTA ENCAMINHADA AO DIRETOR - FOIRN

Comunidade Auxiliadora Baixo Icomã
13/01/2018
Prezado Diretor da FOIRN

Com o maior prazer e alegria liderança da Comunidade Auxiliadora Baixo Icomã, estamos escrevendo por umunicas, os senhores que estamos querendo uma autorização por alguns da universidade de filous o senhor Amila. Por estar dentro da nova comunidade Auxiliadora durante 30 dias por fazer sua pesquisa da saúde familiar conforme que foi aceitando com coordenaria do CABC. Que o senhor presença e também estamos enviado o relatório da reunião da comunidade dos povos que aconteceu no dia quinze de janeiro de dois mil e dezoito neste relatório está todo relatado dessa discussão com os povos da comunidade Auxiliadora Baixo Icomã.

Com mais nada finalizamos esta pouca cartinha, obrigado e mais agradecemos assim a liderança toda da comunidade

Capitão

Edine

Vice-Capitão

Ely Suelo da Silva

SECRETARIA-FOIRN	
RECEBIDO	
Data:	22/01/18
Horário:	11 h 09 min
Assinatura:	Edine
Secretaria/FOIRN	

RELATÓRIO DA COMUNIDADE - 01

Relatório da comunidade Auxiliadora Baixo Itang

No dia treze de janeiro de dois mil dezete aconteceu uma pequena reunião dentro da comunidade Auxiliadora Baixo Itang.

Escreve a aluna da Universidade da Felicidade da Senhora Amila, para fazer sua pesquisa sobre alimentação da bolsa familiar, ao onde esteve presente ao povo e geral, liderança, catequista, animadores e alunos e demais outras pessoas.

No primeiro momento o líder geral o Senhor Cosme Afonso Britencourt, falou que o Senhor Juvenio da coordenação do CBC, junto a Senhora Amila, procuraram em São Gabriel no dia vinte e nove de dezembro, para falar sobre a sua pesquisa para 30 dias na comunidade e mandou informar ao povo da comunidade ela ~~vai~~ contribuir alguma coisa para patrimônio e através da comunidade, como comunicação, para poder ajudar pelo menos a bateria para rádio, lenis, gasolina, para gerador, durante o dia que ela estará dentro da comunidade.

O líder geral também explicou foi escolhido para comunidade pequena auxiliadora, irariponta, portanto onde falta recurso por esse comunidade onde os povos que não tem internet, telefone e demais outros apoios.

ANEXO 11

RELATÓRIO DA COMUNIDADE - 02

Com seguida o líder deixou para os povos manifestarem, sobre o pesquisador, o povo da comunidade auxiliadora começaram a falar que uma pesquisa sobre desse alimentações de todas famílias é muito importante para a comunidade para que tem conhecimento o governo dentro dessa comunidade que precisa apoiar do programa porque só assim poderias melhorar esse alimentação, educação, transport esse recurso é p/ estudante que estudar em Bogota então isso foi no perdão da comunidade.

No final foi relatado também que a firma e final foi reconhecer esse pesquisador dentro dessa comunidade, junto com os povos, p/ que apoiar, com objeto para fazer apoio para a comunidade auxiliadora como fiscalização, saúde de emergência por comunidade. E seguida líder geral agradeceu os povos da comunidade e pediu que foi liberando no autorização para ela por fica 30 dia dentro dessa comunidade.

p/ assim também o nome de cada pessoas foi finalizado a reunião as 14 hora da manhã junto com os povos assinado por relatório lideranças da comunidade.

CAPITÃO
Cosme A. Bittencourt

Vice-CAPITÃO
Ely Suiza da Silva

SECRETARIA-FOI
RECEBIDO

Data: 22/01/18

Horário: 11 h 01 min

Assinatura: Edneu
Secretaria/FOI

RELATÓRIO DA COMUNIDADE - 03

Nomes dos Participantes	
1	Nelson da Silva castro
2	Osmarulo da Silva Castro
3	Daniel da Silva castro
4	Maurício Pedro Livino
5	Armando OTACIO Livino
6	Sierana Fegaria Pedro
7	Ermariza Pedro Livino
8	Faúzia Pedro Livino
9	Fosca Pedro Livino
10	Jorge Graçiano Livino
11	Otilia Bitencourt
12	Graciliane Bitton Cavito Castro
13	Robenilson da Silva Castro
14	Milene da Silva Castro
15	Chardineia da Silva Castro
16	Edvane Pereira da Silva
17	Edmilso da Silva Castro
18	Erivaldo Melgioro Rodrigues
19	Marisol Orasio Livino
20	Fernando Livino Rodrigues
21	Rosiane Livino Rodrigues
22	Daniela Livino Rodrigues
23	David Livino Rodrigues
24	WALTER Orasio Livino
25	Artur Otávio Livino
26	João Plácido RODRIGUES
27	Elizama Otávio CORDEIRO
28	Hermogenes Castro Bitencourt
29	Marlota Orasio Livino
30	Alexandra Livino Bitencourt

PEDIDOS DA COMUNIDADE

Reembolso p/ Viagem da
Senhora pesquisadora Amila até na
comunidade Auxiliadora Baixo Iguaçu

50 litros de Gasolina p/ descida de
Auxiliadora p/ São Gabriel da Cachoeira
mais 50 litros de retorno p/ Auxiliadora e
mais 50 litros p/ despesas da pesquisa
da Amila. Total será 150 durante 30 dias
ou mais, em e p/ descida, outros.
6 litros de óleo 2 TP para ligar
gasolina.

Lista de objeto pendendo da comunidade
que precisa dentro dessa comunidade
Auxiliadora Baixo Iguaçu.

- 1 Bateria de 12V p/ Rádiofonia
- 2 Bola de futebol de campo
- 1 Bola de vôlei
- 2 Bola de Futsal
- 70 litros de gasolina p/ comunidade
p/ uso de gerador

Assino: Cosme Afonso Bittencourt

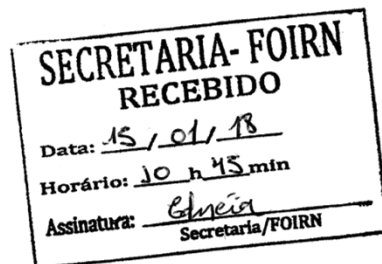
ANEXO 14

AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMUNIDADE

Eu, Meraldino Cordero da Silva, Banueira, Presidente e liderança da Associação Indígena do Baixo Rio Icama - AIBRI, autorizo a Pesquisadora Homyla Elayak da Silva Trindade a realizar a Pesquisa de campo do projeto intitulado: Programa Salsa Familiar e Sequências Alimentar e Medicinal: Uma análise a partir das práticas Alimentares dos Indígenas da Região do Alto Rio Negro, a ser realizada nos comunidades: Akwili Jora e Irai-Ponta, no período de 30 dias em cada comunidade, no Baixo Rio Icama.

São Gabriel da Cachoeira, 12 de Janeiro de 2018.

Meraldino Cordero da Silva



TERMO DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Declaramos, por meio deste termo, que autorizamos a realização e participação da comunidade Itacoatiara Mirim, na zona periurbana de São Gabriel da Cachoeira para o trabalho da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado **Programa Bolsa Família (PBF) e Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise a partir do cotidiano das práticas alimentares de famílias indígenas da região do Alto Rio Negro**, desenvolvido pela pesquisadora Hamyla Elizabeth da Silva Trindade, vinculada ao programa de pós graduação em "Condições de vida e saúde na Amazônia", desenvolvido pelo Instituto Leônidas e Maria Deane-FIOCRUZ Amazônia. A pesquisa tem como principal objetivo realizar a análise das práticas alimentares de Famílias vinculadas ao PBF, tendo como principal preocupação o estudo das influências e modificações que determinadas políticas públicas possam causar sobre os modos de vida das populações indígenas. A colaboração da comunidade se fará por meio de entrevista semi-estruturada a ser registrado e gravado (quando permitido) a partir da assinatura do entrevistado no TCLE individual. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es)/coordenador(es). A participação no estudo não acarretará custos para a comunidade e não será disponível nenhuma compensação financeira. Fomos informados dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Podemos a qualquer momento solicitar novas informações e retirarmos o nosso consentimento se assim o desejarmos. Declaramos que concordamos em participar desse estudo. Recebemos uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e Foi nos dado a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

Graciliano Alexandre da Silva
Assinatura do Capitão

13.02.2018
Data

Augusto Joaquim da Silva
Assinatura do Vice Capitão

Dayane Garcia da Silva
Assinatura da testemunha

Contatos da Pesquisadora Principal:
Hamyla Elizabeth da Silva Trindade
Telefone: 97-981015301
Email: hamylaelizabeth@hotmail.com